

# PERSPECTIVAS GEOGRÁFICAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL



ADÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA  
ORGANIZADOR



**PPGG**

Programa de  
Pós-Graduação  
Em Geografia - UFT



C&A Alfa

Comunicação



***Presidente***

Luiz Carlos Ribeiro

***Revisão Geral***

Jéssica Lopes

***Projeto Gráfico***

Adriana Almeida

***Capa***

Karoline Veloso Ribeiro

***Conselho Editorial***

Andréa Coelho Lastória (USP/Ribeirão Preto)

Carla Cristina R. G. de Sena (UNESP/Ourinhos)

Carolina Machado Rocha Busch Pereira (UFT)

Denis Richter (UFG)

Eguimar Felício Chaveiro (UFG)

Lana de Souza Cavalcanti (UFG)

Loçandra Borges de Moraes (UEG/Anápolis)

Míriam Aparecida Bueno (UFG)

Vanilton Camilo de Souza (UFG)

ADÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA  
ORGANIZADOR

# PERSPECTIVAS GEOGRÁFICAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL



PPGG Programa de  
Pós-Graduação  
Em Geografia - UFT



PORTO NACIONAL/TO | 2022

Universidade Federal do Tocantins – UFT  
Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais – OPTE  
Porto Nacional – Tocantins – Brasil

Copyright © 2020 – Universidade Federal do Tocantins / Editora Alfa Comunicação  
– Todos os direitos reservados www.uft.edu.br

Campus Universitário de Porto Nacional  
Rua 03, Quadra 17, Lote 11, s/nº  
Setor Jardim dos Ipês | 77500-000 | Porto Nacional – TO

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)  
(Elaboração: Filipe Reis – CRB 1/3388)

---

P467 Oliveira, Adão Francisco de.  
Perspectivas geográficas para o desenvolvimento regional [recurso eletrônico] / Adão Francisco de Oliveira (Organizador). – Porto Nacional, TO : C&A Alfa Comunicação, 2022.

214 p. ; 14,8 x 21 cm. – (Coleção MadrePlac: educação, território e desenvolvimento regional ; 2)

ISBN 978-65-89324-44-7 (digital)

1. Desenvolvimento regional. 2. Regionalismo. 3. Educação geográfica. I. Oliveira, Adão Francisco de. II. Série.

CDU: 913

---



# SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>7</b>
<i>Adão Francisco de Oliveira</i>	
<b>1 Contextualizando o conceito de região .....</b>	<b>11</b>
<i>Rogério Castro Ferreira</i> <i>Adão Francisco de Oliveira</i>	
<b>2 Desenvolvimento regional e o discurso regionalista no Tocantins .....</b>	<b>30</b>
<i>Roberto de Souza Santos</i>	
<b>3 A Usina Hidrelétrica de Estreito, uma construção do e para o capital.....</b>	<b>52</b>
<i>Delismar Palmeira Costa</i> <i>Elizeu Ribeiro Lira</i>	
<b>4 Políticas públicas de turismo .....</b>	<b>84</b>
<i>Aline Alves Ribeiro</i> <i>Rosane Balsan</i>	

<b>5</b>	<b>Possibilidades didáticas antirracistas .....</b>	<b>111</b>
	<i>Rosemberg Ferracini</i>	
<b>6</b>	<b>Abordagem perceptiva como subsídio a uma proposta de sistema de gestão ambiental em assentamentos rurais no Tocantins .....</b>	<b>132</b>
	<i>Marcelo Vidigal Rocha</i>	
	<i>Lucas Barbosa e Souza</i>	
<b>7</b>	<b>Mudanças na paisagem cárstica do entorno do Rio Azuis, Tocantins sob a ótica dos moradores locais .....</b>	<b>166</b>
	<i>Luiz Ricardo Ferreira Alves</i>	
	<i>Fernando Morais</i>	
<b>8</b>	<b>As ações em educação ambiental nas escolas públicas da região imediata de colinas do Tocantins e o contexto do lugar .....</b>	<b>189</b>
	<i>Abraão Bispo Paz</i>	
	<i>Marciléia Oliveira Bispo</i>	

# APRESENTAÇÃO

*Adão Francisco de Oliveira*

**A** Geografia é uma das ciências que está na base de um campo de saber identificado como Desenvolvimento Regional. Este é responsável por sistematizar pensamentos e metodologias estrategicamente voltados à identificação dos gargalos no impulsionamento do bem-estar socioterritorial e de propor medidas de superação. Por ser um campo interdisciplinar, a Geografia compartilha com a Economia, a Sociologia, o Urbanismo e outras áreas, especialmente das Ciências Humanas, Sociais, e Sociais Aplicadas (mas não exclusivamente) a sua produção de sentidos.

O tema Desenvolvimento Regional articula a Geografia a uma de suas principais categorias analíticas: a região. Tendo sido uma das mais importantes categorias utilizadas por esta ciência na primeira metade do século XX, a partir da década de 1960 as críticas às emergentes metodologias quantitativas e à teórica e a ebulição teórica em torno da categoria espaço subtraíram parte de sua importância. Porém, quando no Brasil dos anos 2000 o governo Lula instituiu novamente uma gestão orientada e integrada a partir de um plano de desenvolvimento, a PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a categoria região retoma fôlego, agora com nuances impostas pela noção de território e pelos novos temas e abordagens revela-

dos com o processo de expansão e interiorização da pós-graduação em Geografia neste país.

Este processo, que teve um forte impulso entre os anos de 2005 e 2010 e que conviveu com a ampliação técnica e tecnológica das metodologias de análise ambiental, revelou uma diversidade geográfica que recobra a necessidade de releitura epistemológica. Por decorrência, novas premissas são lançadas à formulação das políticas públicas e aos desenhos institucionais.

É neste contexto de uma “Geografia profunda” que o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Tocantins foi criado. Possuindo este estado a localização cardíaca do Brasil, dominado pela biogeoestrutura Cerrado e com um passado histórico de pertencimento e identificação à Região Centro-Oeste, o Tocantins possui transições para a biogeoestrutura Amazônia, é hoje componente macrorregional do Norte do Brasil e é coberto pelas políticas regionais de desenvolvimento que se aplicam à região da Amazônia Legal.

Assim, este programa teve a sua primeira turma constituída em 2011, de modo que em 2021 celebrou a sua primeira década de existência. Mesmo com essa prerrogativa tão expressiva para justificar uma publicação, esta obra não surge com esse propósito, haja vista já haver um outro projeto que o intenciona. Ademais, ela não traz em sua essência as características de um “balanço”, de uma História da Geografia (mesmo que para um intervalo tão curto de tempo). Esta obra é, pois, uma coletânea de reflexões conduzidas por alguns professores deste programa, em colaboração ou não com ex-orientandos, que sublevam a temática Desenvolvimento Regional desde um enfoque geográfico.

Nesse sentido, como parte desses orientandos se formou com bolsas da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, aproveitamos a ocasião para agradecer a este órgão e reiterar a sua importância no desvelamento de um Brasil que olha para si, para dentro, para o sertão, empírica e metaforicamente mais denso de sentidos – em sua ampla diversidade socioambiental e socio-territorial – do que as redes e os circuitos econômicos que o capturam.



Aproveito também para agradecer a todos os professores que contribuíram com o PPGG nessa sua breve história de vida e peça licença a todos que o fizeram para lembra-los no nome do professor **Ariovaldo Umbelino de Oliveira**, corresponsável, na condição de “consultor”-bolsista da CAPES, pela estruturação do programa; e da agora saudosa professora **Maria Geralda de Almeida**, integrante de dois projetos PROCAD desenvolvidos com a participação do PPGG.



# 1

## CONTEXTUALIZANDO O CONCEITO DE REGIÃO

### Um conceito chave para a geografia

*Rogério Castro Ferreira  
Adão Francisco de Oliveira*

O termo região é um conceito-chave para os geógrafos, contudo é utilizado também nas mais diversas esferas, fazendo parte tanto da linguagem do senso comum como também incorporado ao discurso dos cientistas sociais quando estes discutem a dimensão espacial. Na visão do senso comum, por exemplo, a noção de região está relacionada basicamente aos princípios de localização e de extensão. É comum usar, no cotidiano, expressões como “região mais pobre”, “região mais rica”, “a região baixa” para referenciar um conjunto de áreas onde existe um domínio de determinadas características que a diferenciam de outras áreas (GOMES, 2008).

Outro sentido bastante comum sobre região é o de unidade administrativa, relacionada eminentemente com a divisão regional, que é exercida frequentemente pela hierarquia e controle na administração dos Estados. Gomes (2008, p.54) alerta que muitas instituições e grandes empresas “[...] utilizam este tipo de recorte como estratégia de gestão dos seus respectivos negócios dentro do mesmo sentido de delimitação de circunscrições e hierarquias administrativas”.

Na geografia, o uso da noção de região é muito mais complexo. Isso se deve, sobretudo, ao pluralismo teórico-metodológico em torno de seu conceito. É fato que em volta do desenvolvimento do conceito

de região surgiu, ao longo da história do pensamento geográfico, um intenso debate, centrado, segundo Corrêa (2005, p.184) “[...] na procura de um conceito e um método que fornecessem à geografia a sua identidade, diferenciando-a tanto das ciências naturais como das ciências sociais”. Tal busca deu margem a consideráveis debates e divergências entre geógrafos contemporâneos, planejadores regionais, cientistas regionais e cientistas sociais em geral. Em outras palavras, a noção de região possui uma variedade de acepções na geografia que servem, segundo Gomes (2008), como elementos-chave de um sistema explicativo que abarca contextos políticos, político-institucionais, econômicos e culturais.

Partindo dessa premissa, o presente artigo não tem intenção responder de forma definitiva o que é a *região*, e sim, reconhecer a existência da sua noção e seu emprego dentro da ciência geográfica. É importante frisar que reconhecer aqui significa mais do que meramente distinguir a existência; significa, segundo a concepção de Gomes (2008, p. 49) “[...] aceitar seu uso, [...] significa conceber nesta multiplicidade a riqueza e o objeto propriamente de uma investigação científica”. Desse modo, propõe-se, a *priori*, uma abordagem histórico-conceitual sobre a noção de região, para posteriormente elucidar os elementos básicos do estudo, a saber: Globalização e Desenvolvimento regional.

## **Evolução do conceito de Região de 1870 aos dias atuais – Século XXI**

A palavra região deriva do latim *regione*. Segundo Corrêa (2005, p. 183), sua raiz está no verbo *regere*, que significa governar, “[...] o que atribui à região, em sua concepção original, uma conotação eminentemente política”. Nos tempos do Império Romano, *regione* era a denominação utilizada para se referir à unidade político-territorial em que se dividia o império, isto é, era a designação dada às áreas em que estavam subordinadas as regras gerais e hegemônicas do referido império, mesmo que estas dispusessem de uma administração local.

Gomes (2008, p. 52), ao fazer uma breve reconstituição histórica sobre a origem do conceito de região, destaca três consequências atreladas à sua discussão. A primeira é que o conceito de região tem “[...] implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial”. Essa consequência tem origens no próprio Império Romano, que subdividia suas áreas, formando fraturas regionais que representavam a extensão espacial do seu poder central hegemônico.

Após o esfacelamento do Império Romano, a Igreja seguiu com esse tipo de divisão do espaço, utilizando as unidades regionais como estabelecimento de sua hierarquia administrativa. Gomes (2008) afirma que essa subdivisão regional foi a origem do poder autônomo dos feudos, dominante na Idade Média. Com o nascimento do Estado moderno no continente europeu, em meados do século XVIII, surgiram novas discussões. O Estado, no intuito de se legitimar, utilizava-se, predominantemente, do discurso da união regional frente a um inimigo comercial, cultural ou militar.

Em segundo lugar, a discussão de temas como política, atividades econômicas, cultura, está “[...] relacionada especificamente às projeções no espaço das noções de autonomia, soberania, direitos etc., e de suas representações” (GOMES, 2008, p. 52). Questões como a relação entre a centralização, a uniformização administrativa e a diversidade espacial, cultural, econômica, política e física ligadas à formação dos Estados-Modernos fizeram renascer as discussões em volta dos conceitos de região, comunidades territoriais, nação etc.

E, por fim, em terceiro, a geografia foi o campo privilegiado dessas discussões ao abrigar “a região como um dos seus conceitos-chave e ao tomar a si a tarefa de produzir uma reflexão sistemática sobre este tema”, afirma Gomes (2008, p. 52).

O conceito de região, com o passar do tempo, ganhou várias conotações. A mais comum diz que é uma porção da superfície terrestre que se diferencia das demais. Fato que, ao verificar o Dicionário Aurélio, constata-se o significado de região como um: “Território que se distingue dos demais por possuir características (clima, produção, etc.) próprias” (FERREIRA, 2004, p. 1723). No entanto, como

já explicitado, para a Geografia, esse conceito é mais complexo, pois percorre caminhos estreitos em busca de uma identidade eminentemente geográfica.

Corrêa (2005), no intuito de esclarecer, para os não geógrafos, os diferentes significados que os geógrafos atribuem ao conceito de região, elaborou um estudo para colocar em evidência como estes, ao longo da história da Geografia, consideram o termo região. O mesmo subdivide, a princípio, três acepções importantíssimas de região estabelecidas pelos pesquisadores geógrafos entre o início do século XIX (quando a Geografia é institucionalizada) até aproximadamente a década de 1970 (Quadro 1).

O Quadro 1 demonstra, de maneira simples e resumida, a evolução das concepções sobre região dentro do contexto da geografia clássica. A primeira acepção apoia-se nos dados da natureza. Isso porque bem antes da Geografia alcançar o status acadêmico, era a Geologia, em meados do século 19, que tinha como um dos conceitos-chave o de região. Gomes (2008) mostra como exemplo dessa notória fonte ao discurso geográfico da época a obra de Vidal de La Blache, intitulada *Tableau de la géographie de la France*, em 1903. Segundo o mesmo, a inspiração da divisão regional tinha ecos de sua leitura dos geólogos.

Outro exemplo é o trabalho de L. Gallois, discípulo de Vidal de La Blache, que, em 1908, escreveu a obra intitulada *Régions naturelles et noms de pays*, onde segundo Gomes (2008, p. 55) “buscava a relação entre as tradicionais regiões galo-romanas e uma certa unidade fisiômica natural básica”. Para Gallois, as divisões da superfície terrestre eram o produto de estudo da geografia humana, pois se acreditava que a influência da região natural era decisiva na configuração de uma sociedade. Visualiza-se a partir dessa afirmativa, uma matriz determinista ambiental. O conceito de região natural nasce, pois, “[...] desta ideia de que o ambiente tem um certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade” (GOMES, 2008, p. 55).

**Quadro 1 – Evolução da noção de Região 1870-1970**

Período	Matriz	Noção	Características
1870 a 1920	Determinismo Ambiental: ligada à visão darwinista e neo-lamarckiana	Região natural	A região natural é concebida como uma porção da superfície terrestre identificada por uma específica combinação de elementos da natureza como, sobretudo, o clima, a vegetação e o relevo, combinação que vai se traduzir em uma específica paisagem natural.
1920 a 1950	Historicismo de base neokantiana	Região-Paisagem	A região passa a ser vista como área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural [...] resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural.
1950 a 1970	Lógico positivista	Região Homogênea e Funcional	A região é considerada a partir de propósitos específicos, não tendo a <i>priori</i> , como no caso da região natural e da região-paisagem, uma única base empírica [...]. A região natural e a região-paisagem passam a ser apenas uma das múltiplas possibilidades de se recortar o espaço terrestre. A região constitui-se para os geógrafos lógico-positivistas em uma criação intelectual, criada a partir de seus propósitos específicos.

Fonte: Adaptação do autor, da obra de CORRÊA (2005).

Para Corrêa (2005, p. 184), “entender a ação combinada dos processos naturais e o impacto da ação humana sobre a região natural são, ainda hoje, de grande interesse para os geógrafos em geral”. Porém, o mesmo alerta que a região natural não mais se constitui na referência espacial-chave entre os geógrafos para explicar diferenças no processo de desenvolvimento econômico e social.

A segunda acepção origina-se de uma reação à matriz positivista. Corrêa (2005, p. 185) diz que “[...] a matriz agora é o historicismo de base neokantiana, enfatizando a separação entre ciências naturais e sociais, atribuindo um caráter ideográfico aos eventos e às regiões, ao tempo e ao espaço”.

Gomes (2008) afirma que os geógrafos dessa corrente acreditavam que a natureza pode influenciar e moldar certos gêneros de vida, porém é sempre a sociedade, com seu nível de cultura, de educação, dentre outros fatores, que tem a responsabilidade da escolha. O mesmo enfatiza que a esta perspectiva possibilista, as regiões “[...] existem como unidades básicas do saber geográfico, não como morfológica e fisicamente pré-constituídas, mas sim como o resultado do trabalho humano em um determinado ambiente” (GOMES, 2008, p. 56). Nasce desse pensamento, a noção de região geográfica ou região-paisagem. Esta acepção se estende de 1920 a 1950.

Por fim, a terceira concepção emerge em meio à revolução teórico-quantitativa, de base eminentemente lógico-positivista, em meados da década de 1950. É importante frisar que essa acepção não elimina as anteriores. Corrêa (2005) afirma que, a partir desse período, houve um aumento de estudos recortando os países em diferentes tipos de regiões homogêneas e regiões funcionais. As primeiras “em torno de características consideradas como fixas e as segundas aos diversos fluxos que percorrem o espaço” (CORRÊA, 2005, p. 187).

Moreira (2006, p. 158) alerta que os geógrafos dos anos de 1950, quando olhavam o mundo, viam a “paisagem de uma história humana que mal mudara de página no trânsito dos séculos XIX-XX. Viam a sombra das civilizações antigas com suas paisagens relativamente paradas, compartimentadas e distanciadas”. O mesmo ressalta que,



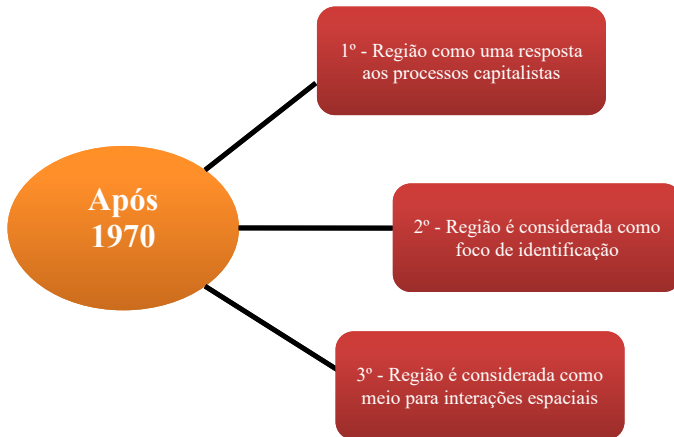
O que os geógrafos viam na paisagem era essa forma geral e de longa duração, e passaram a concebê-la como uma porção de espaço cuja unidade é dada por uma forma singular de síntese dos fenômenos físicos e humanos que a diferencia e demarca dos demais espaços regionais na superfície terrestre justamente por sua singularidade. Pouco importava se o dito e o visto não coincidissem exatamente. (MOREIRA, 2006, p. 158)

A região, a partir dessa afirmativa, tinha como característica básica a demarcação territorial de limites rigorosamente precisos, isto é, era a forma matricial da organização do espaço terrestre. Nos anos 1960 e 1970, a vinculação entre essas numerosas regionalizações e o sistema de planejamento regional era muito nítida (CORRÊA, 2005).

Com a incorporação de novos paradigmas à Geografia, a partir da década de 1970, o conceito de região reaparece no interior de uma geografia crítica fundamentada no Materialismo Histórico e Dialético, como também nas geografias humanista e cultural.

Corrêa (2005, p. 187) alerta que além desse fator, adicionalmente, o conceito de região despertou o interesse de não geógrafos ou “daqueles que, de alguma forma, se interessam pela dimensão espacial da sociedade”. Em decorrência disso, novos conceitos de região foram produzidos, o que ampliou consideravelmente o pluralismo conceitual. Citando Anne Gilbert, Corrêa (2005) afirma que três conceitos de região foram desenvolvidos após 1970 (Figura 1).

**Figura 1** – Evolução da noção de Região após 1970.



Fonte: Adaptação do autor, da obra de CORRÊA (2005).

O primeiro conceito refere-se à região como uma resposta aos processos capitalistas. Vista como formação socioespacial, a região é entendida como “a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista” (CORRÊA, 2005, p. 187). Os elementos ligados a esta vertente giram em torno de uma regionalização da divisão social do trabalho, da reprodução da força de trabalho, do processo de acumulação capitalista e dos processos político-ideológicos (CORRÊA, 2005). Trata-se de uma visão que se aproxima, ou afina-se, com o conceito de formação socioeconômica formulado por K. Marx. Gomes (2008, p. 66) afirma que para Marx, o conceito de formação socioeconômica corresponderia “[...] aos produtos histórico-concretos dos diversos modos de produção”. Continuando com este raciocínio, o mesmo diz que:

Cada modo de produção apresenta, pois, um conjunto de formações socioeconômicas, com aspectos particulares, com evoluções diversas, mas que possuem em comum as características que dão unidade ao modo de produção. Cada uma destas unidades deve, pois organizar seu espaço de uma maneira própria, sendo esta a base de uma

regionalização, ou do princípio de diferenciação do espaço em cada momento histórico (GOMES, 2008, p. 66).

Desse tipo de reflexão surgiu, também, a ideia da região como uma totalidade socioespacial. Santos enfatiza que a região é, nessa perspectiva, “síntese concreta e histórica desta instância espacial ontológica dos processos sociais, produto e meio de produção e reprodução de toda a vida social” (SANTOS, 2008 apud GOMES, 2008, p. 66). Para este autor, nas condições atuais da economia mundial, “região não é mais uma realidade viva dotada de uma coerência interna, ela é definida do exterior [...] e seus limites mudam em função de critérios diversos” (SANTOS, 2008, p. 40).

Corrêa (2005) menciona alguns importantes autores que, com uma abordagem fundada no marxismo, rediscutem o conceito de região. São eles: Luis Coraggio; Doreen Massey; e Neil Smith.

O segundo conceito de região, que surgiu após a década de 1970, é ligado à Geografia Humanista (apoiada pelas filosofias do significado) e à Geografia Cultural Renovada (ligada aos estudos sobre a paisagem realizados por geógrafos alemães, franceses e anglo-saxônicos).

A região é considerada, nesta perspectiva, como foco de identificação, sendo definida como um “[...] conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo e, assim, um elemento constituinte de uma identidade” (CORRÊA, 2005, p. 188). Os geógrafos dessa corrente buscaram chamar a atenção para elementos como a consciência regional e o sentimento de pertencimento, no intuito de revalorizar a dimensão regional como espaço vivido.

Gomes (2008, p. 67) indaga que, nesse sentido, a região existe

[...] como um quadro de referência na consciência das sociedades; o espaço ganha uma espessura, ou seja, ele é uma teia de significações de experiências, isto é, a região define um código social comum que tem uma base territorial [...] a região passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. Refuta-se, assim, a regionalização e a análise regional, como classificação a partir de critérios externos à vida regional.

Assim, para compreender, entender e analisar uma região é preciso viver a região. As obras de J. L. Piveteau, Yi-Fu Tuan e André Frémont são exemplos, segundo Corrêa (2005), dessa abordagem.

Por fim, o terceiro conceito de região é entendido como meio para interações espaciais. Para Corrêa (2005, p. 188) “trata-se de uma visão política da região com base na ideia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas”. Os estudos de Allan Pred, Derek Gregory e Claude Raffestin são exemplos de pesquisas que seguiam esta abordagem de região pós-70.

As interações espaciais são constituídas por um amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Contudo, para além dessa definição, Corrêa (2006, p. 280) alerta que as interações espaciais devem ser vistas como:

[...] parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço. No que se refere à existência e reprodução social, as interações espaciais refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas. No que concerne às transformações, as interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente, por uma assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças já existentes [...] transformando os lugares.

A partir desse quadro sumário, pode-se concluir que os três conceitos de região que surgiram após 1970 têm em consonância o fato de estarem apoiados na ideia de persistência da diferenciação de áreas. Segundo Corrêa (2005), os diversos estudos que emergiram pós-70 não compartilhavam da tese de que o mundo esteja se tornando homogêneo, indiferenciado e, conseqüentemente, as regiões estejam desaparecendo.

Pode-se inferir, também, que a região esteve no centro de múltiplos debates que ainda na atualidade dão gás às discussões epistemológicas da Geografia. Dentre as novas discussões, Castro (1994, p. 162) diz que,

[...] a identidade socioespacial, o espaço do cotidiano, o espaço da participação, da mobilização e da decisão política, o espaço da administração pública e outros mais definem novas questões para investigação e estabelecem o desafio metodológico da escala dos fenômenos que dão sentido ao território regional.

Castro (1994, p. 162) complementa esse discurso afirmando que a preocupação com a região, enquanto problema de investigação, e com o regionalismo, enquanto um dos conteúdos possíveis da primeira, deriva das suas “possibilidades explicativas dos processos de transformação do espaço e dos atores mais destacados das mudanças”.

Somado a estes fatores, tem-se ainda como moeda corrente nos mais variados discursos geográficos o conceito de globalização. Para Gomes (2008, p. 71), em geral, o termo globalização expressa a ideia de uma “[...] economia unificada, de uma dinâmica cultural hegemônica, de uma sociedade que só pode ser compreendida como um processo de reprodução social global”.

Santos (2011, p. 23) afirma que “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. Isso fez com que o discurso geográfico sobre região e seus conteúdos, como o do regionalismo, se tornasse ainda mais complexo, pois aumentou consideravelmente a fragmentação articulada da superfície terrestre. Para Corrêa (2005), essa fragmentação se exprime na divisão territorial do trabalho, caracterizada tanto por especializações produtivas, como também sociais, culturais e políticas. Devido a essa fragmentação, os recortes regionais atuais são múltiplos e complexos e nem sempre feitos de forma igualitária, pelo contrário, incorporam um aumento do padrão de desenvolvimento desigual capitalista.

Sabendo disso, os tópicos abaixo apresentam uma discussão que analisa a relação entre desenvolvimento regional e globalização, e, posteriormente, debate as políticas regionais na Amazônia e Tocantins.

## **Globalização e Desenvolvimento regional**

O debate sobre a natureza da região e, conseqüentemente, a discussão sobre o desenvolvimento regional nasce em um momento

em que o mundo, sob o prisma do capitalismo industrial, já está concomitantemente unificado e dividido, surgindo a ideia de uma economia mundial. As regiões não são mais autônomas, pelo contrário, são dependentes de processos gerais e universais, em maior ou menor grau. Este fenômeno é causado, sobretudo pelo advento da globalização (CORRÊA, 2005).

A globalização fez com que o processo de exercer muitos olhares sobre o espaço do homem fosse acentuado. Os geógrafos, em especial, perceberam as mudanças na organização espacial que a economia mundial provocou e que foram aguçadas pela globalização econômica (CORRÊA, 2005). Seus numerosos conceitos de região desenvolvidos constituíram e constituem “[...] respostas aos múltiplos ângulos com que eles observaram e observam o mundo real já complexamente fragmentado e articulado”, explica Corrêa (2005, p. 191). Em outras palavras, nesse mundo globalizado, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características e novas definições, onde, segundo Santos (2011), a globalização, com a projeção dos sistemas técnicos e da informação, altera o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas.

Para esse autor, a globalização, além de representar uma existência de um novo sistema de técnicas, proporcionado pelo avanço da ciência, é também “[...] o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes” (SANTOS, 2011, p. 24).

Segundo Therborn (2001), a globalização surge como um processo que envolve cinco tipos centrais de discurso. Inicia-se pelo econômico, passa pelo sócio-político, alcança o discurso dos estudos antropológicos e culturais, contempla as preocupações ambientais planetárias e, por fim, a globalização surgiu “como centro de um discurso e de um protesto sócio-críticos, como uma nova forma que assumem as forças adversas: o inimigo da justiça social e de valores culturais particulares” (THERBORN, 2001, p.124). O autor sustenta a ideia de que o fenômeno da globalização implica, evidentemente, em uma desigualdade entre a humanidade global.

Assim, pode-se dizer que a globalização econômica e a economia mundial não geraram a homogeneização. Gomes (2008) enfatiza que a globalização, de certa forma, parece não ter conseguido suprimir a diversidade espacial. Para esse autor, se hoje o capitalismo se ampara em uma economia mundial, não quer dizer que haja uma homogeneidade resultante desta ação “[...] O mais provável é que nesta nova relação espacial entre centros hegemônicos e as áreas sob suas influências tenham surgido novas regiões ou ainda se renovado algumas já antigas” (GOMES, 2008, p. 72).

Para Corrêa (2005, p. 189-190), o capitalismo industrial, na verdade,

[...] criou, desfez e refez unidades regionais nos diferentes continentes [...] As regiões preexistentes, refeitas ou recém-criadas [...] tornaram-se articuladas, originando uma economia mundial cuja configuração espacial que se assentava em um único mosaico passou a se tornar cada vez mais complexa, constituída de regiões de diversas dimensões, formas e conteúdos.

Santos (2011) chama a atenção para a tendência dos territórios a uma compartimentação generalizada. O mesmo afirma que a compartimentação é onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local da sociedade nacional. Esses movimentos, segundo o autor, “são paralelos a um processo de fragmentação que rouba às coletividades o comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto” (SANTOS, 2011, p. 80).

Essa fragmentação articulada, promovida pela globalização, aumenta a complexidade, implicando na afirmação, denominada por Corrêa (2005), de múltiplos mosaicos, nos quais se encontram irregularmente superpostos. Já para Santos (2011), a fragmentação revela um cotidiano em que há parâmetros exógenos, ou seja, externos e sem referência ao meio. Segundo o mesmo, “a assimetria na evolução das diversas partes e a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de regu-

lação, tanto interna quanto externa, constituem uma característica marcante” (SANTOS, 2011, p. 81).

Atualmente, com a globalização, pode-se inferir que a compartimentação da totalidade da superfície da terra é feita não apenas pela ação direta do homem, mas também pela sua presença política. Santos (2011, p. 81) afirma que hoje “[...] todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase histórica”. O território mostra alterações de densidade quanto às coisas, aos homens, aos objetos, ao movimento das coisas, dos homens, do dinheiro, das informações e também quanto às ações políticas (SANTOS E SILVEIRA, 2005).

Sabendo-se desses fatores, pergunta-se: *o desenvolvimento regional voltou à cena política?* Essa premissa parte do debate da necessidade atual em se discutir o desenvolvimento regional na perspectiva de uma reflexão metodológica que não separe “teoria e prática”, a fim de estimular um debate que não desconsidere a ação, e sim, estimule a sua reflexão (ARRAIS, 2009).

A ação é entendida como uma propriedade tanto dos indivíduos como dos atores sociais. Segundo Arrais (2009, p. 2), a ação não é “[...] uma propriedade do espaço, mas dos grupos sociais”. Segundo esse autor, para o estudo do desenvolvimento regional é imprescindível qualificar os atores sociais a partir de sua ação. No Brasil, por exemplo, o Estado foi um ator chave na distribuição de recursos no território, onde sua ação no espaço regional, principalmente a partir da década de 1950, “[...] traduziu os interesses dos grupos hegemônicos nacionais em associação com os grupos regionais” (ARRAIS, 2009, p. 2). Em outras palavras, o território brasileiro é uma espécie de palco onde se materializam espacialmente grandes transformações espaciais provenientes de uma ação racionalizada preparada “[...] a partir de um discurso político-ideológico que emana principalmente do seio dos planejamentos governamentais” (SANTOS, R., 2008, p. 35).

Desde 1930, determinadas ações do governo brasileiro têm se dedicado a uma ideologia desenvolvimentista com o objetivo de reestabelecer o crescimento e a ocupação econômica do território nacional. A implantação do Estado Nacionalista do governo Vargas (1930-



1945) é um ótimo exemplo de como essa ideologia foi aplicada para conduzir os problemas econômicos do país relacionados à emancipação econômica, à ocupação do território, à industrialização, às relações cidade-campo, entre outros fatores. Para Ianni (1996, p. 123) o Estado, neste período, foi levado a assumir novas tarefas e a desempenhar papéis decisivos, “[...] com a finalidade de resolver os problemas econômicos e financeiros mais urgentes do País”.

Assim, o problema da ocupação econômica do território é um postulado da própria criação do Estado Nacional, que representa os interesses dos ideólogos desenvolvimentistas (IANNI, 1996). Para os detentores dessa ideologia, a exemplo de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, os próprios governos militares, entre outros, a questão do desenvolvimento e o crescimento econômico do Brasil é algo que deve ser colocado em prática de forma imperativa, mesmo que haja forças sociais e políticas não favoráveis. Tal ideologia remete a uma postura política dos atores sociais baseada em uma filosofia unilateral. O crescimento econômico e o progresso socioeconômico são considerados como fenômenos naturais e necessários à sociedade. Santos, R. (2008) argumenta que,

A formulação de novas concepções sobre desenvolvimento, planejamento, intervencionismo estatal e emancipação econômica implicam na elaboração de uma estratégia política para o desenvolvimento segundo o qual a prosperidade dependia essencialmente do desenvolvimento industrial do País [Isso fez com que desembocasse a ideologia das “fronteiras ideológicas”], tal ideologia supõe que a ordem pública determina o processo do desenvolvimento, como um discurso de que o fundamental é ter a certeza de que toda a sociedade, mesmo à custa de sacrifícios, constrói um futuro melhor. Deste modo, ela atua como forte catalisadora da mobilização política. (SANTOS, R. 2008, p. 38-39).

Santos (2011, p. 76) enfatiza que, com o aumento da globalização no mundo, o Brasil passou a ser “[...] um território nacional da economia internacional”. Isso significa que mesmo que se tenha forças ativas atuais de origem externa, as normas públicas são da competên-

cia nacional. Segundo este autor, o Estado nacional, em última análise, é o que retém o monopólio das normas, “[...] sem as quais os poderosos fatores externos perdem eficácia” (SANTOS, 2011, p. 77). Para ele, ao contrário do que vários pesquisadores repetem impunemente, o Estado continua forte.

Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, o Brasil incorporou a técnica do planejamento como instrumento estatal de política econômica, uma vez que precisava fazer uma intervenção na economia capaz de responder ao momento econômico e à emergência do Estado burguês. Arrais (2007, p.26) destaca que o que se colocava naquele período era,

[...] a necessidade do controle do território, o que demandou políticas que estimulassem a integração do mercado interno e a regulação das relações entre capital e trabalho, considerando que se tratava de um país que iniciava sua caminhada para a industrialização [...] O planejamento regional sistemático surgiu, dessa forma, a partir do reconhecimento, por parte do governo federal, de uma desigualdade entre as regiões do país, especialmente em relação à distribuição de renda e infraestrutura, concentração industrial e densidade populacional.

Ora, isso se devia ao fato de que era o Estado nacional que regulava o mundo financeiro e construía infraestruturas (SANTOS, 2011). Até meados da década de 1960, a palavra planejamento compareceu sempre associada à montagem da estrutura político-administrativa do Estado, onde evidenciava um padrão planejado de reprodução do capital, em oposição a um padrão espontâneo (ARRAIS, 2007). Porém, as mudanças políticas, a partir de 1964, interferiram categoricamente no entendimento da função do território do Estado. Referindo-se à questão do Estado nos governos militares, Moraes (2005, p. 100) afirma:

As noções de modernização e desenvolvimento perdem seu componente social e político, passando a qualificar apenas os aparatos produtivos e as infraestruturas. A ‘região-problema’ dos anos 50 é desfocada ao mesmo tempo que se revalorizam os espaços

de fronteira com forte incentivo ao avanço das frentes pioneiras no Centro-Oeste e na Amazônia.

Carleial (1993, p. 37) frisa que por meio da criação de órgãos voltados para a questão regional (exemplo: Sudam – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), da concessão de incentivos fiscais e financeiros direcionados ao capital privado e da intervenção produtiva mediante a instalação de empresas, mostram que a realidade brasileira até a década de 1970 indicava que o “[...] desenvolvimento do capital auxiliado pela ação do Estado [...] foram capazes de criar uma economia nacional integrada que eliminou as economias regionais como “ilhas”, estabelecendo uma matriz produtiva densa e complexa que se especializa por todo território nacional”. Esta ação representa o objetivo de preencher os vazios da estrutura produtiva e territorial da época.

Na visão de Arrais (2007), passado esse período, e adentrando o período de democratização, marcado pela constituição de 1988 e sua tendência descentralizadora, considerando como prioritária a escala municipal, dois pontos parecem importantes em relação ao planejamento. O primeiro, segundo o teórico, foi o reconhecimento da necessidade de combater as chamadas desigualdades regionais (educação, saúde, saneamento básico, etc.), enquanto que o segundo foi a exigência do “Plano Plurianual (PPA) como instrumento de planejamento governamental e a indicação, de forma regionalizada, das metas da administração pública” (ARRAIS, 2007, p. 26).

O Brasil, na década de 1980, passava por recorrentes crises, cujas determinações encontravam-se ligadas na incapacidade de financiamento do Setor Público, na falência de um processo de entrada de capitais externos associado, sobretudo, à não solução da dívida externa (CARLEIAL, 1993). Estes foram alguns dos motivos para que o planejamento regional reconhecesse a necessidade dos dois pontos acima mencionados.

Arrais (2009, p.4) alerta, ainda, sobre dois outros importantes pontos relacionados ao planejamento e ao desenvolvimento regional no Brasil. O primeiro diz respeito ao “reconhecimento da ampliação

da diversidade territorial brasileira, resultado da progressiva inserção diferencial de várias regiões à economia internacional”. Enquanto que o segundo refere-se “à própria mudança na concepção de intervenção do Estado, o que significa que não podemos considerar as novas experiências fora do contexto da política nacional”.

Volta-se aqui ao questionamento anterior – “o desenvolvimento regional voltou à cena política?”. Baseando-se nas argumentações já feitas, a resposta a esta questão é sim. Porém, se o desenvolvimento regional está sob os olhos da ação política, surge outra questão: o que define uma política regional? Na concepção de Arrais (2009), o que define uma política regional é a escala. Segundo o mesmo trata-se,

[...] em primeiro lugar, de uma política regionalizada e regionalização é ação. Uma política regionalizada é aquela que expressa o quadro de intenções de diferentes atores sociais em uma dada base territorial, aqui qualificada de região. Dessa forma, uma política regional não se confunde com uma política setorial. Na política regional, a demanda pelas ações tem por objetivo alterar as feições de uma determinada região, assim como no caso clássico do Nordeste brasileiro (ARRAIS, 2009. p. 3).

A mudança dos aspectos de uma região a partir de uma determinada política regional relaciona-se com a própria natureza da interpretação sobre o significado e os fatores responsáveis por essa desigualdade (ARRAIS, 2009).

## REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Tadeu A. Apontamentos metodológicos sobre desenvolvimento regional. **Biblio 3W**: Revista bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales da Universidad de Barcelona, Espanha, v. XIV, n. 849, 30 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-849.htm>> Acesso em: dez. 2013.
- ARRAIS, Tadeu A. Planejamento e Desenvolvimento Regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. **Mercator**: revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 6, n. 12, p. 25-36, 2007.

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273620805004>>  
Acesso em: jan. 2014.

CARLEIAL, Liana M. da F. A questão regional no Brasil Contemporâneo. In. LEVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana M. da F.; NABUCO, Maria R. (Org.) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec LTDA, 1993.

CASTRO, Iná E. de. Visibilidade da Região e do Regionalismo. A escala brasileira em questão. In. LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana M. da F.; NABUCO, Maria R. (Org.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CORRÊA, Roberto L. **Trajetórias Geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 304p.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. IN. Castro, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C; CORRÊA, Roberto L (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MORAES, Antônio C. R. **Território e história no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 20 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Roberto de S. A reestruturação territorial do Tocantins e seus desdobramentos socioespaciais: um convite para a reflexão. In. PEREIRA, Aires José; SANTOS, Roberto de S. (Org.) **Ensaio de Geografia e educação no/do Tocantins**. Goiânia: Kelps, 2008. p. 33-60.

THERBORN, Goran. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. Porto Alegre: **Revista Sociologias**, 2001.

# 2

## **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O DISCURSO REGIONALISTA NO TOCANTINS**

*Roberto de Souza Santos*

### **Da construção do imaginário social ao imaginário político-territorial**

**N**este subitem, debateremos sobre o processo imaginário social ao imaginário territorial. A ideia é compreender o discurso regionalista no processo de divisão do estado de Goiás construído a partir do imaginário territorial. Imaginário é uma força atuante no mundo das ideias e da representação mental das imagens e parte do pressuposto de que todo pensamento humano é representação que passa pela mediação simbólica. Neste sentido, o imaginário constitui uma energia que se formaliza individual e coletivamente, materializando-se em ações informadas por imagens e símbolos. Portanto, desvendá-lo significa revelar o substrato simbólico das ações concretas dos atores sociais, tanto no tempo como no espaço, ou seja, a conexão do imaginário e do simbólico se faz também no território (CASTRO, 1997).

Para Bourdieu (1989), língua, dialeto ou sotaque são objetos de representações mentais que, juntamente com a cultura, constituem o poder simbólico, e este, por sua vez, permite a criação do imaginário social. O poder simbólico dos atores sociais impõe legitimidade de

reconhecimento do território por meio da objetivação das representações do mundo social e da produção cultural ou ideológica. Na procura dos critérios objetivos de identidade regional ou territorial, não se deve esquecer que na prática social estes critérios (a língua, o dialeto ou o sotaque) são objetos de representação mental de atos de percepção, de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento. Também devem-se considerar as representações objetais em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, templos, a própria natureza, etc.) em que os atores sociais investem os seus interesses ou estratégias interessadas de manipulação simbólica, que têm em vista determinar a representação mental para a busca do imaginário social objetivado.

Impor a legitimidade de reconhecimento do território, necessariamente, perpassa pela objetivação do discurso regionalista ou territorial. Bourdieu (1989) considera que o poder simbólico contribui para o discurso dos rituais institucionais e que seu peso no processo decisório e nas diferenciações sociais e espaciais é algo evidente. Há de se destacar a relevância do discurso regionalista nesta leitura geográfica do território. Para evidenciar este raciocínio, podemos exemplificar os lemas “Marcha para o Oeste”, “Integrar para não Entregar” e “Terra sem homens para homens sem terra” representam uma das dimensões deste discurso regionalista. Em outras palavras, pode-se dizer que este discurso é forjado por um governo com forte preocupação com a geopolítica de segurança nacional para o território brasileiro.

O discurso regionalista e territorial é um discurso que tem em vista impor como legítima a definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer o território, instituindo assim uma identidade territorial. Esse discurso é um instrumento que enuncia os interesses culturais, políticos e ideológicos dos atores sociais e políticos para o reconhecimento de um determinado espaço geográfico enquanto região ou território propriamente dito. Mas, o efeito de conhecimento exercido pela objetivação no discurso não depende apenas do reconhecimento consentido por aquele que o detém; ele depende também do grau em que o discurso anuncia à comunidade territorial a sua identidade, o qual deve estar fundamentado na objetividade dos atores sociais a que ele se dirige, assegura Bourdieu (1989).

Segundo Castro (1997), as representações mentais e objetais proporcionam a construção do imaginário social por intermédio do discurso, que pode ser tanto político como ideológico. O imaginário social pode manifestar-se a partir de um discurso político, partindo desse pressuposto, é coerente afirmar que o imaginário social se desdobra em imaginário político e ambos em sua matriz territorial, por serem construídos pelas informações da Geografia dos Lugares. O imaginário social como força instituidora do imaginário político tem o território como *locus* por excelência de sua materialização.

Neste particular, a dimensão política é o meio de controle das paixões humanas e, na política, quando paixões transformam-se em interesses, a relação afetiva com o espaço também participa desta mudança. O espaço contém símbolos do imaginário social e é um componente deste imaginário, tanto em sua dimensão emocional como material. O elo afetivo entre a pessoa e o lugar como componente do imaginário social e das paixões constitui relações sociais e estas, por sua vez, são territorializadas. Neste contexto, pode-se considerar imaginário político e território como termos que possam articular-se coerentemente, quando a política é considerada como controle das paixões humanas e o território como suporte material para a convivência (CASTRO, 1997).

Quando se trata da ideia de imaginário político no território, convém lembrar que o imaginário político e a natureza encontram-se entrelaçados em situações concretas, o que explica questões-chave tanto da representação territorial da política como do sentido dos seus discursos e das bandeiras regionalistas ou territoriais. Tornar a natureza um recurso político supõe não apenas sua utilidade, mas a forma como ela é percebida coletivamente. No espaço, há forte consciência do poder simbólico do território, estabelecido pelos seus conteúdos materiais, pela sua natureza, todos portadores de significados, algumas vezes múltiplos e identificáveis pelos utilizadores dos lugares. Desse modo, o local se torna lugar porque o imaginário político se torna imaginário territorial, e este se alimenta do imaginário político-geográfico. Castro (1997) ressalta que há neste processo, uma forte



interdependência socioespacial objetivada no imaginário social de conteúdo político e territorial.

A relação entre o imaginário político e o territorial, ao longo da história, tem assumido diferentes formas de racionalidade e de objetivação, como por exemplo os recursos disponíveis no espaço geográfico como suporte para a sobrevivência ou para o processo de desenvolvimento econômico e, mais especificamente, para o crescimento econômico. Para a objetivação do imaginário, as imagens do espaço geográfico são relevantes, e elas são construídas socialmente sobre os recursos ambientais, que constituem a base fundamental do imaginário social e recurso para a retórica ou para a ação política no território. Neste aspecto, convém lembrar que as visões particulares da natureza, seja o possibilismo lablachiano ou as correntes deterministas da Geografia como a ratzeliana, sempre alimentaram concepções políticas e deram importante contribuição aos seus discursos (CASTRO, 1997). A natureza como recurso político torna-se um capital político que, é na verdade, uma forma de capital simbólico (BOURDIEU, 1989).

O caso do clima semi-árido Nordeste tem sido visto como a causa principal dos problemas da região e utilizado nos discursos das elites locais para obter maiores benefícios junto ao governo federal, afirma Castro (1997). Essa ideia de clima semiárido faz parte de um imaginário regional e até nacional que revela uma percepção na qual o determinismo da natureza está implícito: trata-se de um território condenado à pobreza pela sua natureza difícil de ser domada. Os meios de comunicação constituem instrumentos eficazes na condução e criação deste imaginário.

Seguindo essa linha de raciocínio, o regionalismo ou o nacionalismo é uma das particularidades das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos, quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização; o que está em jogo, é a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas ligadas às manifestações simbólicas (objetivas ou intencionais) da identidade social, assegura Bourdieu (1989). Percebe-se ainda que por detrás deste imaginário social está implícita a ideia

de determinismo geográfico, o qual está inserido nos discursos das elites, como é o caso referido da seca do Nordeste por Castro (1997).

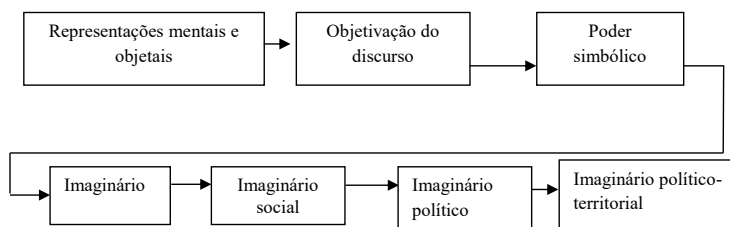
Os poderes simbólicos e político-ideológicos são cristalizados no acontecer das relações sociais, pois, o indivíduo é um ser social e, como tal, está inserido num meio social em que o poder se evidencia nas relações sociais. A materialidade social faz parte de uma ideologia que é uma das formas da práxis social, aquela que, partindo da experiência imediata dos dados da vida social, constrói abstratamente um *sistema de ideias ou representações* sobre a realidade (CHAUÍ, 1984).

Do ponto de vista da sociedade tecnológica ou do conhecimento, como diz Drucker (1998), no conceito de social há que incluir a dimensão cultural-simbólica que tem a ver com significados, sentidos e representações de caráter social, quando se trata do desenvolvimento de uma prática direcionada à difusão/adoção da tecnologia. Esta difusão acaba se materializando socialmente, mesmo quando os agentes não tenham consciência dela. No simbólico, encontra-se o núcleo mais importante de mudanças (aceitação ou resistência) derivadas da introdução ou adoção de novas tecnologias. Mas estas novas tecnologias sempre trazem mudanças no meio social, impondo sua própria racionalidade. Nestas circunstâncias, as tecnologias instituem valores que se desdobram em ingredientes simbólicos ligados ao valorativo, àquilo que reputa como bom ou como mau, que tem caráter normativo da conduta social, portanto, as tecnologias interferem na formação do universo do simbólico (VILELA *et al.*, 1995).

Diante do exposto acima, conclui-se que os atores e agentes sociais que detêm o domínio do território se apropriam das condições naturais como atributo político para se reproduzirem socialmente. Mas esta afirmação é um pressuposto ratzeliano em que as condições naturais do meio aparecem como um dos fatores do progresso e potencializam a geopolítica territorial de um povo, de um Estado. Quando as elites intelectuais e econômicas apropriam dos valores simbólicos regionais, seja eles sociais ou naturais, esta elite acaba construindo o seu discurso regionalista que representa os seus interesses. Esse discurso regionalista forma um movimento político-territorial em prol de um objetivo, de uma ação, de uma bandeira. Para melhor visualizar

o exposto acima, podemos observar o fluxograma nº 01 a seguir. O fluxograma representa as etapas do processo de territorialização desde as representações mentais e objetais do imaginário social ao imaginário territorial-político. Este subitem é necessário para compreensão do próximo tema que será a análise do discurso regionalista e separatista da criação do estado de Tocantins.

### **Fluxograma 1 – Etapas das representações mentais e simbólicas ao imaginário político-territorial**



Organizado pelo autor.

## **Primeiras ações políticas territoriais e a criação do estado do Tocantins**

Vários povoados do Tocantins começam no início do século XVIII com descoberta das minas auríferas de Goiás. Criou-se uma povoação mineira. O povoamento foi muito intenso durante a primeira metade do século XVIII, um período onde se corria a notícia por toda a colônia da grande riqueza em ouro. Nesse período, surgiram vários arraiais, entre os quais destacam Natividade (1734), São Félix (1736), Pontal (1738), Arraias (1740), Carmo (1746). Esse sistema de povoamento foi a primeira ocupação do Tocantins (LIRA, 2011, p. 146/147). Estes municípios surgiram em função da atividade econômica garimpeira.

Para Lira (2011, p. 149), o período de navegação no Tocantins está ligado ao povoamento da região pelo fato do rio Tocantins ser uma via de penetração a região. O rio Tocantins cruza o estado do Tocantins de Norte a Sul. A navegação no rio Tocantins foi, durante

a segunda metade do século XIX até a segunda metade do século XX, um forte elemento formador de população, um eixo que orientou o sistema urbano da região, formado no longo da história, a desejada hidrovía Tocantins/Araguaia ao porto de Belém no Pará. O rio Tocantins foi o principal eixo de penetração para o povoamento e desenvolvimento da região através da navegação. O rio Tocantins pode se dizer que foi um dos primeiros corredores hidroviários a facilitar o povoamento e penetração do homem europeu para a região.

Em outra vertente, temos os projetos de colonização que contribuíram para o processo de urbanização da região tocantinense. Nesse processo também entra indiretamente as políticas urbanas que incentivaram o processo de urbanização. A própria criação do estado Tocantins foi um condicionante de ampliação do processo de urbanização na região. Aliás, em sua criação, as políticas urbanas na região tiveram que ser redesenhadas em função de ter um governo próprio e ter mais autonomia político-administrativa.

No que diz respeito as primeiras ações das políticas territoriais no antigo Norte goiano se deram no Brasil Império, que possuía o interesse em obter lucratividade com a mineração. Para os autores como Oliveira (1998) e Parente (2007), para atender os interesses do Império, algumas medidas foram tomadas para aumentar a eficiência da extração mineral e coibir seus desvios. Assim, o acesso à região foi dificultado com o fechamento de estradas e a navegação fluvial foi proibida como meio de controlar o fluxo das minas. Outra ação política que merece destaque foi o marco inicial da luta pela criação do estado do Tocantins com a instalação da Comarca do Norte, em 1809, quando D. João VI dividiu a Província de Goyaz em duas unidades territoriais. O primeiro nome (Tocantins) foi São João de Duas Barras e a sede da Comarca foi instalada na Vila do mesmo nome. Mais tarde a Vila ganhou o nome de São João da Palma, afirma Oliveira (1998).

Segundo Oliveira (1998, p. 2), a conjuntura econômica do Norte goiano no início do século XIX (1809) era pouco expressiva. A economia da região em processo de transição, da sociedade mineradora à sociedade pastoril iniciava o seu declínio econômico. Os mineiros insatisfeitos com a cobrança do imposto quinto (5º arte, descontada

do ouro em pó antes de pôr em barras) e com a falta de incentivo à produção agrícola, defendiam a divisão administrativa da Província de Goiás como uma forma de reorganização da economia local. Essa divisão foi realizada pelo decreto Real de 18 de março de 1809, quando D. João VI, tendo em vista seus objetivos mercantilistas, nomeou o desembargador Joaquim Teotônio Segurado como ouvidor responsável pela administração e desenvolvimento da Comarca do Norte, e o Capitão General Sampaio, para o Sul.

A divisão do Tocantins já existia desde 1809 nos planos político e econômico, quando, com o processo de ocupação da área, dominada basicamente pela migração Nordestina – piauiense, maranhense e baiana, passava a configurar-se na região uma diferença da identidade cultural com o sul de Goiás. Ou seja, um espaço diferente do sul de Goiás. Segundo Oliveira (1998, p. 15), “No dia 14 de setembro de 1821, organizou-se e instalou em Cavalcante um Governo Provisório, que se declarava independente da Comarca do sul de Goiás”. O movimento foi movido pelos interesses políticos e econômicos vigentes na época; pelo fato dos grandes proprietários se sentirem economicamente prejudicados pela administração central da capitania de Goiás.

Para Oliveira (1998) o movimento separatista liderado por Teotônio Segurado representou uma manifestação contra o acentuado desprezo político e econômico do governo da província do Centro-Sul. Entretanto, Teotônio Segurado era contra o movimento pela independência do Brasil, defendendo a separação da região para mantê-la submetida aos interesses de Portugal. D. João VI<sup>1</sup> dividiu a província de Goiás em duas unidades federativas e nomeou o ouvidor Joaquim Teotônio Segurado como responsável pelos negócios do Norte. A ideia da Coroa Portuguesa era ocupar a região para ampliar a presença do governo colonial para a proteção do território.

Em um segundo momento de interesse de dividir o estado de Goiás e criar o novo estado do Tocantins deu-se no século XX, mais precisamente na segunda metade do século. Nesse momento, os defensores do movimento separatista, viveram um período em que o Estado desenvolvimentista tinha um papel importante no desenvolvi-

---

1 Dom João permaneceu no Brasil entre 1808 e 1821.

mento regional. Este fato de alguma forma serviu para os separatistas construírem o discurso de criação do Tocantins. A criação do estado foi motivada por um discurso desenvolvimentista (filosofia do Estado Keynesiano), baseada em um discurso regionalista para a criação de uma identidade cultural para estado do Tocantins. Houve um movimento que portou de um discurso ideológico com o objetivo de criar no cenário regional uma identidade cultural no sentido de convencer a população para despertar a “consciência” pelo interesse de dividir o estado de Goiás. Para Oliveira (1998, p. 37) “o movimento procurava traçar e reforçar uma identificação cultural dos habitantes da região com os hábitos e costumes locais. Houve uma forte valorização do turismo da região através da exploração das praias fluviais oferecidas pelos rios Araguaia–Tocantins (...)”. Locais como Porto Nacional, Miracema, Xambioá, Ilha do Bananal, Tocantinópolis e Jalapão foram colocados em destaque no cenário regional.

A referida autora diz que não havia identificação cultural com o Sul. A formação cultural regional foi trazida pelos dominicanos, quando chegaram em Porto Nacional e pelos italianos que instalaram no início do século XX no município de Tocantinópolis. Os divisionistas alegavam diferenças físicas e culturais entre o Sul e o Norte do estado de Goiás. Isto é, para Cavalcante (2003) os costumes da parte Sul do estado mais se aproximavam do sudeste brasileiro, enquanto a parte Norte de Goiás recebia maiores influências da região Norte e Nordeste do país. Para os divisionistas as influências do Nordeste e do Norte brasileiro poderiam justificar o estado de desenvolvimento econômico do Norte goiano.

Para Cilli (2013) houve uma articulação para o movimento de autonomia do Norte goiano em Porto Nacional, no período de 1956 a 1960. No discurso, os líderes lembravam o sentimento de oposição socioeconômica e política do Norte de Goiás em relação ao Centro-Sul. A manifestação do dia 13 de maio de 1956, em Porto nacional, foi lançada o Movimento Pró-criação do estado do Tocantins. Esse movimento foi bastante expressivo e contou com a participação de lideranças políticas e profissionais liberais regionais que articulou

diversas ações como: comícios, passeatas e a construção de símbolos nacionalistas (bandeiras) que envolveram a população.

Esses agentes sociais promoveram eventos para a discussão da proposta com a participação de políticos das cidades da região. Também buscaram estabelecer um escritório de representação em diversos municípios a fim de ficar mais próxima das localidades, para propagar as suas idéias. Argumentavam que a região do Tocantins era impedida de crescer pela falta de investimentos públicos. O governo central arrecadava impostos que não retornavam em benefícios para a população e ao desenvolvimento regional.

Para os defensores da criação do Tocantins, a conjuntura política, econômica e social de 1988 oferecia ao movimento separatista os elementos para a defesa autonomista de uma região com capacidade de se auto-gerir política e economicamente. Os defensores do movimento separatista alegaram os seguintes motivos para justificar a criação do estado do Tocantins:

a) a evolução da densidade demográfica (...): de acordo com os dados do IBGE, em 1985 a área de 286.706 km apresentava uma população de aproximadamente 1.100.000 habitantes e um quadro de quatrocentos mil eleitores distribuídos por 60 municípios na região; b) A conseqüente posse do coeficiente necessário para o preenchimento das vagas na Assembleia Legislativa Estadual e no Congresso Nacional (o que significava uma defesa direta dos interesses político e socioeconômico regional); c) o fato de, do ponto de vista econômico, a região do futuro estado do Tocantins dispor, nesse período, de 5,5 milhões de hectares de terras agricultáveis, dos quais 400 mil irrigáveis; potencial para a geração de 25 mil MW, para a construção de usinas hidrelétricas; estradas pavimentadas; duas rodovias federais (Belém-Brasília e Transamazônica); solo rico em recursos minerais inexplorados (...), (OLIVEIRA, 1998, p-4).

Este cenário exposto no parágrafo acima, criou um terreno fértil para o surgimento da Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (CONORTE) criada em 1981. Para Oliveira (1998) a CONORTE apropriou-se das raízes históricas do primeiro movimento separatista do início do século XIX (1821-1823). Para Oliveira (1998); Cavalcante,

(2003) e Cilli (2013), essa comissão era composta por uma elite intelectual e por profissionais liberais do Norte goiano. O objetivo da CONORTE foi demonstrar o potencial político e econômico do Norte goiano, “conscientizando” toda a sociedade e a população da região sobre as vantagens que a criação do estado do Tocantins traria para a região. Os representantes e defensores da CONORTE promoveram ações no sentido de criar um imaginário político e cultural na região.

## **CONORTE e o discurso regionalista para a criação do estado do Tocantins**

O discurso regionalista surge com o objetivo de formar um imaginário social e cultural e político para despertar na população a necessidade de divisão do estado de Goiás para alavancar o desenvolvimento regional do Norte goiano. O imaginário é uma força atuante no mundo das ideias e da representação mental das imagens e, parte do pressuposto de que todo pensamento humano é representação que passa pela mediação simbólica. O imaginário social é construído por discursos da mídia e pelos movimentos sociais a partir de seus interesses culturais e políticos. Os movimentos podem ser mobilizados por classes sociais ou grupo de pessoas que têm interesse em comum. No caso da criação do estado do Tocantins, uma classe social – a aristocracia agrária se mobilizou em prol de um movimento no sentido de criar uma identidade cultural regional no norte goiano.

Em 1981 um grupo de intelectuais nortenses radicados em Brasília e apoiados por fazendeiros da região, decidiu criar a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano. A preocupação dos intelectuais da CONORTE era, sobretudo, com a construção da identidade regional. Segundo Oliveira (1998), em 1987, por exemplo, na ocasião da festa dos estados, a CONORTE realizou uma mostra de cartazes, poesias, textos e hinos, intitulada *Estou Goiano, mas sou Tocantinense*, com o intuito de chamar a atenção para o significado das imagens que simbolizam a identidade da região. “Este grupo tinha como objetivo organizar a luta separatista através de estudos e debates sobre o potencial político-econômico da região (...)” (OLIVEIRA, 1998. p-32). No



primeiro Congresso da CONORTE, realizado no mês de abril de 1982 em Brasília (participaram representantes do governo federal, estadual, lideranças políticas e autoridades da região nortense), o debate sobre a questão regional esteve centralizado na necessidade de apresentar um diagnóstico positivo sobre a capacidade de auto-gestão da região e da sua identidade sociocultural.

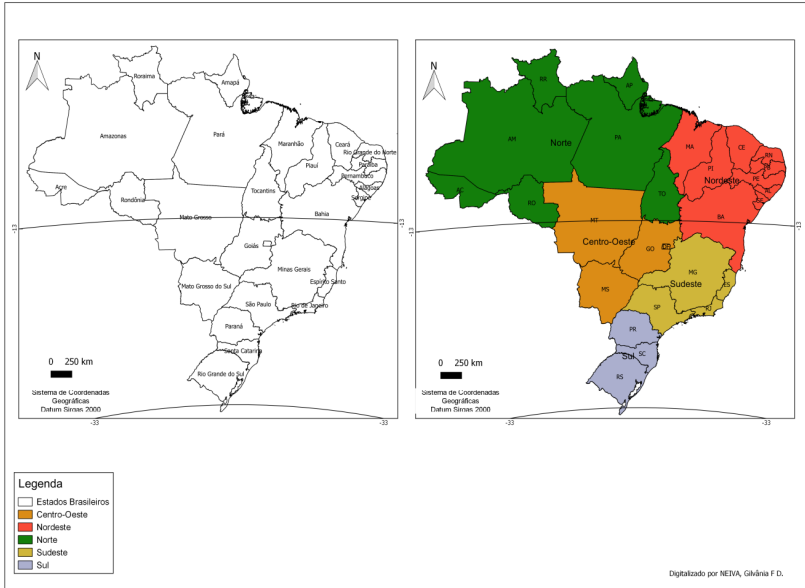
O discurso regionalista dos divisionistas foi no sentido de afirmar que havia duas regiões diferentes no estado de Goiás. O Norte goiano, “acima”<sup>2</sup> do paralelo 13, e o Sul, “abaixo” dessa linha, constituem na verdade duas regiões diferentes. No mapa 01, podemos observar a localização do paralelo 13. A região Norte goiano é mais desenvolvida que guarda fortes conexões econômicas com São Paulo e o Triângulo Mineiro de onde recebe influência cultural; e a outra “acima” do paralelo 13, *é tipicamente uma região nortista que se colonizou sob a influência econômica e cultural de Belém do Pará e do Nordeste. Para Oliveira (1998), o discurso dos representantes da CONORTE encarregou-se dirigir a ação ideológica da classe dominante, com a criação de uma opinião pública própria ao tocantinense, com o discurso de convencimento de “dividir para somar”.*

A intenção real do movimento (CONORTE) de criação do estado do Tocantins e dos divisionistas foi, sobretudo, consolidar os interesses da elite regional. Um deles foi favorecer a regularização fundiária na região e agilizar a demarcação e divisão das terras para incrementar o processo produtivo. O movimento separatista organizado pela CONORTE foi um movimento ideológico, mas também uma política concreta, para isso, elaborou uma análise dos vetores de potencial econômico e político da região para divulgar em prol do movimento separatista. Fez crítica ao governo estadual de Goiás e federal por não dar importância econômica a região. Alegava que o Norte goiano precisava sair da tutela do governo de Goiás que tinha olhos para a região somente durante as campanhas eleitorais.

---

2 No mapa, sempre vemos o Norte na parte superior do mapa. Essa ideia é uma construção histórica da civilização ocidental de colocar a Europa no Norte do mapa.

**Mapa 1** – Localização do paralelo 13, no território brasileiro.



Fonte:

Em 1983, Siqueira Campos, deputado federal, elaborou e apresentou ao Congresso Nacional um Projeto de Lei para a criação do estado do Tocantins. A justificativa desta proposta era promover o desenvolvimento da região que poderia aumentar a confiança de empresários nacionais para investir na região. O deputado federal José Wilson Siqueira Campos que era relator da subcomissão dos estados da Assembleia Nacional Constituinte redige e entrega ao presidente da Assembleia, deputado Ulisses Guimarães, uma proposta para a criação do estado do Tocantins. A criação do estado do Tocantins ocorreu, oficialmente, com a promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988. Para Cilli (2013) os primeiros representantes do estado foram eleitos em 15 de novembro de 1988 e o estado foi implantado em 1º de janeiro de 1989. Para montar a estrutura político-administrativa e a representatividade política do estado, instalou-se 24 deputados estaduais; 8 deputados federais e 3 senadores. A sede polí-

tica do governo do estado foi estabelecida, provisoriamente, em Miracema do Tocantins, município localizado na região central do estado.

A eleição em 15 de novembro de 1988 confirmou a vitória de Siqueira Campos e, sua coligação, União do Tocantins, elegeu todos os senadores do estado, cinco deputados federais entre os oito eleitos e 14 dos 24 deputados estaduais (CILLI, 2013). Após a criação do estado do Tocantins, foram conquistadas as reivindicações dos líderes do movimento autonomista: representação política própria e autonomia administrativa. Assim, o estado já possuía as ferramentas necessárias para gerir seus recursos.

Em 1989, foi promulgada a primeira Constituição do estado. Com a criação do estado criou-se mais 44 municípios, além dos 79 já existentes. Após a Constituição de 1988, ocorreu um intenso processo de emancipação municipal político-administrativa em todo o país. As últimas alterações feitas na composição das unidades federativas ocorreram com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando criou o estado do Tocantins e elevou os territórios de Rondônia e Amapá a categoria de unidade federativa. Neste momento ainda foi extinto o território federal de Fernando de Noronha, que passou a integrar ao estado de Pernambuco, afirma Nascimento (2011). A descentralização política gerada pela Constituição de 1988 determinou a transferência da regulamentação das emancipações político-administrativa municipal da União para os estados. Nesse contexto, os expoentes políticos regionais do Tocantins para defender os seus interesses, aproveitaram das prerrogativas constitucionais, para dar autonomia político-administrativa a pequenos povoados através de emancipação política municipal.

A formação da estrutura política do estado do Tocantins depois de sua criação estava garantida pelo texto constitucional. Com isso foi necessário articular a composição do primeiro governo e a escolha da nova capital e apontar os possíveis candidatos no caso de eleição. Para sediar a nova capital, houve uma disputa entre os municípios do estado. Segundo Cilli (2013) surgiu uma proposta de governo de coalizão, articulada por uma aliança dos partidos: PMDB, PDC e PDS, sob o discurso de oferecer um governo moderno para o Tocantins que

serviria de exemplo para os estados mais tradicionais, sem incidir em nepotismo, corrupção e ineficiência administrativa. O quadro 01, a seguir ilustra os governadores eleitos de Tocantins desde sua criação do estado, até os dias atuais. O que se observar no Tocantins, o mandato de vários governadores foi interrompido por suspeita de corrupção e crimes advindos da gestão de chefe do governo estadual. Isso significa dizer que o nosso estado tem problemas sérios que precisamos supera-los.

**Quadro 1** – Relação de governadores que assumiram o poder executivo no estado do Tocantins

Mandato	Governador	Período	Partido	Observação
1º	Siqueira Campos	1989-1990	PDC	
2º	Moisés Avelino	1991-1994	PMDB	
3º	Siqueira Campos	1995-1998	PDC	
3º	Raimundo Pires	1998	PPB	Assumiu o cargo devido à participação de Siqueira Campos no processo eleitoral
4º	Siqueira Campos	1999-2002	PSDB	
5º	Marcelo Miranda	2003-2006	PFL	
6º	Marcelo Miranda	2007-2009	PMDB	
6º	Carlos Gaguim	2009-2010	PMDB	Assumiu o cargo pela cassação do mandato de Marcelo Miranda
7º	Siqueira Campos	2011-2014	PSDB	

Mandato	Governador	Período	Partido	Observação
8º	Marcelo Miranda	2015-2018	PMDB	Marcelo Miranda não concluiu o mandato, o presidente da Assembleia Legislativa Mauro Carlesse assumiu o governo interinamente até as eleições de 2018.
9º	Mauro Carlesse	2019-2022	PHS	Mauro Carlesse também teve seu mandato interrompido, e o presidente da Assembleia Legislativa Wanderlei Barbosa Castro assumiu interinamente o governo.

Fonte: Cilli (2013). Organizado pelo autor.

Os governadores e a classe política estadual procuraram desenvolver uma política de criação de novos municípios. O procedimento político e a iniciativa de criação de novos municípios representam uma política de promoção para desenvolvimento regional. Mas a criação de novos municípios no Tocantins efetivamente não traduz em melhores condições sociais para a população. A política de emancipação ou criação de novos municípios é de interesse dos caciques regionais, pois eles poderão adquirir poder, mais recursos públicos para seus comparsas regionais, se eleger para deputado estadual, federal, criar empregos para seus parentes etc. Este cenário continua até os dias atuais no estado. O que acontece na verdade é que essa visão patrimonial e coronelista em Goiás é histórica.

### **Discurso regionalista e desenvolvimento regional: relações político-ideológicas coronelistas**

O coronelismo no Norte goiano é objeto de análise de Palacín (1990) que aborda as disputas e pactos coronelísticos, que movimentaram a cena política, religiosa e das relações de trabalho entre os anos

de 1890 a 1930. Para Palacín, os chefes locais e coronéis na maioria das vezes grandes proprietários de terra, eram vinculados diretamente a política. De acordo com Cavalcante (2003) e Lira (2011), em Goiás atuava um coronelismo baseado na dominação familiar e individual. Esta estrutura social, política e econômica permite uma vinculação entre as elites políticas regionais e os partidos políticos para defender os seus interesses.

Esta estrutura de poder foi construída historicamente no país. Com a expansão capitalista no Brasil, deu-se o centralismo político-administrativo pelo crescente papel do Estado na economia, em consequência, o enfraquecimento dos poderes locais, isto é, as oligarquias agrárias regionais também. Nesse vácuo, as multinacionais do agronegócio impõem o seu poder. Também urge uma burguesia industrial nacional forte. Constrói no espaço nacional, a espacialidade do capitalismo industrial: centro/periferia. O Sudeste passa ser o centro dinâmico e demais regiões a periferia. E a Amazônia continua sendo uma região periférica do país. A burguesia industrial a partir da segunda metade do século XX, se apropriou do poder econômico e político, mas faz uma aliança com a aristocracia agrária, como afirma, Silva (2014). Principalmente com a chegada das multinacionais do agronegócio.

Houve uma integração do capital agropecuário com o capital industrial. Estas duas classes sociais – a aristocracia agrária e burguesia industrial se fortaleceram com o apoio do Estado. O Estado financiou a produção industrial, mas também financiou e continua financiando a aristocracia agrária. Na Amazônia, os programas de desenvolvimento regionais tiveram um papel importantíssimo para implantação e fortalecimento da aristocracia agrária e posteriormente, do agronegócio na região. Autores como Gonçalves (2019) e Oliveira (1991) e (1993) sinalizam que os programas de desenvolvimento regional e de fomento agrário implantado a partir de 1970, como o Polamazônia, desempenharam papel decisivo no processo de acumulação do capital agroindustrial no campo. São fundamentais para oxigenar os empreendimentos econômicos agrários na Amazônia através de implantação de obras de infraestrutura, armazenagem, estradas e aplicação da pesquisa científica na agropecuária comercial em grande

escala na região para elevar a produtividade, dentro de uma lógica socialmente excludente.

Paralelamente aos investimentos, a aristocracia agrária trabalha com um discurso político-ideológico na forma de propaganda de cunho positivista para manter e reproduzir o processo de modernização no território. Ou seja, o Estado por meio de suas políticas territoriais impulsionou o poderio ideológico e econômico da aristocracia agrária, que aqui no texto é entendida como agronegócio. Com isso, permitiu a territorialização do agronegócio de forma contraditória nas várias regiões do país. Os processos de territorialização do capital agrário juntamente com as políticas públicas de desenvolvimento construíram e constroem um espaço contraditório espelhado na lógica do capitalismo – um espaço de conflitos socioterritoriais.

Em resumo, a reprodução da aristocracia agrária depende fundamentalmente, das políticas públicas de investimento instituídas pelo Estado. O Estado tem um papel importante na reprodução e manutenção do capital e, por conseguinte, das classes sociais capitalistas, como as classes vinculadas a atividade econômica industrial e as classes vinculadas a atividade econômica agropecuária. A mão invisível do mercado aposta na liberdade de circulação e distribuição de mercadorias, isto é, livre da regulação e burocracia do Estado. Mas, quando se trata dos investimentos em infraestrutura, tecnologia e sobretudo o financiamento da produção, é necessário que o Estado entre em cena. A burguesia nega o Estado, mas precisa dele para se reproduzir.

A aristocracia agrária regional e o agronegócio porta de um discurso em que o Estado não deve cuidar de nenhuma empresa, qualquer atividade econômica ou serviço que o Estado atua, deve passar para os empresários. Mas, o que sabemos é que Estado continua muito generoso para com o capital. O capital para se reproduzir precisa da atuação do Estado a seu favor. Entretanto, a burguesia para continuar no comando do poder, há a necessidade de construir um discurso político-ideológico para defender os seus interesses locais, regional, nacionais e internacionais. Como vimos nos parágrafos anteriores, na região do Tocantins, a aristocracia agrária vem construindo um dis-

curso regionalista já algum tempo. Atualmente, ou seja, no final do século XX e XXI, aristocracia agrária regional e o agronegócio procurou construir um discurso regionalista apoiado no desenvolvimento regional de infraestrutura viária e logística dos transportes. Com destaque nas hidrovias e a ferrovia Norte Sul.

Para os promotores da ferrovia, no trecho entre os municípios de Palmas no estado do Tocantins e Anápolis no estado de Goiás, com 855 km será o indutor do “crescimento auto-sustentável” na região Centro-Oeste e, especialmente, proporcionará benefícios socioeconômicos aos estados de Goiás e Tocantins. Tendo em vista a relevância do projeto, já está implantando nos estados de Goiás e Tocantins e consolidará o desenvolvimento do corredor Centro-Oeste, irá impulsionar a produção na área do cerrado e promover milhares de empregos diretos e indiretos na região. O discurso é que onde a ferrovia vai passar, vai proporcionar a articulação entre o sistema fluvial da Bacia Amazônica e o sistema ferroviário nacional e, reduzir o custo dos transportes, o consumo de combustíveis, os pesados ônus de manutenção do modal rodoviário e os índices de acidentes nas estradas. A ferrovia irá constituir em um dos vetores dinamizadores das atividades agrícolas e minerais de toda a área beneficiada, promovendo o surgimento de novas indústrias, o crescimento do comércio e a criação de milhares de empregos.

Convenhamos, é uma promessa que temos que esperar para ver. O que vemos é que a ferrovia vai beneficiar os exportadores de *commodities*. Empiricamente, podemos observar que há um único tipo de carga principal transportada, que são os de *commodities* agrícolas, para embarque ou desembarque. Em outras palavras, fica claro que o objetivo principal da construção da ferrovia é contribuir para do desenvolvimento das atividades econômicas do agronegócio na região. Para os promotores da ferrovia, ela representa o símbolo do desenvolvimento regional e local e prosperidade e do crescimento econômico. A burguesia e oligarquia agrária da região procuram construir no imaginário social da região, esta imagem da ferrovia.

Os projetos de desenvolvimento regional baseados na criação de corredores de exportações ou eixos de desenvolvimento estão atre-



lados aos interesses das transnacionais que, na busca da mais-valia, procuram reorganizar o território de forma a selecionar locais estratégicos para seus investimentos. Compartilhamos com o raciocínio de Silva (2010), que na sociedade capitalista contemporânea as corporações são agentes extremamente poderosos de reorganização territorial. A busca de lugares e regiões privilegiadas através de alianças políticas e redes técnicas estão na base da logística das corporações. A partir deste pressuposto, podemos afirmar que as localizações e interações definem a escala espacial de atuação da corporação.

A localização estratégica e a instrumentalização do território, para fins de inserção dos lugares nos circuitos produtivo-mercantil-financeiros globais, são requisitos básicos à expansão do agronegócio em áreas da Amazônia. Daí a construção de novos corredores de exportação em direção ao Norte do país. Além do papel da logística, as corporações agroempresariais organizam o território em rede densa, ramificada, envolvendo localizações em áreas e pontos, tais como lavoura, armazéns, cidades, portos, hidrovias, ferrovias, etc.

Apesar dos investimentos e da atuação das políticas de desenvolvimento regional no Tocantins, a economia do estado está hoje concentrada basicamente no setor primário (agricultura, pecuária, extração vegetal e mineral). No Tocantins, as ideias que orientam a maioria das administrações (estaduais e municipais) ainda são o clientelismo e a subordinação aos interesses das oligarquias locais e regionais. É importante notar que a tradicional política assistencialista e eleitoreira ainda tem um peso significativo e decisivo na manutenção dos setores políticos conservadores. As posições políticas que predominam na política estadual são baseadas numa lógica de centralização do poder político.

## Reflexões finais

As estruturas do poder no Tocantins ainda é um lugar da reprodução do poder das oligarquias e das famílias tradicionais que comandam o poder público como uma propriedade particular. Somado isso à fragilidade política das organizações populares, à ausência de ins-

tituições relativamente autônomas ao nível dos municípios, cria um cenário de corrupção e direciona os benefícios das políticas públicas de desenvolvimento para determinados segmentos sociais. O círculo vicioso da falta de novos atores políticos no processo de discussão, planejamento e execução das políticas públicas, reproduz a corrupção, a impunidade, a miséria social. O resultado é marcado pela incompetência do poder público para desempenhar papel de promotor da cidadania e da inclusão social.

A chamada guerra fiscal, prática crescente principalmente entre os governos estaduais, privilegia determinados grupos econômicos com isenções fiscais, infraestrutura etc., reforçando as diferenças regionais. Em Tocantins, pode se dizer que a concentração do “desenvolvimento” ao longo do eixo da rodovia Belém Brasília é fruto das políticas que favorecem grupos econômicos beneficiados pelos incentivos fiscais. A participação popular na elaboração de políticas públicas é fundamental para o desenvolvimento social nos municípios e construção de planos de desenvolvimento regional e local. Em uma análise superficial, percebemos que a população, não se mobiliza para melhorar as condições sociais locais, entretanto, as mobilizações sociais estão presentes em todo o estado, mas de forma fragmentada e pontual, o que dificulta a mobilização popular mais ampla e organizada politicamente. O que acontece é que as mobilizações sociais e populares são “invisíveis” para a imprensa burguesa e aí, não é noticiada nos meios de comunicação comercial como rede Globo.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASTRO, Iná Elias.. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CORREIA, Roberto Lobato et al. (orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

CHAUÍ, Marilene Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CILLI, Michelle Araújo Luz. A atuação do poder legislativo no Tocantins: desenvolvimento e práticas patrimonialistas. Palmas – TO. (Dissertação de Mestrado). Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, 2013.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administrando em tempos de grandes mudanças**. 5 ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

GONÇALVES, C.W.P. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia Legal**. Goiânia-GO: Kelps, 2011.

NASCIMENTO, Júnior Batista do. **Tocantins– história e geografia**. Goiânia: Bandeirantes, 2011.

OLIVEIRA, A.U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1993

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Rosy de. O movimento separatista do Tocantins e a CONORTE (1981-1988). (Dissertação de Mestrado). Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP – 1998.

PALACÍN, Luis G. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: Padre João e as três revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Loyola, 1990.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. 3 ed. Goiânia: Editora da UFG, 2007

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A rede política territorial da soja em Pedro Afonso (TO). **ACTA Geográfica, Boa Vista**, v. 4, n. 7, p.91-107, jan./jul. de 2010.

SILVA, F.M.G. **Questão agrária e modernização no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Sociais Instituto de Estudos Sociais e Políticos/UERJ, Rio de Janeiro, 2014.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira; PINTO, João Bosco Guedes; MORAES, Maria Dione Carvalho. A problemática da avaliação dos impactos sociais da tecnologia agropecuária: construindo uma metodologia. In: **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Política agrícola e abertura de mercado**. SOBER. Curitiba-PR, 31 de julho a 03 de agosto de 1995. Volume II.

# 3

## **A USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO, UMA CONSTRUÇÃO DO E PARA O CAPITAL**

*Delismar Palmeira Costa*

*Elizeu Ribeiro Lira*

A política energética brasileira tem causado grandes impactos ambientais e sociais em todo território nacional, que vêm sempre acompanhados de conflitos e violência, seja ela econômica, política ou física. A usina hidrelétrica de Estreito (UHE Estreito) está localizada na divisa dos estados do Tocantins e do Maranhão, na porção Norte; a sua idealização e construção se deu durante quase toda a primeira década desse século. Tal empreendimento atende aos interesses das classes dominantes, e não aos anseios dos menos favorecidos, inclusive dos que foram impactados diretamente pelas águas do reservatório. Analisar esse fato geográfico se torna relevante, sobretudo pela necessidade que a geografia brasileira tem de entender as dinâmicas do capital na Amazônia. Contextualizar os usos que o modo de produção burguês impõe ao território, por meio da implantação de objetos geográficos como a UHE Estreito, é, ao mesmo tempo, a busca pela elucidação dos conflitos sociais resultantes dessa dinâmica.

Esse texto tem por finalidade analisar as contradições do processo de implantação da usina hidrelétrica de Estreito, refletidas nos impactos causados à população originária e ao meio físico da região. O capital promove o uso do território de forma desconexa dos interesses da população, pois o lucro é a única coisa que importa aos atores

hegemônicos, e não o bem-estar social. Chegou-se por meio da análise teórica, documental e de campo, à constatação de que a usina hidrelétrica de Estreito, desde a sua concepção, está alinhada aos interesses do grande capital, que se beneficia das políticas do Estado. Assim, o empreendimento acaba por promover a difusão das desigualdades, através do uso imperial do território, e, desse modo, perpetuando o subdesenvolvimento.

O corpo do artigo está dividido, para além dessa introdução, em mais três partes. No próximo tópico, será tratada de forma genérica a natureza estrutural das usinas hidrelétricas no Brasil, levando em consideração a sua interface com o subdesenvolvimento e as suas mazelas. No momento seguinte, o foco será a usina hidrelétrica de Estreito propriamente dita, por meio de uma análise teórica, documental e empírica, constatou-se que esse empreendimento responde única e exclusivamente aos anseios dos atores que comandam a economia; tal fato fica mais evidente na releitura e **análise** de textos já publicados sobre essa problemática, e também nos resultados dos trabalhos de campo. Por fim, são feitas as devidas considerações finais, logo procedida das referências.

## A natureza estrutural das usinas hidrelétricas

A energia elétrica no Brasil se torna uma peça central para o desenvolvimento econômico nacional, assim como o petróleo o é para a economia estadunidense. A princípio, cabe salientar que “A difusão da energia elétrica no território nacional leva, num primeiro momento, à construção de sistemas técnicos independentes, chamados a atender às necessidades locais” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 69); esses sistemas, também conhecidos como *pequenas centrais hidrelétricas*, proporcionavam, no início do século passado, o suprimento das necessidades locais. Esses sistemas se tornaram impróprios com o advento da industrialização nacional a partir de 1930, quando teve início processo de industrialização por substituição de importações (P. SINGER, 2002). A deterioração dessa forma de organização e de produção se deu pela apropriação capitalista das pequenas centrais

hidrelétricas, assim como pela construção de empreendimentos estruturalmente maiores (MOREIRA, 2015).

Para se ter uma ideia, em todo território nacional, no ano de 1900, de acordo com Cristiane Moreira (2015), existiam apenas 11 usinas hidrelétricas; naquele momento a implantação desses empreendimentos estava ligada às quedas d'água naturais, e em sua totalidade financiada por investidores locais. Assim, “As primeiras empresas de eletricidade eram de caráter municipal e assinavam contratos com a prefeitura ou com câmaras locais para manter serviços de iluminação pública”, desse modo, “Eram construídas pequenas barragens, equipadas com aparelhagem adquirida no exterior – das turbinas até as lâmpadas – por meio de importadoras sediadas em São Paulo e no Rio de Janeiro” (MOREIRA, 2015, p. 79). A industrialização maciça ainda não existia, o que fazia da energia uma mercadoria não tão disseminada pelo território, a exceção era a indústria têxtil; e foi por meio desse ramo industrial que a energia elétrica se disseminou mais amplamente, contando também com a participação do setor de iluminação pública.

Com a crescente intensificação do processo de industrialização do país após 1930, a produção de energia elétrica em grande escala se tornou indispensável, pois a velha economia primária exportadora estava em processo de declínio. Os antiquados sistemas locais já não eram suficientes para suprir as novas necessidades em ascensão. Assim, surge durante o desenrolar do século XX inúmeras empresas do setor hidroelétrico, além dos consórcios formados por duas ou mais firmas, que se beneficiam da produção e/ou distribuição da energia hidrelétrica brasileira.

Atualmente, a implantação de usinas hidrelétricas se torna uma problemática emergente na realidade geográfica do Brasil. Pelas dimensões do território brasileiro, a hidroeletricidade acaba se tornando uma política pública de Estado, já que nem mesmo os ditos governos populares conseguiram frear essa prática tão prejudicial ao meio e à sociedade. Parece ser uma questão meramente econômica para os que governam, os interesses de grupos minoritários acabam por conceber o território apenas como uma fonte de recurso.

Sem nenhum compromisso com a população, os atores da economia acabam por instaurar uma desordem entre os sujeitos e instituições públicas dentro do território.

As usinas hidrelétricas tais como são concebidas atualmente no Brasil assumem uma postura de atraso e de interesse concomitantemente; elas se tornam um atraso pela característica rudimentar do ponto de vista técnico, pois como já se sabe existem outras diferentes formas de se chegar à energia elétrica sem prejudicar tão drasticamente a natureza; todavia, do ponto de vista econômico, a construção e operação dessas usinas beneficia uma ampla gama de atores que se dedicam à acumulação de capital. A sociedade e o meio ambiente sofrem os desgastes das inconseqüências da ação humana em seus extremos, o arcaico persiste pelo simples fato de proporcionar mais lucro; a técnica não apenas esposa o meio, mas o escraviza, não pela vontade da sociedade total, mas pela ganância de poucos. A técnica deixa de ser apenas um dado material para se tornar também uma ideologia despótica, que influencia decisivamente no uso do território; ela passa a ser também o retrato de “instrumentos ‘mentais’”, ou seja, um reflexo do próprio “conhecimento filosófico” (GRAMSCI, 1978, p. 41).

Nesse emaranhado de relações de interesses e complementaridades, a mais evidente é a existente entre as empreiteiras e o Estado, um casamento indissolúvel, uma vez que o aparelho estatal está alinhado com os interesses dos poderosos. “As formas de Estados burgueses são as mais variadas. Mas a sua natureza fundamental é invariável: todos esses Estados se reduzem, de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, à ditadura da burguesia” (LÊNIN, 2007, p. 55). O direito e a moral burguesa fazem de determinadas parcelas do território verdadeiras receptoras de ordens, cujas raízes estão centradas em lugares distantes. As empreiteiras em conjunto com o Estado acabam por deformar o território em favor da reprodução cada vez mais ampliada do capital. Assim, segundo Chaves (2009), o capital financeiro, que muitas vezes é oriundo dos próprios bancos públicos ou de organismos internacionais, tende a mudar até mesmo geografia física das regiões. Dessa forma, para os atores hegemônicos, o chamado desenvolvimento das áreas ainda não desenvolvidas “significa”,

apenas, “investir na construção de hidrelétricas, ferrovias, rodovias” (CHAVES, 2009, p. 107). Em todo caso,

[...] o Estado neoliberal típico tende a ficar do lado do clima de negócios favorável em detrimento seja dos direitos (e da qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de autorregeneração do ambiente. O segundo campo de vícios vem do fato de que, em caso de conflito, os Estados neoliberais tipicamente favorecem a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem-estar da população ou a qualidade ambiental (HARVEY, 2014a, p. 81).

São muito comuns hoje dentro da geografia e de outras ciências sociais alguns discursos que buscam afirmar uma relativa perda de soberania do Estado sobre o território, outros chegam a anunciar o fim das fronteiras, ou mesmo a morte do Estado. Todavia, isso não passa de uma análise superficial da realidade, e que despercebe a existência do movimento dialético como guia da evolução histórica; a interconexão universal dos fatos não deixa dúvida de que a realidade não pode ser apreendida pela simples análise isolada de uma de suas partes. O presente é apenas um momento do desenvolvimento histórico, e, por isso, só pode ser considerado por meio da análise de sua historicidade no espaço, haja vista que até o passado, ele próprio, necessita de explicação (MALAGODI, 1988). Por isso, é falacioso afirmar que o Estado se torna um fator relativo na dinâmica econômica atual, muito pelo contrário, ele se torna tão indispensável como antes, e:

Prova disso é que nem as empresas transnacionais, nem as instituições supranacionais dispõem de força normativa para impor, sozinhas, dentro de cada território, sua vontade política ou econômica [...]. É o Estado nacional que, afinal, regula o mundo financeiro e constrói infra-estruturas, atribuindo, assim, a grandes empresas escolhidas a condição de sua viabilidade (SANTOS, 2005, p. 77).

Por ser um órgão da classe dominante, o Estado “tem por função básica manter e preservar a ordem constituída e portanto preservar os direitos à dominação, no campo econômico, dos que legalmente



têm a posse dos meios de produção” (P. SINGER, 2002, p. 101). Com o advento do neoliberalismo, o Estado se torna, ao contrário do que muitos pensam, cada vez mais importante para a manutenção do sistema econômico; todos os ônus acumulados pelo Estado são pagos pela sociedade, principalmente nos dias atuais, onde “Investimentos feitos sem cautela deveriam ser punidos com perdas ao empreendedor, mas o Estado torna os empreendedores largamente imunes a perdas”, já que ele deve “pagar em seu lugar, seja qual for o custo social decorrente” (HARVEY, 2014a, p. 84). A ideia de Ramón Losada Aldana (1968, p. 129-130), de que “a superestrutura se adapta objetivamente à estrutura econômica e consolida, em termos gerais a estabilidade da situação histórica”, se aplica perfeitamente à realidade do mundo capitalista, principalmente em países de capitalismo subdesenvolvido como o Brasil. O desenvolvimento dessas formações sociais deve ser assegurado por uma estrutura de poder; assim, até que “a estrutura econômica não se tenha transformado, a superestrutura desempenha, principalmente, um papel de contenção” (ALDANA, 1968, p. 130).

A política é a expressão dos interesses de uma classe possuidora do domínio econômico e administrativo de uma dada sociedade. O Estado em qualquer formação social é chamado a criar mecanismos, cuja finalidade principal é a perpetuação e a maximização das relações econômicas dominantes. O capital, como afirma David Harvey (2013, p. 270), “é valor *em movimento*, o valor só pode permanecer valor continuando em movimento”; na formação econômica capitalista é através do movimento que o capital muda a geografia dos lugares, e desse modo acentua as disparidades regionais, promovendo junto com as firmas hegemônicas novas divisões sociais e territoriais do trabalho. Por isso, “O Estado tem que assumir, cada dia de maneira mais clara, seu papel mistificador, como propagador ou mesmo criador de uma ideologia de modernização, de paz social e de falsas esperanças que ele está bem longe de transferir para os fatos” (SANTOS, 2012, p. 223).

Portanto, longe daquela definição de Estado presente num autor como Azambuja (1993), baseada na premissa de que a estrutura estatal é a responsável pela realização de um *objetivo comum*, afirma-se aqui, por outro lado, a visão de Althusser (1970, p. 118), de que

a própria natureza dos aparelhos ideológicos e repressores do Estado “só têm sentido do ponto de vista da luta de classes, como aparelhos da luta das classes, assegurando a opressão de classe e garantindo as condições da exploração e da reprodução desta”. Por isso, não se pode falar de objetivos comuns quando se refere ao Estado e à sociedade. Portanto:

[...] o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a opressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 1984, p. 193).

O Estado transforma em política tudo aquilo que interessa aos atores hegemônicos, este é o seu papel. A questão da produção hidroenergética não foge a essa regra; o território tem o seu uso determinado pelas grandes corporações, e esse monopólio acaba por fazer do espaço um cenário de grandes antagonismos. Há aqueles que, como Sieben (2012, p. 80), seguem a crítica afirmando a existência na Amazônia de uma “monocultura das águas para a produção de energia elétrica”; todavia, terminologicamente falando, nesse processo a água não entra como sendo a mercadoria final, logo, não pode ser qualificada como uma “cultura”, não no sentido econômico da palavra; ela (a água) é o objeto da produção, funciona como uma espécie de *capital fixo*, da mesma forma como a terra firme o é para boa parte da agricultura. Os atores se servem da água com o intuito de produzir uma mercadoria, a energia elétrica; a água, por assim dizer, é uma *força produtiva*. O que há, na verdade, é um *monopólio da produção de energia hidrelétrica* no território, que no Brasil só é “possível” graças ao processo de barramentos dos canais fluviais, dando origem aos reservatórios das usinas hidrelétricas, erroneamente chamados de “lagos”. Assim, chega-se à mercadoria desejada, a energia elétrica, cujo valor está determinado, como o de qualquer outra, pelo tempo socialmente necessário à sua produção.

Os malefícios causados pela implantação de usinas hidrelétricas às comunidades ribeirinhas são imensos no Brasil, principalmente após a década de 1970. A “implantação de grandes projetos de barramento, erguidos praticamente em todas as regiões do Brasil para dar suporte econômico e estrutural ao desenvolvimento regional brasileiro”, ocasionou e ainda ocasiona “uma série de problemas de ordem política, social, econômica e ambiental às comunidades ribeirinhas que dependiam diretamente dos grandes rios para suas sobrevivências” (PEREIRA, 2013, p. 21-22). A população originária tem a sua territorialidade destruída; a emigração se torna uma realidade frenética, que é imposta de fora pelos atores hegemônicos, em comum acordo com o Estado.

As grandes empresas construtoras de empreendimentos hidroenergéticos, em virtude do estágio atual do modo de produção, estão sujeitas à dinâmica do capital financeiro, que pode ter na maioria dos casos a sua origem fora do território nacional, sobretudo por meio das grandes instituições financeiras, como por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e outros. O Brasil é vitimado por essa forma de acumulação rentista, haja vista o crescente volume da **dívida externa**, fenômeno característico das políticas imperialistas que até hoje reinam; assim, “O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira; implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os restantes” (LÊNIN, 2012, p. 89). Os bancos são os grandes responsáveis por essa dependência econômica dos países subdesenvolvidos em relação ao capital financeiro.

Nessa conjuntura, a divisão territorial do trabalho se acentua cada vez mais, refletindo as imposições da *estrutura-mundo*. A economia global tem por finalidade difundir e intensificar o processo de divisão do trabalho no âmbito internacional, buscando constantemente a *especialização produtiva* dos diversos países, o que influencia diretamente nas formas dos arranjos dentro dos territórios. Desse modo, “O trabalho de cada país em particular torna-se parte do con-

junto do trabalho social por meio da troca que se realiza no plano mundial” (BUKHARIN, 1988, p. 21).

Na atualidade, os países subdesenvolvidos exercem funções bem claras no que diz respeito à divisão internacional do trabalho, ou seus territórios são utilizados para a produção agrícola e de matérias-primas; alguns países como o Brasil estão inseridos num processo subordinado de industrialização, o que, todavia, não os retira do *roll* de agrário-exportadores. A partir de 1930, o Brasil passa a se industrializar por meio da substituição de importações, fenômeno impulsionado pela crise dos países industriais, iniciada em 1929, após a quebra da bolsa de Nova Iorque. A crise fez com que um país **de economia primária, como era** Brasil, tivesse suas fontes de receitas solapadas, haja vista que os mercados internacionais se encontravam fechados e em ressecção, assim, a maior fonte de receita do país, a exportação de café, foi drasticamente prejudicada; logo, o saldo da balança comercial se tornou insuficiente para quitar os gastos provenientes das importações de produtos industrializados. Nesse momento, o país começou a se industrializar de forma mais ou menos **sólida, pois ascendera ao topo “uma certa burguesia industrial, a qual passou a desfrutar de um mercado interno ‘protegido’ por efeito da própria crise” (P. SINGER, 2002, p. 118). A crise internacional, de certa forma, foi** uma das molas propulsora para a efetivação do fenômeno industrial no Brasil.

Mesmo com o desenvolvimento industrial pujante após a crise global de 1929, o Brasil não se viu livre das amarras da estrutura-mundo, a industrialização veio acompanhada de outra dependência, que “ressurge pois sob diferentes formas – dependência tecnológica, financeira e, em certa medida, política” (P. SINGER, 2002, p. 170). A partir da década de 1950, uma nova lógica foi posta em prática pelos países de centro, sobretudo pelo fato de que as economias das nações subdesenvolvidas se encontravam fechadas para muitos produtos daquelas nações. Entretanto, “Nada impedia que uma empresa estrangeira se estabelecesse no Brasil, por exemplo, para produzir e vender artigos que antes exportava do seu país de origem”, dessa forma, “A subsidiária estrangeira goza de toda proteção e dos eventuais subsí-

dios que o Estado dá à indústria nacional, o que torna tais inversões bastante lucrativas” (P. SINGER, 2002, p. 119).

As multinacionais são portanto a expressão mais avançada de um capitalismo que, a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que por sua vez permitiram superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais. O domínio e a expansão das empresas multinacionais, dessa forma, envolvem simultaneamente três processos inter-relacionados: necessidade de movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacional e existência de ações de governos em nível internacional (OLIVEIRA, 2005b, p. 241-242).

Apesar de o desenvolvimento industrial ter alcançado algum nível considerável em muitos países da América Latina, as características básicas dessas economias ainda se mantiveram as mesmas, já que a “tarefa de casa” do Imperialismo consiste sempre em “atrapalhar, frear e impedir o desenvolvimento dos países pouco evoluídos” (GHIOLDI, 1961, p. 71). Hoje, vivencia-se “domínio dos grandes monopólios industriais e financeiros sobre o mundo” (GONÇALVES; AZEVEDO, 1982, p. 26); a divisão internacional do trabalho, como asseverou Aldana (1968, p. 105), “adquiriu o aspecto da distribuição do mundo entre nações adiantadas e países pobres, entre monopólios e nações dependentes, tudo isso imolado no altar da absorção monopolista e da opressão financeira de grandes riquezas da terra”.

Um país de economia dependente como o Brasil sofre pereneamente os efeitos das *inversões geográficas* promovidas pelos países de centro. Isso acarreta na formação de uma economia dual, “em que um setor de alta produtividade que produz para exportação coexiste com um setor de baixa produtividade que produz para o mercado interno” (H. W. SINGER, 1950, p. 233); o segundo setor é o reflexo direto da modernização, enquanto o primeiro é produto daquele (SANTOS, 2008). Logo, o setor que destina sua produção preferencialmente ao exterior, acaba por se modernizar rapidamente; isto se deve, de acordo com H. W. Singer (1950, p. 233), ao fato de esse segmento ter “fre-

quentemente um alto grau de intensidade de capital, apoiada por uma ampla utilização de elementos tecnológicos estrangeiros”. O agronegócio, a mineração e a metalurgia brasileira são bons exemplos dessa constatação; esses ramos são palco da ação de inúmeras firmas internacionais, que investem maciçamente em tecnologia, pois o foco é prioritariamente o mercado externo.

Essas particularidades se devem à divisão internacional do trabalho imposta do centro à periferia. As usinas hidrelétricas, portanto, não são outra coisa que elementos da dinâmica econômica global; servem aos anseios do capital, e, geralmente, não passam de “extensões das economias dos países inversionistas mais desenvolvidos” (H. W. SINGER, 1950, p. 235), que patrocinam a construção desses e de outros empreendimentos. Dessa forma, o capital inversor produz um contraste,

[...] entre a apropriação monopolista externa dos recursos e meios econômicos fundamentais e o crescimento das forças produtivas nacionais. Nesse freio que a economia externa impõe à economia interna, esta última fica convertida em apêndice daquela, nos quadros de um estado de subordinação que torna impossível todo desenvolvimento autêntico (ALDANA, 1968, p. 106).

Portanto, pode-se afirmar que a energia elétrica assume um papel crucial na tessitura em que se encontra o Brasil. Os produtos primários e semimanufaturados, como o alumínio, por exemplo, necessita do dispêndio de muita energia em seu processo de produção. O mercado internacional, ideologicamente planejado pelas nações centrais, atribui a países como o Brasil a vantagem comparativa na produção de matérias-primas, em grande parte de origem mineral; fato este que conduz inevitavelmente à construção de grandes e inúmeras usinas hidrelétricas no território, que são necessárias ao funcionamento das atividades ligadas à mineração e à metalurgia. Atualmente, praticamente não existe produção que se dê sem o uso de energia elétrica; em virtude disso, o território passa a ser arena de interesses dos diferentes grupos ligados à produção para exportação; as empresas produtoras de minérios e derivados são as mesmas res-

ponsáveis pela construção e operação dos grandes projetos hidroelétricos no Brasil. Juntas, estas corporações formam verdadeiros *car-téis hidroenergéticos*, que têm por finalidade última a exploração das riquezas do mundo subdesenvolvido.

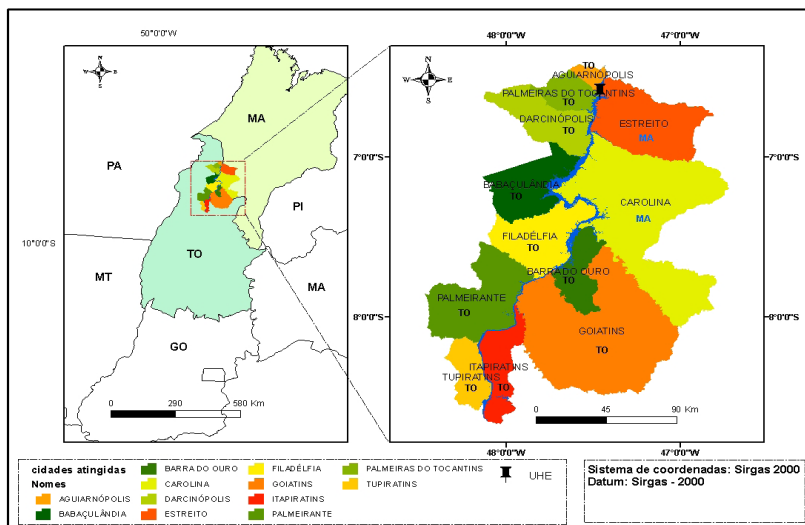
## A Usina Hidrelétrica de Estreito, uma construção do e para o capital

No Brasil, a produção de energia elétrica se encontra numa frente em direção à Amazônia por meio da difusão da hidroeletricidade. Inúmeros projetos já foram executados, ocasionando diversos problemas de ordem econômica, social e ambiental. Mesmo com um grande número de barragens já construídas, cabe salientar que muito dos empreendimentos ainda sequer saíram do papel (FEARNSIDE, 2015a; 2015b). A Amazônia é, por assim dizer, a última *frente da hidroeletricidade* no Brasil. O que não limita a análise apenas ao espaço territorial da nação, haja vista que “o Brasil é o financiador e construtor de muitas barragens em países vizinhos” (FEARNSIDE, 2015a, p. 10); só na Amazônia peruana, por exemplo, o governo brasileiro projeta 5 novas barragens, que caso sejam consolidadas serão financiadas por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esses empreendimentos, mesmo sendo projetados em território estrangeiro, **têm por finalidade** única o fornecimento de energia para o Brasil (FEARNSIDE, 2015a).

O rio Tocantins, onde se localiza a usina hidrelétrica de Estreito, vem se enquadrando materialmente dentro da política energética nacional desde as últimas décadas do século passado; a primeira usina de grande porte instalada em seu curso foi a de Tucuruí, implantada em 1984 ainda na ditadura militar, localizada no estado do Pará. De lá para cá o rio vem se tornando um verdadeiro *campo de reservatórios*, pois só no estado do Tocantins são quatro usinas hidrelétricas implantadas e em pleno funcionamento. O espaço territorial do estado acaba por se tornar um dado cada vez mais técnico, sobretudo pelo alto grau de cientificidade desses objetos técnicos, planejados para a economia capitalista.

A usina hidrelétrica de Estreito (UHE Estreito) está localizada no médio curso do rio Tocantins, na divisa dos estados do Tocantins e do Maranhão, entre os municípios de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO), foi construída e é operada pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE); o reservatório desse empreendimento atingiu diretamente doze municípios: Estreito e Carolina, no Maranhão; Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Tupiratins, Palmeiras do Tocantins e Palmeirante, no Tocantins (Mapa 1).

**Mapa 1** – Localização da UHE Estreito e os Municípios Atingidos



Fonte: SEPLAN-TO Organização: Os Autores

Em 2001, ano da elaboração do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), o orçamento da usina era estimado em R\$ 2,3 bilhões; estava “projetada para uma potência total de 1.109,7 MW, com um reservatório de 590 km<sup>2</sup> de superfície, sendo 434 km<sup>2</sup> de terras inundadas e de 5.400 x 10<sup>6</sup> m<sup>3</sup> de volume de água”, e energia firme estimada em “587,3 MWh” (CNEC, 2001, p. 2). Hoje, sabe-se que a capacidade da barragem é de 1.087 MW e que a sua energia



filme é de 584,9 MWh; já a área inundada é estimada em cerca de 400 km<sup>2</sup>, (informações disponíveis no site do CESTE).

A única previsão distorcida foi a dos custos do empreendimento, estes saltaram de 2,3 bilhões aproximados, para mais de 3,6 bilhões, segundo estimativas realizadas ainda no ano de 2008 (Revista Isto é Dinheiro). Esse fato, sem dúvida, também comprometeu os cofres públicos, pois grandes empreendimentos como este são em parte financiados pelos bancos públicos de fomento à economia, cujo maior expoente no Brasil é o BNDES. Em aspectos históricos, a usina foi licitada e concessionada no ano de 2002; o consórcio vencedor era composto pelas empresas Companhia Vale do Rio Doce (atual VALE), Alcoa Alumínio S.A., Billiton Metais S.A. (atual BHP Billiton Metais), Camargo Corrêa Energia Ltda. e Suez Energy South America Participações Ltda, juntas formam o CESTE.

Todas essas firmas têm os seus centros de decisões localizados na região concentrada do Brasil; o que evidencia uma *ordem distante* influenciando diretamente na dinâmica geográfica de outra região. Quatro dessas firmas são estruturadas por capitais estrangeiros. Por fim, mais não menos importante, cabe salientar que essas empresas se dedicam também ao ramo da mineração, tendo com plataforma o território nacional. Na economia de mercado nada ocorre por acaso, a premeditação é uma das virtudes econômica das grandes firmas, o que repercute diretamente no uso imperial do território, que acaba por excluir os mais pobres. Na verdade, esses grandes *sindicatos de empresas* necessitam apenas do apoio estatal para promover suas ações. Portanto, “o Estado moderno é apenas uma união patronal, tendo em seu leme os mesmos homens que se acham na direção das filiais de sindicatos de bancos” (BUKHARIN, 1988, p. 147). O capitalismo tende em tentar “fazer desaparecer as fronteiras que separavam o público do privado, porque no capitalismo monopolista o Estado é simultaneamente público e privado. É público porque se transformou no capital geral; é privado porque é atuando na sua esfera particular que realiza sua produção” (OLIVEIRA, 2005a, p. 315). David Harvey é mais profundo, e assevera que “A ascensão do capitalismo foi acompanhada – em alguns aspectos precedida – pela criação e transformação das

instituições e funções estatais, satisfazendo as necessidades específicas do capitalismo” (HARVEY, 2005, p. 93). Na Amazônia, a finalidade principal da produção de energia elétrica não é o consumo do homem simples, mas sim a manutenção do fornecimento às grandes firmas produtoras de minérios e derivados, bem como ao restante da indústria nacional, que paga um preço por essa mercadoria bem mais acessível do que o restante da população.

A UHE Estreito (Imagem 1) se figura como uma *paisagem derivada*, já que a sua natureza jurídica, política e econômica não se fundamenta no cotidiano local, mas na vontade de atores que a própria população desconhece. O meio físico é o que resta da ordem local, pois o funcionamento desse empreendimento depende tão somente das vontades e das necessidades advindas de fora do lugar.

### Imagem 1 – Usina Hidrelétrica de Estreito



Fonte: < <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/estado/desapropriados-de-%C3%A1reas-da-usina-de-estreito-ser%C3%A3o-indenizados-1.991647>>. Acesso: 01/12/2018.

O homem comum perde a autonomia sobre os processos de modificação do habitat e, dessa forma, “A indústria isola o homem da natureza porque ela se encarrega da relação homem-natureza”

(SIMONDON, 2014, p. 147); esta mesma indústria modifica a geografia das regiões sem compromisso local, criando os *espaços derivados* de que fala Max Sorre apud Santos (2012).

Com a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e o seu consequente Relatório de Impacto Ambiental, pôde-se escolher por meio de fatores estritamente físicos o local mais adequado à implantação da barragem; outra vez a sociedade não foi levada em consideração, mas apenas as oportunidades que o meio poderia oferecer, já que para os atores hegemônicos “o que mais importa na Amazônia é não a sociedade, mas sim o território” (GONÇALVES, 2008, p. 29). Segundo o documento, devido à largueza do canal e às condições de ombreiras, “a pesquisa dos locais foi direcionada para o trecho a montante da cidade de Estreito, evitando interferência direta do reservatório sobre as áreas baixas do núcleo urbano e a relocação de pontes e ferrovias existentes” (CNEC, 2001, p. 38). A área mais estreita do rio naquela região é escavada sobre rocha basáltica, o que facilita a construção de barramentos, ao contrário do que ocorre em ambientes formados por outros tipos de rochas menos resistentes; sendo assim, não foi a população atingida pelo reservatório a maior beneficiária, mas os empreendedores que, querendo ou não, pouparam gastos eventuais por não terem escolhido um lugar menos favorável fisicamente.

De acordo com os empreendedores:

A ocorrência de rocha basáltica nas ombreiras direita e esquerda indica a possibilidade de sua utilização como fonte de material pétreo, tanto para o enrocamento das ensecadeiras, quanto para brita do concreto das estruturas. Jazidas de areia são abundantes na região, tanto a montante quanto a jusante do eixo, não sendo também descartada a exploração no leito do rio, como ocorre atualmente. (CNEC, 2001, p. 42).

É por esses e outros motivos que o território em si não deve ser o objeto da ciência geográfica; é através dos usos que lhes são dados que o território aparece como objeto de análise. Os recursos de um território são, enquanto durarem, alvos de uma política, talvez por isso Carlo Walter Porto Gonçalves (2008, p. 25) tenha afirmado que “a

Amazônia nunca é o presente, mas sempre o futuro que será redimido pelos seus recursos imensos reais e imaginários”. De acordo com o EIA/RIMA da UHE Estreito, havia ainda outras duas opções de locais para a implantação do empreendimento, ambas à montante do lugar selecionado. Entretanto, devido a estudos físicos realizados nestes pontos, foi verificado que estas alternativas possuíam inúmeras deficiências do ponto de vista ambiental, que levariam à produção de ônus financeiros ao consórcio. Assim, as opções 2 e 3, à montante, foram rejeitas pelo grupo empreendedor, sob a seguinte alegação:

Tendo em vista uma melhor condição de arranjo, uma geologia favorável, a ocorrência de material de empréstimo e o menor custo de implantação, foi escolhida a Alternativa 1 de localização do eixo do barramento da UHE Estreito. Do ponto de vista ambiental, esta alternativa também se apresenta como mais vantajosa por gerar menor volume de material de empréstimo e bota-fora (CNEC, 2001, p. 44).

Após a concessão ao CESTE, houve os momentos reservados às audiências públicas, no período compreendido entre os anos 2004 e 2005, realizadas nos municípios de Estreito e Carolina, no Maranhão, e em Babaçulândia, Filadélfia e Aguiarnópolis, no Tocantins; ocasiões marcadas por falsas promessas e tensões entre os atingidos e os representantes do consórcio. Também em 2005 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) emitiu a Licença Ambiental Prévia, atestando a viabilidade técnica e ambiental da UHE Estreito. Mas é somente em 2006 que a Licença de Instalação é concedida pelo IBAMA, essa medida autorizava, de fato, o início das obras. Em fevereiro de 2007 é iniciado o processo de implantação do canteiro de obras, e em junho daquele mesmo ano inicia-se a construção da UHE Estreito. O desvio do rio Tocantins foi realizado em 2009, possibilitando a construção do barramento no ano seguinte. Em novembro de 2010 o IBAMA emite a Licença de Operação que autorizava o início do enchimento do reservatório, e no mês seguinte as comportas do vertedouro são fechadas, dando início à formação da represa.

Em abril de 2011 a usina começa a produzir energia por meio do funcionamento da primeira unidade geradora; no mês seguinte é con-

cluído o enchimento total do reservatório. Em julho daquele mesmo ano entra em operação comercial a segunda unidade geradora; todavia, é somente em outubro de 2012 que a UHE Estreito é oficialmente inaugurada, contando com a presença da então Presidenta da República Dilma Rousseff, que na época acionou “simbolicamente” a oitava unidade geradora que compunha a hidrelétrica. A partir desses eventos uma nova roupagem é dada à configuração territorial da região, o que repercute diretamente na vida das pessoas, ou melhor, nas antigas formas de cotidiano.

A energia produzida pela usina é “incorporada aos Sistemas Norte/Nordeste e Norte/Sul/Sudeste, por intermédio da rede básica do sistema interligado” (CNEC, 2001, p. 2). A Linha de Transmissão “LT 500 kV SE – ESTREITO / SE IMPERATRIZ” é responsável pela interligação entre as duas cidades maranhenses (Estreito/Imperatriz), com extensão de 140,4 km e 1 (uma) Subestação de Energia de 500 kV na área da Usina Hidrelétrica de Estreito. Essa lógica de integração do território por meio de sistemas técnicos é típica da estágio atual; o meio técnico-científico-internacional se expande consideravelmente pelo país, e à medida que os lugares se especializam acabam por criar uma nova geografia local, de modo que “as infra-estruturas presentes em cada lugar não dependem exclusivamente do tipo e volume da produção: dependem também do seu destino, o que obriga a levar em conta os processos da circulação”, ou seja, “as infra-estruturas presentes em cada lugar encontram, em grande parte, explicação e justificativa fora do lugar” (SANTOS, 2013, p. 61).

Em meio à guerra entre os lugares, a cidade de Estreito levou a melhor sobre Aguiarnópolis, já que a subestação foi construída em seu espaço territorial, sobretudo por questões logísticas, uma vez que a interligação ao sistema nacional dar-se-ia de forma mais eficiente através dos ramais existentes entre os municípios de Estreito e Imperatriz, ambos no Maranhão. Assim, o espaço exerce uma influência quase que decisiva no contexto da implantação da UHE Estreito; as velhas infraestruturas vão se juntando às novas em uma trama, cujo conteúdo principal é formação de verdadeiros sistemas de objetos necessários ao funcionamento dos sistemas de ações.

O estado do Tocantins teve um número maior de municípios atingidos pela formação do reservatório, dos 43.532 mil hectares inundados, quase 60% estão localizados em território tocantinense. Segundo o consócio, 1287 famílias teriam sido atingidas, sendo 1019 rurais e 268 urbanas, totalizando uma população de 5937 habitantes, que se dividiam em 4789 rurais e 1148 urbanos. Todavia, Patrícia Rocha Chaves analisando os futuros impactos da hidrelétrica, ainda no ano de 2009, alega que os dados dos empreendedores nunca condiziam com os resultados empíricos verificados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); este organismo estimava que a usina “atingiria”, na verdade, aproximadamente 5000 famílias. Segundo a autora, isto “mostra que a empresa visivelmente está desconsiderando o problema social acarretado pelo empreendimento” (CHAVES, 2009, p. 132). Esse “desconhecimento” proposital por parte dos atores está atrelado ao barateamento dos custos referentes às indenizações (CHAVES, 2009; SIEBEN, 2012; PEREIRA, 2013).

A hidrelétrica promoveu a perda de autonomia dos sujeitos em sua parcela territorial, essa ordem distante fortalece a criação de um sentimento de impotência e insegurança dos homens comuns frente às grandes empresas. As firmas hegemônicas usam o território de forma despótica e sem compromisso social, por isso o conflito é uma das marcas principais da atualidade. Portanto:

A lógica do grande capital do setor elétrico, que parece ter estacionado no tempo e no espaço no que diz respeito à apropriação de um território para a exploração hídrica, é justamente a que consiste em realocar as comunidades situadas nas áreas sujeitas a submersão por enchimento do reservatório para lugares cada vez mais distantes de suas origens, à beira do rio, como se esses grupos de atingidos pela implantação das usinas hidrelétricas fossem objetos inanimados, a-históricos e a-culturais e, por conseguinte, não mantivessem nenhum tipo de vínculo com seus antigos territórios hídricos (PEREIRA, 2013, p. 23).

Esse descompromisso não é involuntário, é antes uma condição para que a produção de relações capitalistas se estenda por todo o território de forma eficaz. Extensões outrora utilizadas de formas tradi-

cionais são transformadas em elementos da reprodução ampliada do capital. Todavia, parafraseando Carlos Walter Porto Gonçalves (2008, p. 52), os atores hegemônicos não podem simplesmente “revogar a lei da gravidade”, e assim exterminar os antigos habitantes; por isso, as populações originárias entram em conflito com as firmas e instituições, haja vista a imprevisibilidade de seus destinos. As indenizações não compensam grande do patrimônio que foi deixado para trás. As terras férteis, as plantações, as construções, os riachos, as florestas e o apego, não podem ser transportados para outro lugar. Os atores da hidroeletricidade assassinam formas tradicionais de cooperação, aquelas mais simples executadas pelos camponeses, pescadores, barqueiros e indígenas, que de forma alguma prejudicam o meio ambiente.

A UHE Estreito, assim como outros inúmeros empreendimentos capitalistas no Brasil, tem sua gênese associada à espoliação das populações menos assistidas pelo Estado. As indenizações são uma tentativa de estabilizar os antagonismos entre as classes sociais envolvidas. Na usina em questão, o processo de negociação das indenizações foi conduzido de forma individual, ou seja, o consórcio achou por bem negociar individualmente com cada proprietário atingido; o EIA/RIMA deixa isso bem claro quando previa “que as indenizações obedecerão rito no qual o empreendedor procurará privilegiar mecanismos visando a negociação direta com os proprietários dos imóveis à serem atingidos” (CNEC, 2001, p. 88). Essa escolha visou, principalmente, ao desmonte de toda e qualquer organização que pudesse aumentar os custos dos empreendedores com as despesas indenizatórias. Caso as negociações se dessem entre o CESTE e grupos organizados de atingidos, ocorreria, evidentemente, o aumento do poder de resistência e de barganha daqueles a serem indenizados.

Não são apenas valores econômicos que são deixados para trás, mas também aquilo que os novos territórios não poderão suprir por inteiro; existem outros aspectos da vida que não têm um preço, ou pelo menos não estão à venda. Para Marcelo Divino Ribeiro Pereira (2013, p. 35):

Parece não haver uma compreensão, por parte das empresas construtoras de obras hidráulicas no rio Tocantins, pois, não se

trata simplesmente de, mediante uma indenização financeira, querer acoplar todos os prejuízos que a implantação das grandes hidrelétricas tem provocado nas mais variadas comunidades, já que o deslocamento compulsório, ao qual estão submissas, por mais “justo” que possa ser, tem sido responsável por um quadro de perda de identidade cultural, social e principalmente econômica de um número sempre crescente de famílias inteiras, que são vítimas da implantação dos empreendimentos hídricos de envergadura.

A precariedade em que são mergulhados muitos sujeitos se deve também ao fato de muitas populações não terem sido inclusas no rol de atingidos pela usina. As indenizações partiram do pressuposto de que o beneficiário deveria possuir títulos imobiliários e posses que lhes comprovassem “vínculo” com a área atingida, o que “excluiu desse processo compensatório os pescadores, barraqueiros e parcialmente os barqueiros, que há décadas mantinham uma estreita relação com o rio Tocantins” (PEREIRA, 2013, p. 49). Muitos atingidos que não foram beneficiados pelas políticas de indenizações, e tiveram que mudar de profissão. O imenso reservatório pôs fim ou diminuiu a intensidade de inúmeras atividades econômicas pré-existentes (pesca abundante, transporte por barcos, comércio em tempos de praias etc). Cria-se, na verdade, um processo de “desestabilização socioeconômica” (PEREIRA, 2013, p. 58).

Quanto mais se economiza com os gastos de compensações, mais a renda auferida se torna significativa para os atores da economia. Aqueles que não puderam receber indenizações e deixaram de tirar o seu sustento da antiga dinâmica econômica da região sucumbiram, pois, no fundo, a UHE Estreito produziu modernamente um processo de *acumulação primitiva*. Os sujeitos sociais que tiveram os seus meios de produção destruídos pelo empreendimento não continuaram a ser autônomos, “alguns estão trabalhando atualmente como atendentes de lojas, ajudante de pedreiro, moto táxi, capinando lotes” (PEREIRA, 2013, p. 58). O rio era, por assim dizer, um *meio de produção coletivo*, era a base para que muitas atividades econômicas pudessem ser desenvolvidas de modo a garantir a manutenção da vida material de boa parte da população. Quando



o consórcio pôs fim à velha dinâmica, ele também contribuíra para que muitos sujeitos deixassem de ser verdadeiramente ribeirinhos, uma vez que a pouca fertilidade do reservatório e a inundação das terras de várzeas promoveu o declínio considerável da produção local. Esses sujeitos agora, em muitos casos, só têm a força de trabalho para vender; a liberdade de pescar, de cultivar e de executar outras atividades econômicas ligadas ao rio já não faz mais parte da nova e maléfica realidade dos atingidos.

A velha assertiva de Rosa Luxemburgo (1970), de que o modo de produção capitalista tende a fortalecer o processo de reprodução do capital mediante a acumulação primitiva se confirma; atacar e destruir as relações de produção não-capitalistas é também uma forma de o capital se realizar. David Harvey prefere chamar esse processo de *acumulação por espoliação* (HARVEY, 2014b). Parcelas territoriais que ainda não receberam formas de uso vinculadas ao modo de produção burguês devem ser continuamente anexadas ao processo de acumulação de capital, nem que para isso o Estado da classe dominante tenha que utilizar de seus aparelhos repressivos, foi exatamente o que ocorreu no caso da UHE Estreito. O objetivo é promover a rapina dos recursos territoriais que estão sob a custódia de populações seculares, e transformá-los em meios de produção para o capital, a usina hidrelétrica, em seu conjunto, é a grande marca desse processo, que, de uma forma ou de outra, expressa o quadro de subdesenvolvimento em que está inserido o Brasil.

Estamos tratando, portanto, com um processo duplo, e os lados do mesmo devem ser combinados para que possamos compreender a gênese e o subsequente autodesenvolvimento do capital. Em outras palavras, a acumulação primitiva de capital e a acumulação de capital através da produção de mais-valia não são apenas fases *sucessivas* da história econômica, mas também processos econômicos *convergentes*. Até hoje, ao longo de toda a história do capitalismo, processos de acumulação primitiva de capital têm constantemente coexistido junto à forma predominante de acumulação de capital, através da criação de valor no processo de produção (MANDEL, 1985, p. 30).

É nesse quadro contraditório que a UHE Estreito radicaliza a geografia de uma região antes regida por um *acontecer complementar*, um lugar cujos fluxos econômicos ainda estavam baseados na agricultura camponesa, na pesca e nos serviços auxiliares de transporte fluvial artesanal, com uma forte solidariedade entre cidade e campo. Os argumentos do grupo empreendedor para a construção da barragem são movidos por razões econômicas unicamente; para o capitalismo tudo o que importa é “desenvolvimento econômico”; mas desenvolvimento para quem? De acordo com o consórcio:

[...] o Brasil detém todas as condições para iniciar um novo ciclo de expansão ao longo desta década [2001-2010], com a taxa de inflação convergindo para patamares internacionais, os juros domésticos em queda e a dívida pública e o déficit em conta corrente assumindo trajetórias declinantes como percentagem do PIB. Perspectivas de crescimento como estas não ocorrem desde a época áurea dos anos 70, quando as reformas de 1964/1967 geraram, em um contexto externo favorável, bases para a expansão observada no período do “milagre brasileiro” (CNEC, 2001, p. 17).

O consórcio se refere ao período do “milagre econômico” como se este tivesse sido, de alguma forma, benéfico a todos. Já é por demais sabido que naquele período houve forte repressão por parte da ditadura militar às organizações sindicais e a qualquer outra forma de cooperação que visasse à coalização entre operários e patrões, logo, o caminho ficou aberto para as mais diversas atrocidades no cenário econômico, esse foi justamente um período de baixas salariais, que inversamente produziram o aumento das taxas de lucro. Portanto, o “milagre” não foi outra coisa que o “sacrifício” da classe trabalhadora. O “crescimento” em que se baseia a análise do consórcio nada mais foi do que o crescimento da taxa de lucros, possível graças ao aumento dos níveis de exploração da força de trabalho.

O grupo afirma tacitamente que “A opção pelas usinas hidrelétricas foi a trajetória tecnológica escolhida pelo país em razão da ampla disponibilidade de potenciais hidráulicos, a custos não excessivamente elevados e, sobretudo, em razão da falta de disponibili-

dade nacional de combustíveis fósseis” (CNEC, 2001, p. 28); isso não passa de um discurso falacioso já impregnado na retórica das grandes empresas e dos atores políticos. O Brasil, pelas suas dimensões continentais abriga um potencial energético que vai muito além da exposição feita pelo consórcio; o seu vasto litoral e os altos níveis de insolação na área intertropical poderiam ser perfeitamente aproveitados para a produção de energia elétrica baseada nas matrizes eólica e solar. Os empreendedores chegam a afirmar que “a alternativa hidrelétrica ainda é a mais atrativa, tanto dos pontos de vista técnico e econômico, como estratégico e ambiental” (CNEC, 2001, p. 31), essa é uma afirmação ridícula, no mínimo cínica; entretanto, “O cinismo está nas coisas, não nas palavras que as exprimem” (MARX, 2009, p.64). Parece haver uma “ignorância sincera” e uma “estupidez conscienciosa” por parte do CESTE; afinal de contas, como pode um empreendimento que inunda milhares hectares de terras férteis, que produz um processo de poluição e contaminação da água e da atmosfera, ser mais atrativo que as demais matrizes energéticas? Os empreendedores só enganam a si mesmos com esse discurso falacioso.

Esse fato conduz a uma outra contradição, a do ônus social e do bônus empresarial, que se baseia no seguinte fato: quando a sociedade ganha, obviamente as empresas perdem, como acontece nos casos do emprego das matrizes energéticas eólica e solar, haja vista que o investimento nestas fontes podem trazer um retorno gradual ao longo do tempo bem maior do que o modelo de usinas hidrelétricas ultrapassadas, todavia, neste caso não há garantias de que as empreiteiras tenham grandes obras para executar, e assim girar os seus respectivos capitais. Por isso, as firmas hegemônicas pressionam o Estado brasileiro a adotar uma política energética baseada na construção de usinas hidrelétricas. Esse processo envolve o emprego massivo de força de trabalho, que acentua a acumulação de capital por meio da extração de mais-valia, antes mesmo de a usina ser inaugurada.

Portanto, as usinas hidrelétricas não podem ser consideradas como elementos viáveis do ponto de vista econômico, nem muito menos ambiental. Uma prova de que esses empreendimentos são

maléficos ao meio ambiente, é o fato de que o reservatório de uma usina funciona como:

[...] uma banheira, onde a tampa é retirada do ralo e a água drena do fundo, em vez de transbordar da parte superior, como no caso de um lago. Como a água que sai das turbinas vem da camada aprisionada abaixo da termoclina e está com alta concentração de metano, a diferença com a pequena concentração no ar é muito grande e boa parte do metano é rapidamente liberada para a atmosfera logo abaixo das turbinas (FEARNSIDE, 2015a, p. 24).

Se realmente o EIA/RIMA estivesse correto, a UHE Estreito não teria causado tantos danos sociais e ambientais. A mortalidade de peixes à jusante da barragem é também outro ponto de degradação ambiental (Imagem 2); além disso, mostra o quanto essa forma de se produzir energia elétrica é antiquada. Se por um lado, contribui para o fortalecimento da economia em aspectos gerais; por outro, ajuda a manter padrões ultrapassados de relações da sociedade com a natureza.

**Imagem 2** – Peixes Mortos após o Enchimento do Reservatório da UHE Estreito



Fonte: Colônia de Pescadores de Babaçulândia (Z-15).

Os peixes do rio Tocantins acabaram mortos devido à modificação ocorrida na dinâmica de seu habitat. A desoxidação da água é fato corriqueiro no processo de formação de reservatórios de usinas hidrelétricas. Fearnside analisando a hidrelétrica de Balbina, no estado do Amazonas, verificou que após o enchimento da represa “a água liberada pelos vertedouros e turbinas era praticamente destituída de oxigênio, provocando a mortandade de peixes no rio à jusante”, neste caso, “a falta de oxigênio, também, inibe o reestabelecimento das populações de peixes” (FEARNSIDE, 2015a, p. 18). Como a natureza é regida por leis universais, esse fato emblemático também foi verificado na UHE Estreito (Imagem 2). Outra vez, o mais prejudicado foi o simples ribeirão, que dependia da pesca para garantir o seu sustento e o abastecimento do mercado local.

A mortandade de peixes também pode estar associada ao período de enchimento do reservatório, pois nessa fase, a vazão é controlada para que o nível da água atinja o volume necessário à produção. O consórcio diz que:

Durante a fase de enchimento, parte das vazões afluentes está alocada na formação do reservatório, devendo ser mantida uma vazão mínima a jusante garantindo, entre outras finalidades, a qualidade e o abastecimento de água às comunidades situadas a jusante do Empreendimento (CNEC, 2001, p. 53).

O padrão de escoamento se baseou em médias históricas anuais de vazão do rio Tocantins, o que não condiz com as médias individuais de cada estação, tal fato prejudicou em grande parte a adaptação da fauna aquática. A *Piracema*, período de reprodução dos peixes, por exemplo, ocorre durante os meses chuvosos; portanto, as médias históricas jamais seriam suficientes para atender às necessidades dos cardumes que migrariam naquela ocasião. Acredita-se que tal metodologia tenha contribuído assiduamente para o processo de mortandade dos peixes à jusante da UHE Estreito. O período de reprodução dos peixes (de novembro a fevereiro, normalmente), coincidiu diretamente com o período de enchimento do reservatório (dezembro de 2010 a maio de 2011). Os peixes que deveriam subir o rio para o ciclo

de reprodução se depararam com o baixo volume de água que, além disso, era altamente desoxidado.

Os seres humanos são também diretamente castigados pela falta de compromisso moral desses empreendedores. As comunidades ribeirinhas que foram expulsas, não tiveram a compensação financeira adequada; as causas na justiça se deparam com os intermináveis embargos jurídicos que parecem não ter fim. Um exemplo claro é o do grupo de ribeirinhos que foi remanejado para a zona urbana de Babaculândia; o novo lugar, denominado “reassentamento Novo Milênio” (Imagens 3 e 4) não apresenta a menor condição de abrigar as famílias que antes não se preocupavam com a questão da moradia. As imagens demonstram o quanto o consórcio fora displicente em relação aos atingidos; as construções são de péssima qualidade, as instalações elétricas se posicionam próximas à caixa d’água, o telhado não tem altura suficiente para diminuir a sensação de calor durante a estação seca e as cerâmicas desprendem-se do contrapiso com facilidade.

### **Imagens 3-4 – Novas Condições de Moradia dos Ribeirinhos no “Reassentamento Novo Milênio”**



Fonte: Os Autores.

Os moradores se emocionam quando retratam o quadro atual; relembram suas antigas moradas, as grandes extensões e as atividades produtivas que antes realizavam. Agora, encontram-se alojados em pequenas propriedades, cuja área não é superior a 360 m<sup>2</sup>. E o mais emblemático de tudo, é o fato de as habitações terem sido construídas numa localidade de terreno umedecido, durante o inverno os terreiros mais parecem verdadeiras nascentes; tal fato tem abalado à

estrutura física das moradias ocasionando rachaduras em várias residências. Este é apenas um dos inúmeros casos em que o CESTE agiu de forma descompromissada. Os camponeses que foram realocados para assentamentos com terras de baixa qualidade também demonstra o pouco caso das empresas. Por fim, pode-se afirmar que a UHE Estreito em nada beneficiou as populações originárias; a sua razão de ser deriva da dinâmica econômica capitalista, e é para o capital que ela está organizada.

## Considerações Finais

Portanto, a conclusão à qual se chegou foi a de que, o capitalismo em seu desenvolvimento visa a todo custo inserir novas áreas sob o domínio de suas relações. A UHE Estreito é o retrato vivo dessa tendência capitalista, que nos países subdesenvolvidos toma imensas proporções do ponto de vista da luta de classes. O território é usado pelos atores hegemônicos de forma despótica e descompromissada com a realidade local. O CESTE não agiu sozinho, contou com a ajuda do Estado e das forças políticas para garantir a implantação desse empreendimento. O homem simples não teve advogado capaz de garantir todos os seus direitos. Muitos atingidos não foram se quer indenizados, e os que foram não concordam com quantia irrisória recebida do consórcio, por isso, apelam à justiça, mas não depositam nisto muita esperança.

Assim, a UHE Estreito não pode ser considerada outra coisa que um produto do capital, que atende às necessidades desse mesmo capital, sem se importar com as demais relações sociais existentes no espaço territorial da região impactada. A lógica da acumulação exclui os menos favorecidos, mas o faz apenas parcialmente, pois o território desses sujeitos interessa aos atores. Atribuem valor ao espaço de vida das pessoas, como se tudo estivesse à venda. Os camponeses, os baraqueiros, os pescadores etc., não interessam ao CESTE, apenas o rio e a sua virtual capacidade hidroenergética, alavancada pela construção da barragem, que promove, inevitavelmente, o desenvolvimento

do capitalismo, ao lado da degradação moral, política e econômica de uma parcela considerável da população.

## REFERÊNCIAS

- ALDANA, Ramón Losada. **Dialética do Subdesenvolvimento**. Tradução: Ignácio M. Rangel. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1968. (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, vol. 3).
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução: Joaquim de Moura Ramos, Lisboa: Editorial Presença, 1970.
- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Globo, 1993.
- BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A Economia Mundial e o Imperialismo: esboço econômico**. Tradução: Raul de Carvalho, São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).
- CHAVES, P. R. **As Relações Sócio-territoriais na Construção da Usina Hidrelétrica de Estreito-MA e a (Re)produção do Espaço Urbano nas Cidades de Carolina-MA e Filadélfia-TO**. 2009. 215f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio)-Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2009.
- CNEC. **Estudos de Viabilidade da UHE Estreito: Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**, 2001.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan**. Tradução: Leandro Konder, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. (Coleção Perspectivas do Homem; v. 99).
- FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2015a. v. 1.
- \_\_\_\_\_. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2015b. v. 2.
- GHIOLDI, Rodolfo. Sobre la Teoría del Desarrollo. **Estudios**, Montevideú, ano VI, n 21/22, p. 63-74, agosto, 1961.



GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_.; AZEVEDO, Nilce Moreira de. A Geografia do Imperialismo: uma introdução. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 59, p. 23-42, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Perspectiva do Homem; vol. 12).

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução: Carlos Szlak, São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os Limites do Capital**. Tradução: Magda Lopes, São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

\_\_\_\_\_. **O Novo Imperialismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

<<http://uhe-estreiro.com.br/>>. Acesso em: 24 de jun. 2018.

ISTO É DINHEIRO. Estreito só no Nome. **Isto é Dinheiro**. [S.I], 31 dez. 2008. Disponível em: < <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20081231/estreiro-nome/12495>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. Tradução: Aristides Lobo, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo: ensaio popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação de Capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Tradução: Moniz Bandeira, Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1970.

MALAGODI, Edgard. **O que é Materialismo Dialético**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos; 206).

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Tradução: Carlos Matos, Regis Andrade, Dinah Azevedo, São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. Tradução: José Paulo Netto, São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOREIRA, Cristiane. G. Q. **Geografia da Produção de Energia Hidrelétrica no Brasil**. 2015. 165f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Inserção do Brasil no Capitalismo Monopolista Mundial. In: ROSS, Jurandyr (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005a. (Didática; 3).

\_\_\_\_\_. A Mundialização do Capitalismo e a Geopolítica Mundial no Fim do Século XX. In: ROSS, Jurandyr (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005b. (Didática; 3).

PEREIRA, Marcelo Divino Ribeiro. **Os Impactos Socioeconômicos e o Processo Indenizatório das Comunidades Ribeirinhas Atingidas pela Usina Hidrelétrica de Estreito-Maranhão**. 2013. 86f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)-Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à conscientização universal. Rio de Janeiro: Record, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução: Myrna T. Rego Viana, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos; 4).

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2012. (Coleção Milton Santos; 2).

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional, São Paulo: Edusp, 2013. (Coleção Milton Santos; 11).

\_\_\_\_\_.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIEBEN, Airton. **Estado e Política Energética**: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito. 2012. 204f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SIMONDON, Gilbert. Mentalidade Técnica. **Filosofia e Educação**, Tradução: Jean-Hugues Barthélemy e Vicent Boutems, Campinas, vol 5, n 3, p. 137-156, out, 2014.

SINGER, Hans Wolfgang. Comercio e Inversión en Países poco Desarrollados: distribución de las ganancias entre los países inversores y los deudores. **El Trimestre Económico**, Ciudad de México, vol 17, n 66(2), p. 232-251, abril/junio, 1950.

SINGER, Paul. **Aprender Economia**. São Paulo: Contexto, 2002.

# 4

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO**

### **Uma viagem nas configurações políticas a partir do cenário nacional e estadual no Estado do Tocantins**

*Aline Alves Ribeiro*

*Rosane Balsan*

O turismo contribui e é um fator de desenvolvimento regional e local, e apresentamos algumas discussões que tangem sobre esse tipo de desenvolvimento e como o turismo a influência a partir da criação de políticas públicas.

O desenvolvimento regional será entendido em uma vertente de crescimento regional nos pilares sociocultural, econômico e político, sendo visto como transformação do espaço geográfico nas suas características histórica e cultural, a transformação de grupos de cidades, questões socioambientais e sustentabilidade dentro de questões da desigualdade socioeconômica.

O ponto de vista adotado será o do Estado como elemento principal no desenvolvimento regional, no caso, primando pela sustentabilidade.

As políticas públicas estão relacionadas a União, quem determina ações prioritárias para o desenvolvimento dos setores, por exemplo, setor econômico, social, turismo, político, ambiental e outros. As políticas públicas são ferramentas do poder público para administrar os bens públicos, a princípio, para o desenvolvimento do país.

Voltando para o turismo, em uma instância global, as políticas públicas, são capazes de executar a promoção do desenvolvimento

social e econômico das populações por meio dos diversos setores que compõem a sociedade, devendo prezar pelo envolvimento das comunidades. De forma que são importantes norteadoras para o planejamento do turismo, se bem efetivadas, favorecem o desenvolvimento do setor, por meio de ações que engajam nos direcionamentos da efetivação da atividade.

## Referencial teórico

Para Suertegaray (2005) a concepção mais recente de região está ligada a significados múltiplos, em observando nos últimos anos:

a possibilidade de região ser compreendida como proposição política sob um espaço, pode ser compreendida como expressão de uma forma de espacialização do trabalho, como também ser compreendida como espaço identitário para um determinado grupo social, que se consolida nos regionalismos e que se expressa pelo hibridismo do político, do econômico e do cultural, enquanto construção de representações que fortaleçam a identidade.

A região como uma divisão do espaço com base em particularidades em comum, como nas suas bases naturais (ecossistema), economia, e outros atributos que fazem com que haja um conjunto de lugares a se condicionarem a uma região, como por exemplo região do agronegócio, região dos pampas, entre outros.

Na perspectiva histórica do turismo apresentada na pesquisa, o desenvolvimento regional caminha entrelaçado com as políticas públicas que visam o desenvolvimento de um local ou região, claro que esta ligação de turismo com desenvolvimento deve ser calçada por um planejamento, que bem estruturado pode contribuir para o desenvolvimento local por meio de diferentes atividades econômicas e sociais.

O planejamento da atividade turística acontece dentro de um território em que abriga os recursos naturais e culturais, o turismo se apropria dos espaços, reordena territórios, gerando impactos nos locais e na vida das pessoas (SILVA e MIRANDA, 2013). A partir

de então entram ações e projetos que dinamizam o planejamento e a integração da comunidade porque nem sempre os impactos serão positivos no processo de desenvolvimento do turismo.

Consideramos o planejamento como um instrumento para o desenvolvimento local e regional, sendo importante a interação participativa dos envolvidos no processo, valoração das pequenas empresas locais, valorização e preservação da cultura, das tradições. Não se busca apresentar o turismo como salvador, mas de mostrar que se bem planejado e aplicado, ele tem potencial de causar impactos positivos em uma região.

Para Batista (2002, p.2) “um novo paradigma que está surgindo é a ideia de encarar o fenômeno turístico como uma indústria que contribui para o desenvolvimento social e econômico do país, seja ele desenvolvido ou em desenvolvimento”. Concordamos com a autora, principalmente quando se vê os índices do Ministério do Turismo e da Organização Mundial do Turismo, mostrando cada vez mais o aumento dos fluxos e mobilidade da atividade turística.

É necessário pensar em estratégias que ofereçam retorno para comunidade, não deixando transparecer apenas pelo lucro, mas pensando também na sustentabilidade do lugar, na preservação dos recursos naturais, e utilizar o turismo como uma ferramenta educacional-pedagógica para a sensibilização dos sujeitos locais e visitantes para o cuidado com o patrimônio cultural e natural.

Para Silva e Miranda (2013) o cenário nacional de políticas públicas de desenvolvimento turístico nos últimos anos vem sendo direcionado para a interiorização, procurando desenvolver o turismo em locais até então considerados sem perspectivas de crescimento econômico. Essa descentralização se faz importante para uma atenção mais justa aos lugares mais distantes e que possuem potencialidades turísticas, que é o caso da cidade em que se destaca na pesquisa.

Definir seus potenciais turísticos é fundamental para uma localidade que tenha o desejo de desenvolver o turismo, a partir deste levantamento, é possível planejar a atividade turística. Na concepção de desenvolvimento regional, Barbosa, 2005 p.5) afirma que:

O turismo com base local ou regional constitui numa mediação possível de dar algum dinamismo econômico aos lugares, representada pela possibilidade de geração local ou regional de ocupação e renda, que por sua vez, constitui o braço economicista da ideologia do localismo/regionalismo. O desenvolvimento local alavanca a possibilidade de equalizar 5 objetivos: preservação/conservação ambiental, identidade cultural, geração de ocupações produtivas e de renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

O desenvolvimento regional fica compreendido como aquele que parte de articuladores endógenos por meio de um planejamento integrado que vislumbre o desenvolvimento socioeconômico, que será discutido nas abordagens a frente considerando o cenário atual da região de estudo após inserção econômica do turismo.

Desenvolvimento socioeconômico, para Tomazzoni e Dorion (2008), transcende os aspectos materiais e físicos do ser humano, voltados para renda, saúde, educação e habitação, ele abrange aspectos culturais e psicológicos, envolvendo capacidade de expressão, decisão e ação, o que implica na educação, sendo de fato uma estratégia para mudanças de mentalidades e suporte para capacitação de sujeitos para se integrarem e beneficiarem do crescimento econômico que pode vir a ser oferecido no local.

Nessa ótica Pinto (2018, p.37) considera o turismo como um fenômeno próximo ao desenvolvimento local ou regional, uma vez que se bem trabalhado pode ser articulado pela autogestão da comunidade e realizado de forma endógena, também considera “três elementos do desenvolvimento local que se destacam a partir do turismo: a sociedade, o ambiente e economia” em um contexto em que a diversidade cultural e social se integram para formar potencializadores que são articulados e produzidos para as transformações locais.

Para Tomazzoni (2007) a contextualização espacial do desenvolvimento fundamenta-se no conceito de região, essa delimitação é importante nesta pesquisa, pois foi trabalhada uma região específica para se fazer a análise desse processo de desenvolvimento socioeconômico.

O conceito de desenvolvimento local é muito amplo e as vezes carregado de ideologias, mas existe uma relação com alguns pilares que para Tellez (2017, p.49-50) devem estar presentes nas vertentes desta configuração de desenvolvimento, sendo eles:

- 1) desenvolvimento local como mudança;
- 2) construção coletiva da visão local;
- 3) processo de natureza endógena, valorização da identidade e vocação local;
- 4) crescimento econômico sustentável;
- 5) desenvolvimento local como complemento no desenvolvimento nacional;
- e 6) desenvolvimento local como conceito multidimensional e integrado.

Nesse entendimento de turismo e desenvolvimento local/regional apresentado que consideramos a análise das políticas públicas de Turismo no cenário nacional e no estado do Tocantins.

## **Políticas públicas de turismo**

Para pensarmos não só no contexto do Brasil, a Organização Mundial do Turismo (OMT) fechou seu compromisso com a Agenda de 2030, pois considera que o turismo tem como contribuir indiretamente e diretamente em todos os objetivos, assim apostaram na bandeira do turismo sustentável, de forma que incentiva a implementação do Código Global de Ética do Turismo, para maximizar a contribuição socioeconômica do turismo e minimizar os possíveis impactos negativos, visando um desenvolvimento inclusivo e sustentabilidade ambiental (UNWTO-sigla da OMT em inglês).

Desse modo para a UNWTO o turismo responsável está comprometido com a Agenda 2030, de modo que para cada uma das metas possui uma forma de contribuir para o sucesso da Agenda. Na imagem a seguir apresentamos os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), que possuem 169 metas atreladas a eles.



**Figura 1** – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável



Fonte: unwto.org.

É importante entender que o turismo também tem uma responsabilidade para o desenvolvimento sustentável e ele tem potencial para ser um grande aliado no cumprimento desses objetivos da Agenda 2030.

Chamando a responsabilidade para o Brasil, enquanto Ministério do Turismo (MTur), este também possui suas responsabilidades para a Agenda 2030, ação inclusive prevista no Plano Nacional de Turismo 2018-2022:

Com base nos princípios de sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional que norteiam o Programa de Regionalização do Turismo e guiado pela Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, juntamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>39</sup>, o Ministério do Turismo buscará articular e incentivar a convergência das ações voltadas ao

desenvolvimento responsável no âmbito da Política Nacional de Turismo e do avanço da Agenda 2030, especialmente dos ODSs 8, 12 e 14, onde o turismo foi especialmente incluído como meta. (PNT, 2018-2022, p.121)

Nesse sentido a OMT, juntamente com o Mtur tem uma grande responsabilidade por ser o órgão mundial de representação do setor de Turismo e que tem o poder de dialogar com os países, desde os desenvolvidos aos em desenvolvimento, de modo que se espera políticas que de fato venham para somar e mudar o contexto em que vivemos.

## **Políticas de Turismo e o cenário Brasil**

As políticas públicas de turismo no Brasil são recentes e acontecem em um cenário destinado pela busca do turismo como fonte de desenvolvimento para o país, assim começou a se pensar em políticas sustentáveis, que, no entanto, no momento da execução acabam não atendendo aos critérios sonhados desse tipo de desenvolvimento, algo sonhado por todos, porém pouco gerenciado para se tornar realmente sustentável. Nesse sentido, o Brasil tem tentando de diversas maneiras instituir programas e ações para alcançar tais demandas.

Alguns autores, como Candiotto e Bonetti (2015) defendem que a primeira política nacional de turismo foi formulada em 1966 e que somente nos anos 90 com o surgimento da preocupação com o desenvolvimento sustentável, econômico e social que tais políticas vieram a se concretizar. Para dinamizar a trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil, foi construído no Quadro 2 alguns marcos que impulsionaram o turismo no país com base na pesquisa de Candiotto e Bonetti (2015) e dados Ministério do Turismo.

## Quadro 1 – Trajetória das Políticas de Turismo no Brasil 1930 a 2008

Ano	Marco
1930	Regulamentação do setor de viagens.
1938	Decreto Lei nº406/maio de 1938– regulamenta a entrada de estrangeiros no país e vendas de passagens aéreas, terrestres e marítimas.
1940	Decreto Lei nº 2440– regulou o funcionamento e atuação das empresas e agências de viagens.
1940	O governo federal regulamenta a atuação de diferentes agentes privados envolvidos com o turismo, com o objetivo de organizar a atividade, considerando seu potencial econômico.
1958	O governo de Juscelino Kubitschek criou projetos de integração nacional associado ao mercado automotivo e a construção de estradas. Nesta gestão foi possível ampliar a circulação mercantil e desenvolver os mercados turísticos brasileiros.
1958	Decreto Lei nº 44.863121/11 que criou a COMBRATUR
1960	Confederação Nacional de Turismo (CNTur) na qual estabeleceu o Plano Nacional de Turismo e Plano de prioridade para localização de hotéis.
1966	Promulgado o Decreto Lei nº55 que definiu o plano nacional de turismo e criou a Empresa brasileira de Turismo (EMBRATUR).
1970	Marcado pela ditadura– foi um período de investimentos em infraestrutura que contribuiu para melhorias nas áreas de transporte e energia (principalmente na região sudeste do país).
1980	Processo de redemocratização do Brasil. O Turismo brasileiro sofre uma mudança radical em sua estrutura, redução da centralização por parte da Embratur.
1986	Decreto Lei nº2.294 – dispõe sobre o exercício e a exploração das atividades e serviços turísticos, dando um fim a obrigatoriedade do registro e da classificação das empresas turísticas junto a Embratur.
1990	O governo volta o olhar ao Turismo, ele passa a ser notado nas discussões em relação a políticas públicas.

Ano	Marco
1991	Lei nº 8.181/91 Política Nacional de Turismo. Reestruturação da Embratur, o órgão passa a ser chamado de Instituto brasileiro de Turismo.
1991	Surge o Programa de apoio ao desenvolvimento do Turismo, chamado programa de ação para o desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) gerenciado pela Embratur e pela Superintendência do desenvolvimento do nordeste (direciona recursos para o potencial turístico de praias do nordeste).
1992	Lei nº 8.623/1993– trata-se da ética, da profissão de guia de turismo e o conceitua como profissional. A Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 946/93 prevendo pré-requisitos e infrações disciplinares para os guias de turismo.
1992	A Política Nacional de Turismo avança e em julho de 1992 a EMBRATUR lança o Plano Nacional de Turismo (Plantur),
1994	Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)– Incentivava os municípios a se organizarem para receberem o turismo.
1996– 1999	O Plano Nacional de Turismo (PNT) atribuiu ênfase na articulação entre governo e iniciativa privada.
2003– 2007	Criação do Ministério do Turismo. Se investiu em um PNT que buscase o desenvolvimento do turismo brasileiro de qualidade.
2008	Lei 11.771 de 17 de setembro de 2008-Lei do Turismo, grande marco legal para o Turismo no país.
2008	O Cadastur – Cadastro Nacional de Prestadores de Serviço do Turismo foi instituído para as empresas e profissionais do Turismo
2010	Altera o artigo 17, da Portaria n.153, de 06 de outubro de 2009, que institui regras e critérios para formalização de apoio a eventos do turismo e de incremento do fluxo turístico local, regional ou nacional.
2011	Estabelece o Sistema Nacional de registro de hóspedes, regulamenta a adoção da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes e Boletim da Ocupação Hoteleira. Institui o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem. Cria o Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de Hospedagem

Ano	Marco
2013	Institui o Programa de Regionalização do Turismo. Define o Mapa do Turismo Brasileiro.
2014	Criação do Plano Estratégico de Marketing Turístico- Experiências do Brasil: 2014-2018. Criação da Política Nacional de Qualificação do Turismo (PNQT).
2015	Elaboração das Diretrizes Nacionais para Qualificação em Turismo (DNQT)
2016	Programa Turismo Responsável em Infância- Prevenção a exploração sexual de crianças e adolescentes no Turismo.
2017	Institui o Programa de Qualificação Internacional em Turismo e Hospitalidade.
2018	Criação da PNT 2018-2022. Estruturação e atualização da Rede de Inteligência de Mercado no Turismo.
2019	Programa Investe Turismo
2020	Criação do Selo Turismo Responsável e criação do Plano de Retomada do Turismo (Prevenção da COVID-19). Criação do Plano Estratégico Institucional 2020-2023. Institui o Programa ADS China.

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir da pesquisa de Candioto e Bonetti (2015) e dados do MTur 2020.

O quadro 1 apresenta os marcos que contribuíram para o desenvolvimento do turismo no país, e na visão da autora vale ressaltar a consideração de algumas das principais PNTs para compreensão dos respectivos episódios dessa trajetória.

Desde a criação da primeira PNT em 2003, eles possuem um tempo de vigência de quatro anos, e desde então estamos na execução do IV plano (2018-2022). Esse planejamento é feito pelo MTur, em que são traçados metas, diretrizes e programas para o desenvolvimento e crescimento do turismo no país.

O primeiro plano alcançou os anos de 2003 a 2007, nesse período começava a discutir as vocações do país para o turismo, citando as praias, hospitalidade do brasileiro, a culinária e os festi-

vais. Nesse contexto, a tendência mundial era a de estruturação, por meio de regiões, assim esse Plano Nacional de Turismo (PNT) fora destinado com “foco na regionalização do Turismo no país” (BRASIL, 2003). Esse plano se punha como elo articulador do governo, estados e municípios nas discussões voltadas para o turismo, e continha sete macro programas que visavam a redução da desigualdade sociais e regionais e ocupação e renda.

Na segunda PNT, que teve vigência seguinte à anterior, nos anos de 2007 à 2010 se tornou uma política nacional que deu continuidade as formas de exercer o cumprimento da política em tese, uma das coisas que a fez se destacar das demais foi o lançamento dos Cadernos de Turismo e dos “65 destinos indutores do desenvolvido turístico” (BRASIL, 2007).

Em seguida o terceiro plano a ser instituído e teve como tema o Turismo fazendo muito mais pelo o Brasil, onde as relações entre entidades que compõem o Sistema Nacional de Turismo se estreitaram, tendo como objetivo consolidar as estratégias do programa, “especialmente no que se diz aos órgãos voltados para a Câmara temática de Regionalização, Fórum de Secretarias e Dirigentes Estaduais de Turismo (FONATUR) e o Conselho Nacional de Turismo” (BRASIL, 2013). Nesse sentido:

Outros aspectos deste plano são o de incluir nas estratégias do turismo a sustentabilidade, visto que o Brasil é considerado o país com maior potencial em recursos naturais pelo Fórum Econômico Mundial por ocupar a posição de quinto em número de espécies do planeta Terra e possuir 67 parques nacionais abertos à visitação; ampliar a participação dos estados e municípios na formulação das políticas, possibilitando assim uma posição de maior competitividade às cidades; e valorizar o turismo interno, ou, turismo doméstico, visto que a situação econômica dos brasileiros tem se revelado otimista, criando para isso programas de incentivo a viagem interna em baixa temporada, como Viaja Mais Melhor Idade, Viaja Mais Jovem e o Viaja Mais Trabalhador (CERQUEIRA; PINHEIRO; OLIVEIRA, 2015 p. 01).

Além dessas políticas que foram criadas e executadas, sucessivamente vieram ações e programas como o de regionalização do turismo, os Cadernos de Turismo entre outros que ajudaram a formar e fortalecer tais políticas em nosso país. Porém é sabido que ainda tem se muito a ser melhorado neste ramo, ainda mais quando se considera a importância dessas políticas para um país e a funcionalidade e complexidade do Turismo.

A PNT de 2018 a 2022, traçou diversas estratégias para o desenvolvimento do turismo no país e a sua representatividade no mercado mundial, de forma que as estratégias foram pensadas em uma base que representa o objetivo principal e subestratégias ligadas a essa base que levam a criação de diretrizes e programas, utilizados como meios de articulação para o cumprimento da estratégia principal, de aumentar o fluxo do turismo internacional e fortalecer o doméstico em perspectivas econômicas. Essa PNT tem uma representação mais economicista que as demais, traz diversos gráficos e desenho de metas para o país.

Ainda sobre a PNT 2018-2022 temos alguns pontos dessa política pública que são interessantes destacar para esta pesquisa, no caso, nas suas estratégias foram previstas que haveria estímulos para a realização de estudos para conhecimento dos mercados-alvos, pois tais estudos fornecem informações que contribuem para o monitoramento, avaliação dos impactos, além de orientar tomada de decisões por parte de gestores públicos, privados e demais responsáveis pela gestão do turismo em âmbito nacional, estadual e municipal (PNT 2018-2022, p.86 e 87).

Essa pesquisa contribuirá para acesso a informações em relação aos potenciais atrativos turísticos do município de Arraias-TO, que dentro deste PNT em questão encontramos que “os atrativos turísticos funcionam como uma ‘mola propulsora’ que leva as pessoas a viajar e, ao chegarem ao destino, acionar todo sistema produtivo do turismo receptivo, por meio do consumo de diversos produtos e serviços” (PNT 2018-2022, p.103). Infelizmente muitos Estados e Municípios carecem de estudos e pesquisas nesta modalidade, e para a engrenagem do turismo começar a girar é necessário antes conhecer os potenciais da localidade, principal ação de busca dessa pesquisa.

Nessa mesma PNT, encontramos estratégias de promoção a valorização do patrimônio cultural e natural para a visitação turística, principalmente nas localidades que ainda estão a conhecer o que possui ao redor, a PNT traz que é preciso capacitar os moradores a perceber o que tem no ambiente que os cerca e a partir daí criar uma relação de pertencimento, pois para gostar, respeitar e querer cuidar de algo precisamos antes de tudo conhecer.

Para uma vista geral das PNTS, exibimos o quadro 2 a seguir com a visão e os principais objetivos de cada uma das PNTS lançadas no Brasil.

**Quadro 2 – As PNTs no Brasil**

PNT	Visão	Objetivos
2003-2007	Contemplar as diversidades regionais, expansão do mercado interno e a inserção no mercado internacional. Geração de ocupação e renda, redução das desigualdades regionais e equilíbrio do balanço de pagamentos.	Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais.  Estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional.
2007 a 2010	Expansão e fortalecimento do mercado interno, com ênfase na função social do turismo. inserção efetiva do turismo no cenário turístico mundial. Proteção ao patrimônio cultural e ocupação e geração de renda.	Promover o turismo como fator de desenvolvimento regional. Assegurar mais promoções do Brasil no exterior. Inclusão social por meio de geração de trabalho e renda.
2013-2016	Posicionar o Brasil como uma das maiores economias turísticas do mundo até 2022.  Realização de investimentos na infraestrutura e exposição mundial do Brasil pelos megaeventos e uma taxa de câmbio mais favorável ao turismo.	Preparar o turismo brasileiro para os megaeventos. Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil. Melhorar a qualidade e competitividade do turismo brasileiro. Incrementar a geração de divisas e chegada de turistas estrangeiros.



PNT	Visão	Objetivos
2018-2022	Consolidar o turismo como principal eixo estratégico de desenvolvimento econômico no país.	<p>Fortalecer a gestão descentralizada do turismo.</p> <p>Melhorar a infraestrutura das regiões e destinos turísticos do país.</p> <p>Ampliar a formalização dos prestadores.</p> <p>Promover em âmbito, nacional e internacional, os destinos e produtos brasileiros.</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos PNTs.

Além dessas políticas que foram criadas, vieram algumas ações e programas que são parte de táticas para implementação das políticas criadas, como exemplo desses programas, temos o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que tem se fortalecido cada vez mais, e tem trabalhado o planejamento e ordenamento territorial, que une o MTur por meio dos interlocutores de turismo e as instâncias de governança direto aos municípios. O PRT, tem a ideia de gestão descentralizada do turismo, de forma que permite uma conexão entre estados e municípios para o fortalecimento de tais políticas no país, principalmente no que se diz a qualificação, estruturação de destinos, diversificação da oferta turística (BRASIL, 2019 a).

Outro programa que vale ressaltar é o Investe Turismo, lançado no ano de 2019, criado a partir de um entusiasmo pelo crescimento e representatividade do turismo no país, o Investe Turismo é um “programa de articulação e fomento do turismo que promove a convergência de ações e investimentos para acelerar o desenvolvimento, gerar empregos e aumentar a qualidade e competitividade de 30 Rotas Turísticas Estratégicas do Brasil” (BRASIL, 2019 b, p.10).

Esse programa, no que diz a pensar o desenvolvimento do turismo a partir da infraestrutura, estrutura e profissionalização tem se mostrado atender as suas expectativas e provavelmente deva se expandir estes investimentos para mais roteiros turísticos inte-

grados. Esse programa em especial chama a atenção para a pesquisa, pois Arraias pertence a uma região turística que está crescendo no estado do Tocantins, para o Programa Investe Turismo, a região turística beneficiada do estado foi o Jalapão, a ideia é de se expandir até a região das Serras Gerais, e para isso Arraias precisa estar operando o turismo, e para chegarmos neste ponto, a cidade deve conhecer de fato quais são seus potenciais para saber investir.

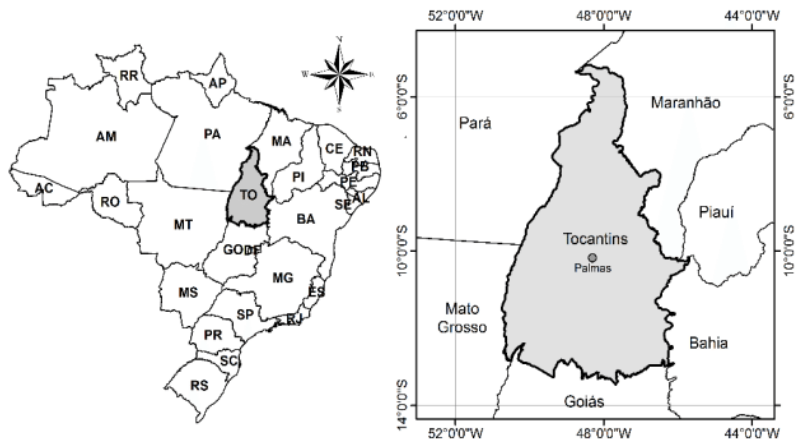
A Lei Geral do Turismo, Lei 11.771 de 2008 evidencia no artigo 5º objetivo VI, que um dos objetivos da lei é promover a descentralização do turismo, estimulando aos Estados e Municípios a planejarem em seus territórios as atividades turísticas de forma sustentável com o envolvimento da população, o que trazendo para a realidade desta pesquisa consideramos algo notável, uma vez que essa pesquisa traz informações que contribuem para o planejamento e desenvolvimento de uma comunidade.

Essas são algumas políticas no âmbito nacional que se considerou importante de explicar para entender como que está a lógica nacional no que se diz ao respeito de pensar o turismo, no entanto, é sabido que ainda tem muito que se melhorar em relação a prática dessas políticas, principalmente no que se diz a desigualdades regionais, estruturação de destinos e geração de emprego e renda. Afinal de contas turismo é para quem?

## **Política de Turismo no Tocantins**

O Estado Tocantins está localizado na região norte do País, possui limites geográficos com a Bahia, Maranhão, Piauí, Pará, Mato Grosso e Goiás. (Figura 2: Localização do Tocantins no Mapa do Brasil). É um Estado jovem criado a partir da divisão do norte goiano, onde fazia parte do estado de Goiás como um todo, isso ocorreu no ano de 1988.

**Figura 2** – Localização do Tocantins no Mapa do Brasil



Fonte: PATRIOTA, Jéssica. et. al. (2017, p.2).

Em termos de Turismo também é novo, embora possua uma dimensão de recursos naturais e culturais utilizados pelo Turismo. De acordo com os dados do Mapa do Turismo Brasileiro (2019) o estado foi dividido em sete regiões turísticas, dentre elas as Serras Gerais, Bico do Papagaio, Encantos do Jalapão, Lagos e Praias do Cantão, Vale dos Grandes Rios, Serras e Lagos e Ilha do Bananal como representado no mapa do estado (Figura 3).

O Mapa do Turismo Brasileiro (MTB) faz parte do Programa de Regionalização do Turismo lançado em 2004, programa previsto no Plano Nacional do Turismo (PNT) 2003 a 2007.

Segundo o PNT 2007 a 2010, o Mapa do Turismo Brasileiro, em 2004, contava com “219 regiões turísticas, contemplando 3.203 municípios” (p. 25).

A Lei 11.771/2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e manteve, em seu Art. 4º, parágrafo único, como um de seus princípios, a regionalização do turismo, o que culminou na Portaria nº 105/2013 do Ministério do Turismo que instituía o Programa de Regionalização do Turismo.

Esta portaria, de maneira mais direta, em seu art. 5º, inciso I, tem como uma das estratégias para implementação do Programa de

Regionalização do Turismo, o “mapeamento”, que por sua vez, acabou por criar de fato, o Mapa do Turismo Brasileiro por meio da Portaria nº 313/2013.

A Portaria nº 192.2018, criou critérios para atualização do Mapa do Turismo Brasileiro criado pela Portaria 313/2013 que por fim, foi estabelecida sua atualização a cada dois anos pela Portaria nº 331/2019.

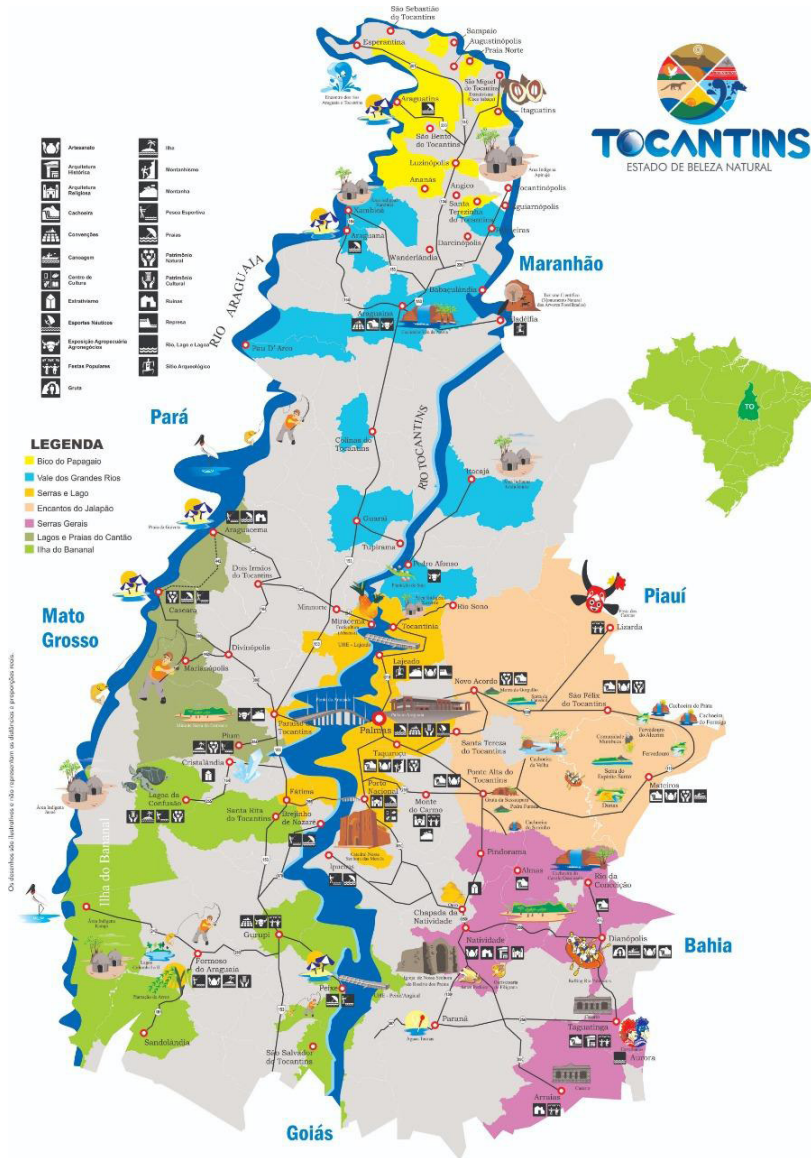
Atualmente, em sua última versão, de 2019-2021, segundo o Mtur, o MTB “conta com 2.694 municípios, divididos em 333 regiões turísticas”. Interessante notar que apesar, em relação ao MTB de 2004, houve um aumento de 52% no número de regiões turísticas, porém, houve uma queda em 16% em relação as cidades que compõe o MTB atual. Para integrar uma Região Turística do MTB, cada cidade tem que cumprir uma série de requisitos, atualmente previstos no Art. 2 da Portaria 313/2013, sendo essas exigências uma provável consequência na queda do número de cidade integrantes do MTB.

Dentre as regiões citadas a do Jalapão é a mais conhecida, sendo uma das representantes do estado e a que mais possui fluxo turístico, isso pelo menos é o que aparenta ser. A região deslumbra olhares, que a própria mídia ajuda a divulgar, podendo citar como exemplo a *Novela das sete da rede emissora Globo: “O Outro lado do Paraíso”*.

Antes de adentrar no quesito de políticas públicas, gostaríamos de ressaltar que para esta pesquisa destacamos a Lei estadual n. 2.820/2013 para uma análise de estudo de políticas públicas no Tocantins, por ser mais completa e detalhada acerca da visão de desenvolvimento do turismo no estado, mas que possuem outras leis e normativas que regem de algum modo sobre o turismo.

Nesse sentido destacamos a Lei estadual n. 3.402 de 31 de julho de 2018 que estabelece condições para a classificação de estâncias de governança e municípios de interesse turístico, é uma lei criada, de certo modo, recente no Estado do Tocantins, o que é surpreendente de ver, pois o turismo é muito dinâmico e é necessário que as políticas públicas se adaptem a este dinamismo que a atividade oferece.

Figura 3 – Regiões Turísticas do Tocantins



Fonte: Adetuc, 2019.

No capítulo III desta lei, atentamos as condições que são estabelecidas para que um município receba o título de Município de Interesse Turístico, entre eles, temos ter potencial turístico, possuir expressivos atrativos turísticos e Conselho Municipal de Turismo, e para a classificação ainda é necessário ter o estudo da demanda turística do município, o inventário dos atrativos turísticos e inventário dos equipamentos turísticos, mostrando mais uma vez o quão precisa vem ser esta pesquisa quanto a sua contribuição para a cidade de Arraias.

As políticas públicas de turismo no Tocantins são novas, e estão se estruturando ainda. Nesse sentido durante a pesquisa trabalhamos com lei que rege sobre a Política de Turismo Sustentável no estado, a Lei 8.820 de 31 de dezembro de 2013, ao analisarmos o material percebemos que a Política Sustentável de Turismo surgiu a partir de uma preocupação com o gerenciamento do turismo no estado, ela está instituída desde o ano de 2013 (TOCANTINS, LEI 2.820, 2013).

Para que se tenha uma boa organização na efetivação do Turismo é necessário planejar, ação considerada como essencial, principalmente na criação de uma política pública que se trata de Turismo e envolve a população e a complexidade desse fenômeno como um todo, bem como envolve a gerência de um processo de organização e responsabilidade dentro de um contexto de planejamento que:

envolve valores, recursos e objetivos; assim, é de total responsabilidade do setor público, no processo de investigação, de levantamento de informações e análises, identificar as necessidades a serem supridas e os potenciais a serem estimulados e investidos. (GALDINO E COSTA, 2011, p.04).

Seguindo esse raciocínio passamos a entender a política pública citada com uma análise nos seus artigos de modo geral, de forma que no primeiro artigo, a Lei mostra que a Política de Turismo Sustentável deseja promover um Turismo Sustentável desde a distribuição de emprego, oferta de trabalho à fomento das atividades, bem como a divulgação dos recursos potenciais e desenvolvimento desses de maneira sustentável.

Como parte da promoção da política, ela também visa a inventariação dos potenciais turísticos e patrimônio Cultural do estado, assim como ampliar as atividades voltadas para o ecoturismo, sendo este um forte potencial para o Estado como um todo. Nesse sentido, também se propõe a articulação e viabilização do trabalho destinado para esse segmento turístico ao se tratar de mercado.

Algo muito interessante que já se prevê nessa política é a precaução com atividades irregulares que desviem as características envolvidas nos aspectos socioculturais, socioambientais e da sustentabilidade nas práticas das atividades turísticas. O artigo 1º considera no todo:

**Art. 1º** É instituída a Política de Turismo Sustentável do Estado do Tocantins com a finalidade de:

I – promover:

a) a oferta de trabalho e emprego por meio do fomento às atividades de turismo sustentável;

b) a divulgação, nacional e internacional, das potencialidades turísticas do Estado;

c) o desenvolvimento dos potenciais turísticos, com sustentabilidade, em todas as regiões do Estado;

d) o intercâmbio em matéria de turismo com entidades congêneres nacionais, internacionais e estrangeiras;

II – organizar os diversos segmentos turísticos, estabelecendo padrões e normas de qualidade;

III – propiciar aos diversos grupos sociais o acesso ao turismo sustentável praticado no Estado;

IV – ampliar os fluxos ecoturísticos;

V – organizar o calendário de eventos turísticos do Estado;

VI – apoiar a realização de eventos locais, nacionais, internacionais e estrangeiros em matéria de turismo;

VII – realizar o inventário do patrimônio turístico estadual;

VIII – promover a formação, o aperfeiçoamento e a qualificação da mão de obra utilizada nas atividades turísticas;

IX – viabilizar a ampliação e a diversificação das linhas de crédito para empreendimentos ecoturísticos;

X – propiciar condições para a competitividade dos empreendimentos ecoturísticos;

XI – estabelecer normas para a fiscalização das atividades turísticas;  
XII – prevenir atividades turísticas irregulares, em especial, as que atentem contra os costumes e a dignidade das pessoas. (TOCANTINS, LEI 2.820, 2013)

Na sua apresentação teórica percebe-se que a Lei 2.820/2013 se preocupa com a efetivação consciente do turismo no estado. Entretanto percebeu-se ao longo da caminhada que esta Lei não está sendo usada, nem divulgada. Com bonitos princípios na teoria, mas sem se efetivar na prática. Infelizmente uma realidade que mostra que em termos de legislação e planejamento o estado não tem um Plano Estadual de Turismo.

Dentro ainda da Política em questão, simultaneamente foi criado o Plano Estratégico de Turismo (que teve como elaborador a Agência do Desenvolvimento do Turismo do Estado Tocantins (Adtur), atual Agência do desenvolvimento de Turismo, Cultura e Economia Criativa (Adetuc), além da Criação do Fundo do Turismo, o Sistema Estadual de Turismo, que tem por finalidade de amplo modo padronizar as atividades voltadas para o Turismo no Estado, bem como propor monitoramento dos bens que são de interesse turístico, como tombamentos para estes fins.

São muitos projetos e criação de políticas públicas que a população não consegue ver o funcionamento na prática. Nesse sentido, vale citar algumas ações que foram para a prática no estado e que envolvem o turismo, temos o Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável e Integrado no Tocantins (PDITIS), aprovado em julho de 2012 e está em andamento com o número de identificação: P121495, possui o objetivo de melhorar a eficácia de transporte rodoviário e eficácia de alguns serviços públicos, em apoio ao Programa de desenvolvimento integrado e territorialmente equilibrado. O projeto tem 3 componentes 1) melhorar a eficiência dos serviços de transporte rural, que visa otimizar o acesso a aldeias remotas e, ao mesmo tempo, promoverão a integração econômica regional e o apoio a programas de competitividade e proteção social 2) maior eficiência dos serviços públicos que facilitarão o apoio ao fortalecimento institucional e 3) gerenciamento



de projetos que apoiarão a gestão da iniciativa em relação a execução e supervisão.

O projeto é financiado por empréstimos do Banco Mundial completados por contrapartida. Ambos componentes consolidarão o desenvolvimento sustentável na estratégia do governo. Nesse quesito, este projeto foi desenvolvido e finalizado em algumas regiões do Tocantins, como a região do Jalapão e Cantão e em outras está em andamento, como no caso da região das Serras Gerais (WORLD BANK, 2017).

É um projeto que se utiliza como instrumento para o desenvolvimento turístico da região e os seus respectivos polos conforme políticas públicas estabelecidas entre o Estado e Governo Federal, por meio do MTur em parceria com o Banco de Desenvolvimento da América Latina.

Outro destaque é o supracitado projeto do Governo Federal, Investe Turismo em que o Estado, por meio da Adetuc, tem sido o grande articulador local no processo de implantação do projeto, juntamente com o Sebrae Estadual, ação que a pesquisadora acompanhou pela sua atuação na Secretaria de Cultura e Turismo.

De modo geral o estado tem trabalhado cada região separadamente, no que se diz ao turismo, onde se acredita que a integração das regiões seja importante para o processo de desenvolvimento regional e que de certo modo, os municípios se beneficiam por parte do turismo, direto ou indiretamente.

## **Considerações finais**

Essas foram algumas ações no que se diz ao setor do turismo que estão acontecendo no cenário nacional e no Estado do Tocantins, o que nos faz pensar nas possibilidades da implementação de mais políticas públicas de turismo efetivas, lembrando que a Lei Geral do Turismo, Lei federal n. 11.771/2008, cita a descentralização e regionalização da aplicação de poder, que vem sendo a tendência, por meio do PRT, como mencionado anteriormente. E já está previsto nesta lei que uma das ações é:

VI – promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica (Art. 5º § VI, BRASIL, LEI 11.771, 2008).

O Tocantins, está contemplado neste parágrafo, que institui como um dos objetivos a promoção de forma descentralizada e regionalizada do Turismo com intuito de estimular os Estados e Municípios a desenvolverem o turismo a partir da sustentabilidade.

É possível entender que as Leis, em âmbito estadual e nacional possuem em seu teor a capacidade de apoiarem e tornarem possível a elaboração de uma Legislação Municipal de Turismo para as cidades do Estado do Tocantins, no entanto, não é fácil “quando a ação depende de um certo número de elos em uma cadeia de implementação, o grau necessário de cooperação entre as organizações para que essa cadeia funcione pode ser muito elevado”, cita Carvalho (2000, p.107-108), ainda que se trabalha cada um com seus próprios objetivos, ao contrário, deveria serem convergentes para um bem comum.

Portanto, há de se considerar a importância das discussões voltadas para as políticas públicas seja em âmbito nacional, estadual, regional ou municipal, pois com elas é possível se articular, promover, organizar, distribuir e executar ações que garantam a melhoria de um espaço de vivência.

Porém, “definir política envolve uma complexidade de fenômenos relacionados a filosofia, história, ideologia, entre outros, que interferem na compreensão deste termo” (SANTOS E GOMES, 2007 p.3), e mesmo que seja difícil, é necessário que seja feita alguma ação para a criação de leis que estruturem e concedam base para articulação de um planejamento turístico, para que evite no futuro, por exemplo, um turismo desordenado, o que ficará difícil de reverter.

Considerando a importância de se criar políticas públicas tanto para a cidade, bem como para a população como um todo na parte do conjunto estrutural que organiza e efetiva o Turismo, Beni (2003, p.77) considera:

A política de Turismo é a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), no “fazer” (projeto e programa), do “executar” (preservação, conservação, ressignificação do Patrimônio Cultural, natural e sua sustentabilidade), do reprogramar (estratégia) e do fomentar (investimentos e vendas) do desenvolvimento turístico do país ou de uma região e seus produtos finais.

Desse modo, as políticas são essenciais para que se consolide o turismo em um município e estado, daí a importância dos gestores do setor público, iniciativa privada, organizações não governamentais e civis se proporem a levar a sério a organização prática do Turismo. E o Tocantins precisa de tais políticas com urgência. Precisa de uma política participativa que atenda as demandas da sociedade tocantinense como um todo e alcance todas as esferas da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fábila Fonseca. **O Turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional**. Caminhos da Geografia, revista online. 10 (14) 107-114, fev 2005. Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15380/8679>. Acesso em: 21 jul. 2020.

BATISTA, Grace M. Turismo e Desenvolvimento local: Uma alternativa para as comunidades brasileiras. **Revista Brasileira de Administração**. v.2 n.2 p.43-57 julho a dezembro/Brasília, 2002. Disponível em <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c716e8618.pdf> acesso em 26 de out. de 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Diretrizes, Metas e Programas. Brasília, DF, 2003. 48p. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/32-planos-nacionais.html>. Acesso em: 14 jun.2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007- 2010**. Turismo para todos. Brasília, DF. 2007. 43p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/32-planos-nacionais.htm>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**. O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil. Brasília, DF. 2013. 116p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/32-planos-nacionais.html>. Acesso em: 14 jun.2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018 a 2020**. Mais emprego e renda para o Brasil. Brasília, DF. 161p. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/images/pdf/PNT\\_2018-2022.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/PNT_2018-2022.pdf). Acesso em:14 jul. de 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo; Embratur; Sebrae. **Investe Turismo: Parcerias para transformar destinos**. 1 ed. Brasília, DF. 2019. 40p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/Investe%20Turismo/mtur-cartilha-investe-turismo.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Turismo** Lei 11.771 de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm). Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo. Departamento do Turismo, Coordenação Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo. Mapa do Turismo Brasileiro – 2019. Brasília, 2019. Disponível em: [http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO\\_Mapas.pdf](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO_Mapas.pdf) acesso 03 de out. de 2020

CANDIOTTO, Luciano Zanneti Pessoa. BONETTI, Lucas Araújo. 2015 Trajetória das Políticas Públicas de Turismo no Brasil. Revista de Turismo y Desarrollo local. Grupo Eumed.net (Universidad de Málaga, issue 19, december. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/турыdes/19/politicas.html>. Acesso em 16 jul. de 2020.

CARVALHO, Allan Francisco de. **Políticas Públicas em Turismo no Brasil**. In: Revista Sociedade e Cultura, v.3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 97-109. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70312129006.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020

CERQUEIRA, Poliana da Silva; PINHEIRO, Lessi Inês Farias de; OLIVEIRA, Kaiza Correia da Silva. Políticas públicas para o

desenvolvimento do turismo no Brasil e na Bahia, in: Observatorio de la Economía Latinoamericana, n. 206, 2015. Texto completo em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/15/turismo.html>. Acesso em: 16 nov. 2019.

PINTO, Agnelo. **Políticas Públicas de Promoção Turística e Desenvolvimento Local e Sustentável: um estudo de caso em Bolama-Bijagós/Guiné Bissau**. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE) Programa de Pós- Graduação em Administração. Orientadora: Nadja Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8525?mode=ful>. Acesso 23 nov. 2020.

SILVA, Marina Duarte Gomes. MIRANDA, Elis de Araújo. Planejamento do turismo para o desenvolvimento local. Seminário Nacional de planejamento e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**. v.2 n.2 julho-dezembro 2013. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/3079>. Acesso em: 17 jul. 2020.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre a Epistemologia da Geografia**. Cadernos Geográficos/ Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. n.12 (maio de 2005). Disponível em: <https://cadernosgeograficos.ufsc.br/files/2016/02/Cadernos-Geogr%C3%A1ficos-UFSC-N%C2%BA-12-Notas-sobre-a-Epistemologia-da-Geografia.-Maio-de-2005.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

TELLEZ, Ibrahim Amhed León. **Consideraciones generales para la planificación del desarrollo desde el ámbito territorial**. Anais do Seminário Internacional de Meio Ambiente, Dinâmicas Regionais e Planejamento Territorial na Amazônia e no Cerrado. Porto Nacional, 21 a 24 de junho de 2017. Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: <http://seminariointernacionalportouft.blogspot.com.br/>. Acesso em: 25 mai. 2019.

TOCANTINS. Lei 2.820 de 30 de dezembro de 2013. **Dispõe sobre a Política de Turismo Sustentável do Estado do Tocantins e adota outras providências**. Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4. 037. Tocantins, 2013. Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/2434/download>. Acesso em: 16 nov. de 2020.

TOMAZZONI, Edegar Luis. DORION, Eric. **Observatório de Turismo e Cultura como estratégia de sistematização de informações e**

**conhecimentos e de apoio ao desenvolvimento regional.** In: Turismo: Múltiplas abordagens. Org. Cândido, Luciane Aparecida. Novo Hamburgo: Feevale, 2008. p.67-74.

TOMAZZONI, Edegar Luis. **Turismo e Desenvolvimento Regional:** modelo APL TUR, aplicado à região de Hortências (Rio Grande do Sul-Brasil). Tese (Doutorado)– Programa de Doutorado em Ciências. Orientadora: Mirian Rejowski. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-11052009-111001/publico/4845650.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

WORD BANK. **Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável e Integrado no Estado do Tocantins.** Reportagem: No Tocantins, o turismo é aliado do desenvolvimento sustentável, 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2017/10/25/brazil-tocantins-tourism-sustainable-development>. Acesso em: 22 jun 2020.

WORD BANK. **Projetos e Operações.** Disponível em: <https://projects.worldbank.org/> Acesso em: 22 jun de 2020.

# 5

## POSSIBILIDADES DIDÁTICAS ANTIRRACISTAS

### O ensino de geografia regional da África e educação para Relações étnico-raciais<sup>1</sup>

*Rosemberg Ferracini*

A nomeação no título do substantivo – Possibilidade, em conjunto com a adjetivação – Antirracista, foi a base do curso como um exercício pedagógico didático epistemológico afrocentrado. Sob esse viés, a proposta da disciplina tratou-se ter como base a perspectiva africana para análise e reflexão da população e território, paisagens e lugares, regiões e sociedades africanas no centro do debate. Logo, superar os obstáculos epistemológicos raciais e propor novos referenciais teóricos e metodológicos esteve no foco central do curso. Para tal, seguiu-se no andamento das aulas com leitura dos trabalhos de Cheikh Anta Diop (1974), Molefi Asante (1980) e Frantz Fanon (1968 e 1971), entre outros. O referido curso trabalhou com diferentes abordagens que fizessem referências à descolonização epistemológica fundamentada nos estudos africanos.

Além do mais, as aulas tiveram como objetivo formar novos protagonistas na pedagogia escolar e acadêmica a respeito da África e na luta antirracista, questionando a disputa por espaço, a conquista de novos discursos que não fossem os colonizadores, a construção das diferentes paisagens e ordenamento territorial do que foi, e pode

---

<sup>1</sup> Parte da reflexão foi publicada na Revista *Kwanissa Revista de Estudos Africanos e Afro Brasileiros*, São Luís, v. 4, n. 8, p. 261-279, jan/jun, 2021.

ser, o continente africano e sua população. Assim, como linha de pesquisa e raciocínio, buscou-se aprofundar as leituras afrocentrada por autores da Geografia (s), dando continuidade às considerações de MUNANGA (1988).

A proposta concerniu-se em potencializar a capacitação de professores nos diferentes níveis par abordagem da África no processo de ensino. Por isso, foi preciso o comprometimento com o exercício da leitura, o seguimento da escrita e a prática oralidade na luta decolonial.

No decorrer da disciplina, buscou-se desconstruir o racismo e como ele conceituou espacialmente e historicamente o continente africano e sua relação aos estudos étnicos-raciais no Brasil. Concomitante, foram exercitadas e apresentadas algumas diferentes possibilidades de aprendizagem antirracistas em sala de aula. Para isso, o curso teve duração de 15 encontros com quatro horas cada, sendo dividido em três momentos, tendo como propósito, em cada um deles, incentivar pesquisas e estudos com bases teóricas e metodológicas afrocentrada. O caráter remoto, em formato digital, devido a pandemia do COVID-19, possibilitou a aproximação entre diferentes alunos do estado de Goiás, Salvador, Brasília e Tocantins.

## **Por Um Currículo Decolonial em torno da África**

Na primeira parte do curso, desenvolveu-se uma análise crítica com aulas teóricas via leituras e discussões de textos em torno do continente africano. Embasado na Lei 10.639, de 2003, realizamos a reflexão da presença e a ausência dos conteúdos relativos ao continente africano e o tema étnico-racial nos campos escolar e acadêmico, debatendo a bibliografia MEC/SEPPPIR (2004), burkinabê KI-ZERBO (1982) e o congolês M'BOKOLO (2011).

No decorrer dos primeiros encontros, foram trabalhados um conjunto de mapas históricos presentes nas obras organizadas pelo marroquino EL FASI (2010), pelo senegalês NIANE (2010) e também pelo congolês OGOT (2010). Ao ter como base o conjunto cartográfico, foram problematizadas as disputas territoriais que retratam as guerras santas, a consolidação e a dissolução de reinos, como Asante,



Njoya e Sudão; e a formação dos Estados na África Ocidental de Furta Toro, Futa Jalon, Kaarta, Khasso, Abomey, Oyo, Tio, Lunda, Cassanje, Ovimbundo, Lozi, Meyene, dentre outros.

Conforme os temas foram levantados, fez-se as contextualizações das disputas territoriais na África Central e Oriental, passou-se pela temática dos Estados de Bornu, Wadai, Darfur, Funj, Cazembe, a ocupação de Hausa, Nzakara Zande, Reinos Interlacustres, Zona de influência de Omã e Imerina. Através das leituras e demais representações cartográficas, foi possível trazer informações sobre a rede comercial do Saara por meio da rota dos camelos nas zonas desérticas e toda a zona mediterrânea da Argélia, Tunis, Alexandria, Porto Said, as principais cidades do Sahel, Walata e Tombuctu, que serviam de parada nos portos mediterrâneos. Nesse conjunto, abordou-se os temas referentes a parte ocidental, em específico do Senegal a Angola, pontuando as zonas agrícolas coloniais do azeite de dendê, óleo palmiste, algodão e o amendoim. Também, demonstrou-se como que os dois primeiros desempenharam uma forte influência em demais países da África Oriental, como Madagascar.

Ainda na primeira parte da disciplina fundamentado em MONIÉ (2007) e MBEMBE (2014), explicou-se como que, entre réguas e compassos, foi efetivada a partilha da África. Ademais, o tema da fronteira e limites foram postos em aula. Debateu-se a criação e/ou construção de uma Geografia e História que pertencem em particular mais à Europa do que propriamente à África. Isso porque, como presente nas obras lidas, os africanos não tinham o sentimento de estar sendo “descobertos” ou “explorados”. Fato contextualizado, acredita-se na importância de seu aprofundamento e problematização no processo de formação de professores, a respeito da diáspora africana no antigo e no novo mundo.

Baseado no queniano OGOT (2010), foram comparados nove mapas que expressam especificamente as feitorias regionais e as colônias no continente africano, que foram ocupadas pelos catequistas, padres e pastores portugueses; docentes, operários e empregados europeus; comerciantes e funcionários, as rotas de partida e eixos de exploração de espanhóis e os povoamentos franceses, ingleses, italia-

nos e *boers*, mantendo cada qual o seu estilo de exploração e colonização racial.

A posteriori, relacionou o “ciclo colonial europeu”, retomando alguns diálogos entorno do congolês M'BOKOLO (2011), analisando os caminhos da emancipação política da África. Com a utilização de três representações cartográficas, foi abordado o tema das resistências e revoltas da população contra a colonização em alguns estados africanos, acompanhado de esquemas que analisam a tipologia dos movimentos religiosos, o pan-africano, as independências, os comitês e demais autonomias africanas. Nessa perspectiva, fez parte dessa conversa o conhecimento das atuações políticas de Aimé Cesaire, Léopold Senghor, Amílcar Cabral e Kwame Nkruma.

Tangente ao exposto, a partir dessas informações, os alunos passaram a entender o despertar político de uma elite constituída de jovens que tinham aprendido a língua europeia, mas que buscavam lutar contra o nacionalismo racista.

Com apoio do malinês DIARRA (1982) e o nigeriano MOBOGUNJE (1982), espacializou-se o colonialismo, o imperialismo e a formação dos Estados nacionais e os conflitos populacionais africanos; assim como a presença do continente africano na geopolítica do mundo contemporâneo. Na mesma linha, fez-se explanação a respeito das bases naturais e sua diversidade regional no território africano.

Nessa conjuntura, ocorreram conflitos no processo de crescimento e desenvolvimento dos impérios, na organização dos diferentes estados africanos do século XIX e XX. Desse modo, os mesmos debates podem estar amarrados aos conflitos das décadas de 1960 a 1990. Como é possível entender, demais fatores caracterizaram a geopolítica e a restauração dos novos estados no território africano e seus desafios para o século XXI. Dessa forma, acredita-se que, em leitura das obras elencadas na primeira parte, foi proporcionado uma base teórica aos professores para o entendimento do berço da humanidade.

## África: Comprometimento com a Diáspora

No segundo momento fundamentado em autores clássicos da historiografia – ALENCASTRO (2000), SILVA (2000), VERGER (1987), FLORENTINO (1995) e CONRAD (1978) –, ousou-se em fazer uma leitura demográfica das plantações genocidas escravagistas para o Brasil. Com estas reflexões, colocou-se em pauta uma discussão ausente na Geografia brasileira: o sequestro da população africana calcada no racismo. Advogando com MUNANGA (1988) e QUIJANO (2005), foi demonstrado como o processo de racialização colonizou teorias e práticas a respeito da população e o território africano.

Por meio de números, quadros e tabelas, buscou-se apresentar dados populacionais de homens e mulheres que foram arrancados e transpostos à força, pelo Atlântico negro, às Américas. Trouxe-se informações que passam pelas antigas e novas formas do comércio humano clandestino, do século XVII ao XIX, entre a ascensão e declínio do tráfico, seus métodos utilizados no processo, o comércio, a repressão e as leis abolicionistas.

Baseado em MUNANGA (1999) e ANJOS (2005), abordou-se a diáspora africana e seu valor político e cultural na formação no território brasileiro. Em continuidade a essa interpretação, afirmamos a importância da prática pedagógica *Geografias Negras*<sup>2</sup> nos cursos de licenciatura em geografia.

Ainda na segunda parte, debatemos textos de professores-pesquisadores protagonistas no movimento negro no Brasil. A roda de conversa e leitura dos referidos autores teve como meta fortalecer os encontros com o aprofundamento de reflexão teóricas. Da mesma forma, as interpretações trouxeram diferentes contribuições de entendimento no ensino e pesquisa da África e estudos étnicos-raciais.

Com o texto do professor Denílson Araújo (2018) fizemos a ponte com MUDIMBE (2013), MOORE (2007) e BARBOSA (2008), dentre um conjunto de referências. Com a leitura do texto professor Denílson discutimos o caráter jurídico, formativo, intelectual e polí-

---

2 Revista da ABPN. Edição Especial, Caderno Temático “Geografias Negras”, v.12, abril, Ed. Especial (2020).

tico do ensino de Geografia da África. Nessa linha, enfocamos o sentido do combate ao Racismo (Epistêmico, Cultural, Religioso, Científico, Institucional).

Outrossim, problematizamos de forma didática a compreensão mais ampla e densa da organização espacial das diferentes sociedades em constantes transformações ao longo do tempo. O que concerne a formação de grandes espaços civilizatórios “africanos” surgidos de uma evolução humana, que parte do período neolítico (10.000 A.C). Na mesma linha, tem-se a conquista e colonização árabe da África setentrional; os tráficos negreiros intra-continentais e transoceânicos e os processos de desintegração de espaços sócio-históricos constituídos e, conseqüentemente, os processos de regressão social.

Em outro momento, a interpretação da liderança Renato Emerson Santos (1999), (2009) e SANTOS e OLIVEIRA (s/d). Em seu texto amarramos a uma periodização geográfica a respeito do ensino de Geografia da África, seu processo de regionalização, o debate raça e modernidade, bem como a liderança do movimento negro na luta por igualdade racial. Dentre o conjunto de conceituações, o ‘exercício da descolonização’ tangeu sua explanação na desconstrução das narrativas que estruturam as leituras de totalidade-mundo. No mais, registra-se que Renato é autor de vários artigos e livros de referência nos estudos étnico-racial, inclusive com orientação de trabalhos, militância no movimento negro e na Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN.

Em leitura da professora Lorena Francisco Souza (2017), trouxemos a reflexão do ensino das relações étnico-raciais na Geografia escolar, pensando a formação cidadã e antirracista. Baseado em OLIVEIRA (2008) e MEC/SEPPPIR (2004) ligamos as experiências no campo do ensino de geografia que podem e devem ser trabalhadas nos Estágios Supervisionados e demais práticas docentes do professor de Geografia. Baseada nos conceitos geográficos a professora trouxe exemplos de atividades espaciais nos contextos escolares. Fez parte dessa conversa o tema do gênero e sexualidade em geografia via a temática racial, para se pensar em políticas públicas na escola e sociedade. O recorte teórico-metodológico passou pelos grupos étnicos e

raciais na Região Metropolitana de Goiânia, com foco em negros, quilombolas e indígenas. Tais trabalhos são desenvolvidos pela sua coordenação no Núcleo de Estudos Africanos e Afrodiaspóricos (NEAAD) na UEG e no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica (NEPEG/UEG).

Outra leitura foi do professor Sávio José professor responsável pela disciplina *Geografia Regional da África* no curso de *Estudos Africanos* na Universidade Federal do Maranhão. De forma sublime, a leitura do texto *A Kwanissa e o contexto da pesquisa africana e afro-brasileira* (2020) enriqueceu o curso com os trabalhos de campo realizados em Cabo Verde e Moçambique. A respeito de Cabo Verde, aprofundou as desigualdades regionais e urbanas no arquipélago, a independência em 1975, as contradições da vida urbana e rural. Seu raciocínio referiu-se a Cidades de Praia – capital – e São Vicente. Promoveu uma análise a respeito da distribuição populacional, da dinâmica do portuária e agrícola. Ainda trouxe uma contextualização global das ilhas, a sua lógica capitalista e os grandes projetos urbanos.

## Por Uma Geografia Antirracista

A terceira parte do curso se amarrou com as duas anteriores; para tanto, houve a exibição de pequenos seminários apresentados pelos alunos, que foram exercícios de tópicos da disciplina, aliado a propostas de ensino e pesquisa. Dentre o conjunto de escalas e recortes, temos alguns temas caros para o processo de aprendizagem na luta antirracista. Nesse enfrentamento, estão presentes alguns exercícios pedagógicos pensados e praticados em sala de aula para compor o texto. Esses exemplos fazem parte do conjunto de reflexões estabelecidas pelos alunos, suas interpretações e giros epistemológicos de amadurecimento, leituras, debates, notas, registros e análises conjuntas.

**Primeiro**, a apresentação de trabalho do aluno Judivan Ferreira -Brasília- trouxe a seguinte indagação: *Pode museu contribuir na luta antirracista?*

**Figura 1** – Educação Geográfica Museal



Fonte: Judivan Ferreira (2020).

Sua apresentação foi iniciada com a frase, de Declamando *Toma kwiza! Kwiza ye ngemba! E Kaabo! Só falo dessas duas maneiras porque só dessas duas maneiras alguém lá atrás conseguiu falar, e eu consegui aprender*<sup>3</sup>. Judivan contextualizou diferentes análises das práticas em confronto ao modelo colonial, contrapondo e questionando as atividades de investigação e formação nos espaços museais.

Em comunicação com a referida pergunta o aluno foi demonstrado as possibilidades de ação educativa na luta antirracista. A sua fala passou em apresentar um conjunto de ideias de como o museu pode e deve contribuir nesse processo de aprendizagem. Seu foco de análise foi a exposição Simbólico Sagrado – Mestre Didi e Rubem Valentim e suas possibilidades de ações educativas antirracistas. Para isso, utilizou-se como contornos metodológicos – além da pesquisa bibliográfica – os estudos (auto)biográficos e afrocentrados.

Judivan abordou que museus e suas exposições são espaços museais que fazem pensar, sentir e agir. Para esse o acervo exposto ao público demonstra ensinamentos para conhecer geografias e histórias de lugares, regiões e ou territórios. Como traz a possibilidade de

---

3 Valdivina Pinto, *Fórum Nacional de Performance Negra*, Salvador, 2005.

ensino com suas paisagens, as diversas populações e até mesmo com as formas, estruturas e processos opostos ao modelo colonial eurocentrado de sociedade.

**Segundo**, o aluno Deyvison Bispo de Oliveira, trouxe o exemplo a respeito da comunidade quilombola da vila do Forte, localizada no município de São João D'Aliança, Goiás.

**Figura 2** – Aquilombando com os erês



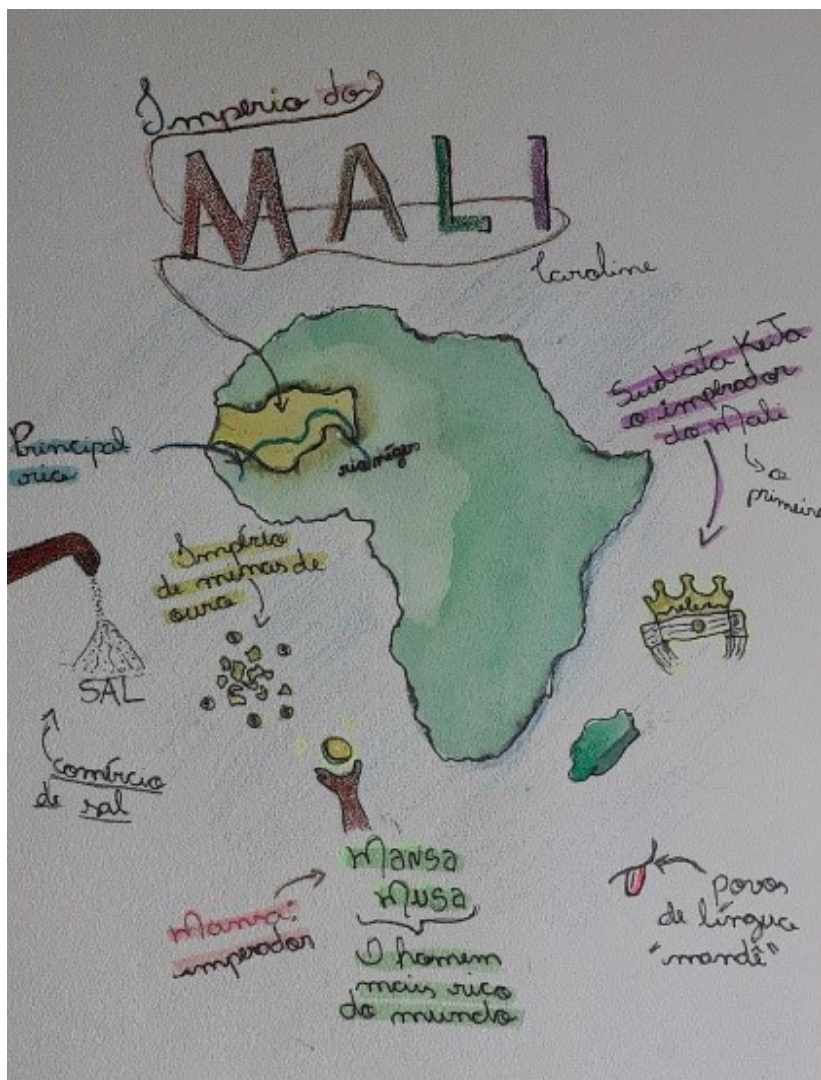
Fonte: Deyvison Bispo 2020.

Seus objetivos com o estudo foi entender a dinâmica das relações escola/comunidade no processo de construção, afirmação ou reafirmação identitária, compreender a importância dos currículos escolares na valorização e preservação dos saberes e fazeres tradicionais. Também se dialogou a inclusão sobre identidade e território no processo pedagógico e social da comunidade. Nesse sentido, essa inquietação foi necessária para investigar e compreender os processos pedagógicos e suas relações no processo de ensino e aprendizagem. Por essa razão que se justifica a essência dessa prática e sua possível aplicação no cotidiano da comunidade.

**Terceiro**, o aluno Matheus Henrique, de Porangatu Goiás, relatou a experiência na participação da disciplina, apresentando as possibilidades pedagógicas de aprendizagem que favoreçam o processo







Fonte: Silva, M.H.P (2020).

A partir de dois desenhos construídos pelos alunos, Matheus demonstrou a possibilidade de construir e pensar uma Didática de Geografia Regional da África no ensino fundamental. Dessa forma,

trabalhando com as variadas formas de linguagens cartográficas, pode-se dizer que o mapa é uma ferramenta que contribui para o entendimento do espaço e território africano.

Nesse intento, cabe a escola incentivar cursos de formação que possa capacitar o campo docente. Em leitura das diretrizes do MEC/SEPPPIR (2004, p. 08), “A lei 10.639/03 institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio”. Nessa perspectiva, embasando-se nessas contribuições, afirmou-se na importância de fazer parte no processo de formação dos educandos.

**Quarto**, o trabalho de Francislene Bezerra, professora de Geografia na EFA – Escola Família Agrícola de Porto Nacional, trouxe a reflexão da Semana de consciência Negra. Nessa temática, buscou ressaltar, aos estudantes da EFA de Porto Nacional – TO, a importância da contribuição da população negra na cultura brasileira. Desenvolveu-se a temática através de demonstrações culturais e de exercícios que ressaltem alguns aspectos importantes dos contextos. Foi apresentado os valores que impulsionaram e orientaram a vida e a formação dos jovens em território nacional.

**Figura 4** – Fortalecendo a Negritude





Fonte: Francislene Bezerra, 2020

Desse modo, as sequências planejadas com os alunos do ensino médio e fundamental tiveram diferentes abordagens, que ocorreram do dia 11 ao dia 15 de novembro. Realizaram-se confecção de poesias e literatura de cordel, pinturas com a temáticas afro, confecção de cartazes sobre os movimento pan-africano e líderes e militantes negros no decorrer da história, Geografia da África, assim como atividades no projeto Sim, Você Pode! As músicas que foram tocadas no decorrer da semana, na Rádio Campo Aberto, foram voltadas para a temática, com cantores negros ou músicas que abordavam o assunto; além do mais, algumas refeições, a serem servidas, também foram de acordo com a culinária africana.

A realização das práticas de ensino voltadas para a consciência negra foi exitosa, com a participação dos alunos. Pode-se dizer que os mesmos assimilaram a proposta de debater e refletir sobre as diferenças raciais e a importância de cada um no processo de construção de nosso país, estado e comunidade. Assim, espera-se que a consciência de valorização do ser humano ultrapasse as fronteiras da violência, do preconceito e do racismo.

Por isso, a atuação e desenvolvimento desse projeto, sobre a cultura negra, visam atender o exercício da cidadania e vivência dos

valores, com a ferramenta necessária, e a aprendizagem, para resistir as injustiças, de um mundo formado por sociedades que usam o preconceito como instrumento das esferas de diferenças sociais. Assim, ressaltou-se que o resgate da herança africana, cuja história fora esquecida e ignorada ao longo do tempo, precisa ser enfatizada pelas escolas.

**Quinto**, o trabalho de Kelytha Cavalcante apresentou a construção do caráter étnico do aluno a partir da educação infantil. Baseado em alguns livros da literatura infantil, apresentados aos alunos em sala de aula, surgem algumas indagações.

**Figura 5 – Geografias Negras**



Fonte: Organização da autora.

Como ensinar de forma lúdica a cultura africana para crianças na educação infantil? Quais as possibilidades de inserir essa temática ao currículo? Quais as principais dificuldades encontradas pelos professores para ensinar sobre africanidade? Os professores possuem embasamento teórico suficiente para ministrar aula com o tal tema? Estes profissionais acreditam na importância de explicar a cultura africana em sala de aula? Perguntas que merecem ser aprofundadas no decorrer da formação de professores.

Com a vigência da Lei 10.639/03, foi destacado como que na educação infantil a criança se integra e socializa com a cultura africana via a história da sociedade brasileira. Nessa conversa, acredita-se que promover conhecimento sobre o continente africano é uma forma de

compreender a miscigenação existente entre Brasil e África, além de colaborar com a prevenção à discriminação e o preconceito racial.

Sendo assim, torna-se importante oferecer oficinas cartográficas, em que as crianças poderão conhecer os países que fazem parte do continente africano. No mais, pode-se colorir mapas, criar histórias com personagens que residem na África, conhecer as músicas e danças que fazem parte da cultura Africana, como a capoeira, conhecer o processo histórico através de histórias contadas mediante a utilização de fantoches. Assim, essas são algumas das propostas metodológicas, dentre tantas outras que podem ser criadas e colocadas em prática durante todo o ano letivo.

Na escolha dos trabalhos pedagógicos, citados no decorrer do curso pelos alunos, buscou-se seguir uma padronização descritiva de suas exemplificações. Foram diversas as análises elaboradas, muitas as fontes citadas, utilizando-se de linguagens diversas, para abordar os temas. Algumas exposições foram teóricas, outras empíricas, no exercício metodológico dos seminários. Seguiu-se a opção por uma linha de raciocínio que fosse ligada à negritude de ANJOS (2005) e da África de MUNANGA (1988), com os exercícios de exemplos livres e linguagens sintéticas, procurando manter o esforço empírico de suas realidades.

## **Considerações Finais: A Batalha Continua**

Acredita-se que as contribuições registradas nesses encontros, a respeito de Geografia da África e dos Estudos Étnico-Raciais, têm demonstrado um aumento significativo por professores em diversos contextos que podem ser conversados em sala de aula. Contudo, alguns temas devem ser aprofundados em disciplinas futuras, com recortes específicos. Assim, para novas discussões em sala de aula, sugere-se o livro organizado pelo queniano MAZRUI (2010) e o costa marfinense WONDJI (2010), com os temas do pan-africanismo; fazendo parte desse registro, pontua-se a importância de líderes como Mariama Bâ, Steve Biko, Nelson Mandela, Pepetela, Aminata Traoré, Mia Couto, Paulina Chiziane, Chimamanda Ngozi Adichie, dentre outros, voltados ao debate político e cultural de alguns estados africanos.

Ainda embasado no queniano e costa marfinense, sugere-se o tema da integração regional: econômica e política, bem como as organizações regionais correspondente aos blocos africanos. Deve fazer parte dessa conversa o PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento, – BAD – Banco Africano para o Desenvolvimento, –NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, – PIDA – Programa Para o Desenvolvimento da Infraestrutura em África, instituições que passam pelos “Corredores de Desenvolvimento Regional”, de acordo com a tabela 1) e Mapa 1).

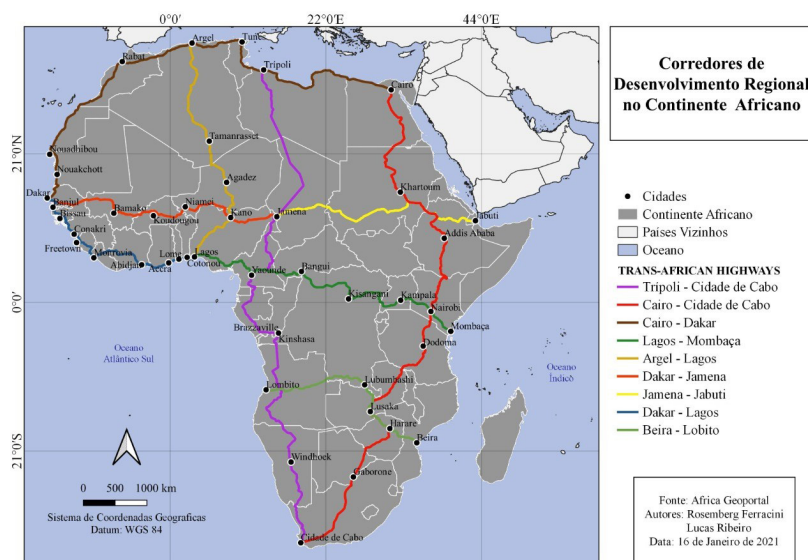
**Tabela 1** – Terminais de Desenvolvimento Regional

Terminais	Comprimento	Sentido	Percurso
Cairo – Dakar	8.636 km	Leste – Oeste	Egito, Líbano, Tunísia, Argélia, Marrocos, Mauritània e Senegal.
Argel– Lagos	4.504 km	Norte -Sul	Argélia e Nigéria.
Trípoli – Cidade do Cabo	10.808 km	Norte -Sul	Líbia, Camarões, Angola, Namíbia e África do Sul.
Cairo – Cidade do Cabo	10.228 km	Norte -Sul	Egito, Sudão, Etiópia, Quênia, Tanzânia, Zâmbia, Botswana e África do Sul.
Dakar – Jamena	4.496 km	Leste – Oeste	Senegal, Mali, Burkina Faso, Nigéria e Chade.
Jamena – Jibuti	4.219 km	Leste – Oeste	Chade e Jibuti.
Dakar – Lagos	4.010 km	Leste – Oeste	Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin e Nigéria.
Lagos – Mombaça	6.259km	Norte -Sul	Nigéria, Camarões, Rep. Centro Africana,
Beira – Lombito	3.523 km	Leste -Oeste	Angola e República Democrática do Congo

Fonte: <https://www.africageportal.com/>

Baseado no mapa 1 e a tabela 1 -Corredores de Desenvolvimento Regional no Continente Africano- no que diz respeito ao contexto da infraestrutura, exige também a leitura do congolês M'BO-KOLO (2011), com o fito de abordar países como África do Sul, Cabo Verde, Egito, Etiópia, Marrocos, Quênia, Tunísia e Uganda; para relacionar temas como moradia, déficit habitacional, expansão demográfica, urbanização, acesso à água potável, saneamento básico, energia, lazer, cultura, recreação e outros, ligados à política de distribuição de renda e oportunidades que passam pela vida nas cidades. No caso de Angola, acredita-se na relevância de pensar na população que vive, em sua maioria, 62%, em áreas urbanas.

**Mapa 1 – Corredores de Desenvolvimento Regional no Continente Africano**



Fonte:

Além do mais, como é preciso falar das proximidades governamentais da China, Japão, União Europeia, Estados Unidos e Brasil e vossas ações nas políticas econômicas e ter muita atenção para com

as antigas racializações disfarçadas da velha roupa colorida FERRACINI (2018).

Destarte, é importante lembrar que é ainda muito recente o ritmo de produção (acadêmica e extra-acadêmica) que esse recorte adquire relevância na Geografia brasileira, diferentemente de outras áreas das ciências humanas, como os da antropologia e da história, pelas suas perspectivas e aprofundamento exposto.

Ao trazer essa conversa para a Geografia, buscou-se ter a elegância em analisar a complexidade que envolve nosso objeto: o espaço geográfico. A leitura espacial só foi possível devido ao contato com a literatura específica e local da época, com tamanha precisão e cuidado, espacializando os marcos políticos, econômicos e culturais da formação territorial africana. Diante do conjunto enunciado, fica o desafio em romper a epistemologia colonial. No trabalho, buscou-se a cara, importante e preciosa incitação de contextualizar – no campo escolar, nas graduações em geografia, em específico nas aulas diárias, nos cursos de formação continuada, nos manuais escolares, simpósios e nos currículos praticados – informações que ajudem os professores na sala de aula, na construção de um olhar afrocentrado a respeito da África e de nós mesmos.

Portanto, fica o registro sobre a relevância de abordar um continente composto por diversas organizações civis, línguas, saberes, povos, relevos, regiões formadas por territórios sobrepostos e histórias entrelaçadas, oposto ao olhar colonizador. Enfim, as reflexões são para aqueles que desejam ministrar suas aulas ou pesquisar ‘De Costa a Costa’, seja a respeito das diversas Áfricas, pré e pós-colonial, da atualidade da África ou de sua ligação com as *terras brasilis*. Com esse intuito, a modesta bibliografia citada traz para aos estudantes e professores de geografia alguns pontos, a respeito das contradições dos últimos séculos, sobre o continente africano e que envolve a nós mesmos.



## Agradecimentos

Com respeito e admiração, dedico esse ensaio a líder comunitária, ativista, mulher, mãe, a portuense *Luciana Pereira de Souza -Taquaruçu-*.

## REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Cia das Letras, 2000, 525 p.
- ANJOS, Rafael Sanzio A. A Geografia, a África e os Negros Brasileiros. In: MUNANGA, K. (org.) **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC – Ministério da Educação. 2005, v. 1, p. 173-184.
- ASANTE, Molefe. **Ensaio Filosóficos**. Volume XIV, Dezembro, 2016. <http://www.asante.net/articles/1/afrocentricity/>
- BARBOSA, Muryatan Santana. **Eurocentrismo, História e História da África**. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana nº1 jun./2008.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888**. RJ, Civilização Brasileira, 1978.
- DIARRA, S. Geografia histórica: aspectos físicos. In: KI-ZERBO Joseph (Org.). **História Geral da África I: metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática/ Paris: Unesco, 1982, v. I, 333-349 pp.
- DIOP, Cheik Anta. **A origem Africana da Civilização**. Mito ou Realidade. Lawrence Hill &Co, (1974) 2020, 552 p.
- EL FASI, Mohammed. **História geral da África, III: África do século VII ao XI**. Brasília: UNESCO, 2010. 1056 p.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. RJ: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. **Os condenados da terra**. RJ: Civilização Brasileira, 1971, 275 p.
- FERRACINI, Rosemberg. **A África e suas representações no(s) livro(s) escolares de Geografia no Brasil: de 1890 a 2003**. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 2012. 229 p. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-30102012-111718/pt-br.php>

\_\_\_\_\_. **A Velha Roupas Colorida: Brasil e África na Geografia Escolar.** Geografia, Ensino e Pesquisa. vol. 22, 2018, pp.01-09.

\_\_\_\_\_. **Ensino de geografia da África: caminhos e possibilidades para uma educação antirracista.** RJ: Revista África e Africanidades, 2021. 214 p. Disponível em: [https://africaeaficanidades.online/documentos/E-book\\_Ensino\\_Geografia\\_Africa.pdf](https://africaeaficanidades.online/documentos/E-book_Ensino_Geografia_Africa.pdf)

FLORENTINO, Manolo. **Em costas Negras:** uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1995.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: Lander, Edgardo (Org.) **A Colonialidade do saber:** Eurocentrismo e Ciências sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MAZRUI Ali A. e WONDJI Christophe. **História geral da África, VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2010. 1272 p.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Antígona, 2014.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra:** história e civilizações. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Trad. Manuel Resende, revisão: Daniela Moreau, Valdemir Zamparoni e Bruno Pessoti. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011, 754 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2004.

MOBOGUNJE, A. Geografia histórica: aspectos econômicos. In: KIZERBO Joseph (Org.). **História Geral da África: metodologia e pré-história da África.** São Paulo: Ática/ Paris: Unesco, 1982, v. 1, 351-365 pp.

MONIÉ, Frédéric. A inserção da África *Subsaariana* “no sistema mundo”: permanências e rupturas. In EMERSON, Renato (Org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia no Brasil.** BH, Autentica pp. 175-183.

MOORE, Carlos. Como a Europa subdesenvolveu a África. In: **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Editora Ática, 1988, p. 88.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo A Mestiçagem no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1999, 88 p.

MUDIMBE, Valentin Y. III. **O Poder do Discurso: o discurso do missionário e a conversão de África**. In: A Invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Ramada: Pedago, 2013.

NIANE, Djibril Tamsir. **História geral da África, IV: África do século XII ao XVI**. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 896 p.

OGOT, Bethwell Allan. **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010, 1208 p.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Por uma geografia nova do ensino de África no Brasil. In: RATTS, Alex [et al] (org.). **Espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação**. Goiânia: 2018. p. 09-32.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Rediscutindo o ensino de geografia: temas da Lei 10.639**. 1.ed. – RJ: CEAP, 2009

SANTOS, Renato Emerson dos e OLIVEIRA, Denilson Araújo de. **Precisamos reler a África**. “A cor da cultura”, do Canal Futura. Rio de Janeiro: 2013.

SANTOS, Boaventura Sousa. **O fim das descobertas imperiais**. Notícias do Milênio, Edição Especial do Diário de Notícias, 1999.

SILVA, Alberto da Costa. **A manilha e o libambo**. O tráfico de escravos de 1500 a 1800. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002.

SOUZA, Lorena Francisco de. A Lei 10.639/03 e o ensino de Geografia: possibilidades em prol da equidade racial. In: ALVES, Adriana O; KHAOULE, Anna Maria K (orgs) **A geografia no cenário das políticas públicas educacionais**. Goiânia: C&F, 2017.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos dos séculos XVIII a XIX**. SP, Corrupio, 1987 (1968) 718 p.

# 6

## **ABORDAGEM PERCEPTIVA COMO SUBSÍDIO A UMA PROPOSTA DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO TOCANTINS**

*Marcelo Vidigal Rocha*

*Lucas Barbosa e Souza*

**P**ara a criação de um projeto de assentamento de reforma agrária é necessário a elaboração do Plano de Desenvolvimento de Assentamento Rural que, dentre outros objetivos, consiste em traçar diretrizes para a avaliação dos impactos ambientais. Para tanto, pode-se considerar um projeto de assentamento como sendo um empreendimento<sup>1</sup>. Soares e Espindola (2008, p. 110) afirmam que “nos projetos de assentamento (PA) em que o meio físico não é fator levado em conta na distribuição espacial da infraestrutura e benfeitorias, é usual deparar com investimentos elevados e ineficazes”. Quanto ao Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), a Resolução CONAMA nº 387/06 define que:

Reúne os elementos essenciais para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, em estrita observância à diversidade de casos compreendida pelos diferentes biomas existentes, com destaque para os seus aspectos fisiográficos, sociais,

---

1 Para explicar o uso do termo “empreendimento”, optou-se pela definição de empreendedorismo coletivo que, segundo Schmidt e Dreher (2008), o empreendedorismo coletivo não se resume a soma do empreendedorismo individual dos membros integrantes de uma determinada equipe (neste caso, os assentados), haja visto que, em muitos casos, um indivíduo atuando sozinho não é empreendedor, mas quando trabalha em equipe torna-se um.

econômicos, culturais e ambientais, sendo instrumento básico à formulação de projetos técnicos e todas as atividades a serem planejadas e executadas nas áreas de assentamento, constituindo-se numa peça fundamental ao monitoramento e avaliação dessas ações. (BRASIL, 2006, p. 2).

Os Projetos de Assentamento São Judas Tadeu e Lago Verde estão inseridos na Região Administrativa XI do Estado do Tocantins, localizados em Santa Rita do Tocantins, distantes cerca de 100 km da sede do município. A região é conhecida como planície do médio Araguaia (Bacia do Rio Araguaia) e fica a aproximadamente 142,7 km da capital do Estado, Palmas, e a cerca de 60 Km da sede do município de Lagoa da Confusão, cuja proximidade justifica a maior relação com a cidade (SEBRAE, 2001, p. 18; RURALTINS, 2007, p.13).

O PA São Judas Tadeu (PASJT) foi criado em 2000, pela Portaria nº 00022 de 28/02/2000 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que segundo o seu PDA desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em 2001, é formado por 196 famílias, que estão instaladas em sistema de agrovila e parcelas. Além disso, pertence à Área Programa Central, situada na zona 6 (Bacia do Rio Araguaia), baseando-se no delineamento macro-agroecológico do Brasil (Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos da Embrapa), sendo classificada como área de exploração agrícola e de preservação da fauna e flora (SEBRAE, 2001, p.19).

O PA São Judas Tadeu possui uma área de 24.951,55 hectares (ha) que foram distribuídos da seguinte forma: i) Área aproveitável (ha): 12.115,7750; ii) Área de Reserva Legal (ha): 12.475,7750; iii) Área inaproveitável (ha): 360,000; iv) Área destinada à construção do centro comunitário e dependências (ha): 10; v) Área destinada ao cultivo comunitário (500 ha de arroz irrigado/500 ha de pastagem): 1000 e vi) Área total destinada ao parcelamento (ha): 11.105.7750 (SEBRAE, 2001, p.15).

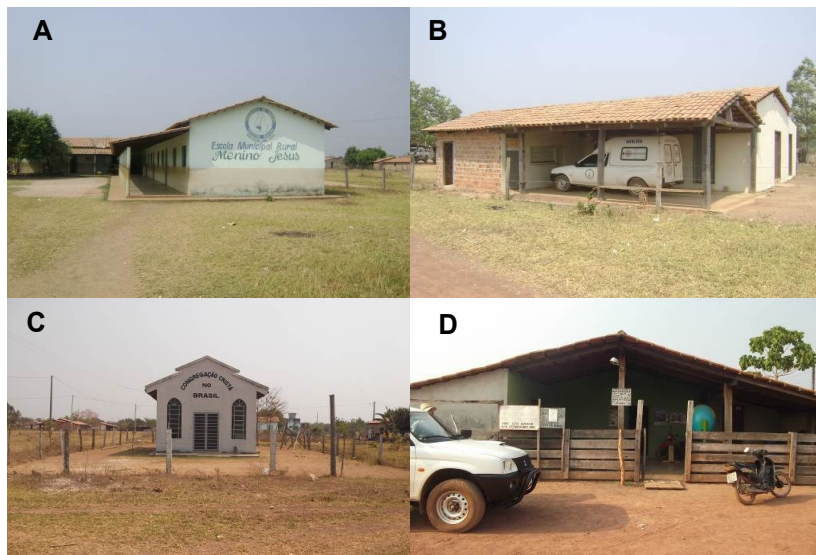
A configuração desse assentamento aparenta ser desfavorável para o cultivo da terra, visto que as parcelas estão localizadas aproximadamente a quatro quilômetros da agrovila, gerando o desinteresse

por parte dos assentados. Contudo, alguns preferem residir em suas parcelas (praticando agricultura de subsistência), abandonando e/ou utilizando sazonalmente a moradia situada na agrovila.

O PASJT possui, na agrovila, uma escola municipal rural de ensino fundamental, um posto de saúde, duas igrejas (Congregação Cristã do Brasil e Assembleia de Deus), duas mercearias, borracharia, telefone público, poço artesiano e caixa d'água coletiva. Há casos de assentados que optam por atividades registradas (motorista, professor, agentes de saúde, etc.) ou pelo próprio negócio, como a principal renda familiar.

Nesse sentido, Albuquerque *et. al.* (2004, p. 84) afirmam que “o INCRA favorece este tipo de organização (agrovila) por facilitar e baratear a implementação do fornecimento de água e energia”, podendo levar, em alguns casos, ao fracasso do projeto de assentamento, por conta do distanciamento entre a moradia e o local de cultivo. A figura 1 refere-se à infraestrutura, pública e privada, na agrovila e demonstram: a) Escola Municipal Rural Menino Jesus; b) Posto de Saúde Municipal; c) Igreja Congregação Cristã do Brasil e; d) Mercadoria com Telefone Público, respectivamente.

**Figura 1** – Infraestrutura pública e privada do PASJT (A – escola; B – Posto de Saúde; C – Igreja; D – Comércio)



Fotografias: Autores da pesquisa.

Já o PA Lago Verde (PALV) foi criado em 2006, pela Portaria nº 040 de 13/10/2006 do INCRA com capacidade, segundo o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – Ruraltins, órgão que elaborou o PDA, para atender 75 famílias, contrastando com as informações do INCRA, que relata a capacidade para 90 famílias assentadas<sup>2</sup>.

A área total registrada e medida para criação do PA é de 4.514,9900 ha, sendo que cada família receberia sua propriedade com metragem em torno de 50 a 60 ha, além de 35%, da área total ter sido destinada para demarcação e averbação da área de reserva legal. As propriedades foram divididas de forma que as famílias ficassem instaladas diretamente em suas parcelas rurais, não havendo a presença de agrovila (RURALTINS, 2007, p. 13).

---

2 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. Disponível em <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>. Acesso em: 15 ago. 2012.

No caso do PALV, os assentados estão instalados diretamente nas parcelas e a infraestrutura coletiva do assentamento conta, entre outras, com uma casa de alvenaria (antiga sede da fazenda) e posto do Programa Saúde da Família instalado na antiga sede da fazenda (RURALTINS, 2007, p. 58), conforme figura 2.

**Figura 2** – Infraestrutura de uso coletivo do PALV (A – antiga sede da fazenda [sem uso]; B – Posto de Saúde)



Fotografias: Autores da pesquisa.

A distribuição territorial do assentamento em forma de parcelas demonstra ser favorável, uma vez que o contato com a terra é maior, havendo um aproveitamento para o cultivo com o objetivo de melhorar a produção, uma vez que a residência está próxima do cultivo. Segundo Albuquerque *et. al.* (2004, p. 84), com a organização do PA em forma de agrovila e parcelas, a distância existente entre a área de criação/plantio e as casas causa transtornos para os assentados, possibilitando o furto de equipamentos, pertences e produtos, uma vez que não há vigilância constante nas parcelas.

Os PDA dos PASJT e PALV sugerem para o cultivo da terra em lavouras de subsistência de arroz, feijão, milho e mandioca, além de melancia, abóbora e hortaliças. Já para criação, apresentam potencial para bovinos, aves, equinos, suínos e piscicultura (SEBRAE, 2001, p.37; RURALTINS, 2007, p.69). Algumas das culturas são praticadas



pelos assentados, como criação de gado, aves e plantação de hortaliças entre outras.

## Metodologia

Considerando a natureza do problema relacionado à percepção ambiental no âmbito dos assentamentos, com vistas à construção de uma proposta de gestão ambiental, optou-se pelo desenvolvimento de uma pesquisa exploratória que, segundo Gil (1999, p. 43), tem como objetivo “proporcionar uma visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Para o autor, essa modalidade de pesquisa é indicada, sobretudo, quando o tema “é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

A abordagem é qualitativa cujos significados atribuídos pelos sujeitos que vivenciam os fenômenos investigados são evidenciados no decorrer da pesquisa, formando conjuntos reveladores da estrutura do fenômeno estudado, os quais estão atrelados aos aspectos operacionais para aquisição de dados verbais e sua manipulação (BICUDO, 2011). Buscou-se operacionalizar a pesquisa de campo em percepção ambiental seguindo as recomendações de Whyte (1977), utilizando-se o triângulo metodológico (observando, ouvindo e perguntando) desenvolvido pela autora, que apresenta os principais tipos de abordagens em percepção ambiental.

Para atender a abordagem ouvindo, coletaram-se descrições (gravadas em áudio) direcionadas ao conhecimento empírico dos assentados quanto a sua propriedade rural e ao meio ambiente do assentamento e da região onde está inserido, visando identificar as essências por meio de reduções fenomenológicas. Este procedimento obedeceu ao método de Giorgi (2008), que propôs uma adaptação do método fenomenológico para aplicação em pesquisas empíricas. Segundo Giorgi (2008), coloca-se a pesquisa fenomenológica num olhar distanciado, “estranhando” o objeto de análise e pondo-se a descrevê-lo em sua forma mais “ingênua” de manifestação, sem preconceitos (hipóteses, categorias previamente formuladas etc.).

Já Merleau-Ponty (2011, p. 401), se refere ao assunto dizendo que: “uma coisa tem *sua* grandeza e *sua* forma própria sob as variações perspectivas que são apenas aparentes. Nós não lançamos estas aparências na conta do objeto, elas são um acidente de nossas relações com ele, não concernem a ele mesmo”.

A linguagem do sujeito é fundamental para a pesquisa, pois é por meio dela que se buscam as percepções que constituem o objeto da investigação. “Os aspectos essenciais do ser visto sob certa perspectiva carregam consigo o esquema de sua totalidade. Esta totalidade por ser *lida* na linguagem que expressa por estar ali manifesta, podendo observar-se no diálogo”. (BICUDO, 2011, p. 79)

Portanto, optou-se por iniciar a coleta das descrições fenomenológicas com as principais lideranças, neste caso, os presidentes das associações dos assentamentos, ampliando aleatoriamente e gradativamente aos demais assentados, respeitando as características dos assentamentos: presença de agrovila e parcelas (PASJT) e somente de parcelas (PALV). O total de descrições coletadas foi de 32, sendo que no PASJT foram 17 descrições divididas entre agrovila (onze) e parcelas (seis), e no PALV o total foi de 15 descrições.

A população foi composta pelos assentados dos PASJT e PALV, sendo que a amostragem utilizada apresentou natureza não probabilística que possibilita ampliar e conhecer detalhadamente os fenômenos da vida social. Sendo assim, a pesquisa não obteve uma seleção de amostra estatisticamente válida, uma vez que os aspectos abordados são subjetivos e, portanto, não passíveis de extrapolação para uma população.

Nesse aspecto, a abordagem fenomenológica se aproxima do que conhecemos como “estudo de caso”, que possui cunho descritivo, permitindo ao pesquisador buscar conhecer a situação tal como ela se apresenta (MENDONÇA, 2008). Ressalta-se o fato de que o método fenomenológico é essencialmente descritivo, sem alimentar hipóteses prévias ao fenômeno, limitando-se a descrever sua manifestação à consciência dos sujeitos (GIORGI, 2008).

Para identificar as essências fenomenológicas de cada sujeito, foi empregada a estratégia de redução preconizada por Giorgi (2008).

Nessa etapa, após a transcrição de todos os arquivos de áudio, houve adequação da linguagem original empregada pelos sujeitos à linguagem própria das disciplinas que serviram como base teórica da pesquisa (em especial, a linguagem própria da gestão ambiental), conforme sugerido por Giorgi (2008). Para fins analíticos, selecionaram-se para discussão somente aquelas essências mais representativas ou recorrentes, com o intuito de ressaltar as percepções habituais entre os sujeitos, em relação aos fenômenos descritos (propriedade rural, meio ambiente do assentamento e meio ambiente na região onde os assentamentos estão inseridos).

Assim, a estratégia perguntando e observando complementaram o estudo, no intuito de se obter dados mais aprofundados e que pudessem ser confrontados entre si. Nesse sentido, optou-se por realizar entrevistas dirigidas, cujo roteiro de questões foi desenvolvido a partir das essências identificadas na estratégia ouvindo. Assim, as essências identificadas na primeira etapa da investigação de campo motivaram a elaboração de perguntas específicas, direcionadas às questões ambientais e à gestão da produção agrícola nos assentamentos.

O modelo empregado foi o de entrevista semiestruturada que, segundo Triviños (1987, p. 146) “valoriza a presença do investigador”, oferecendo todos os aspectos possíveis para que a fonte tenha liberdade e seja espontânea a fim de enriquecer a investigação. As entrevistas atenderam à estratégia perguntando, sugerida por Whyte (1977). Vale ressaltar que os sujeitos foram informados sobre os objetivos da pesquisa, consentindo em colaborar.

Nessa etapa, foram realizadas 64 entrevistas (30 no PASJT e 34 no PALV), aplicando perguntas que permitissem, ao pesquisador, compreender: os tipos de cultivos realizados nos assentamentos; a relação e interação dos assentados com o meio ambiente onde estão inseridos; as técnicas de gestão e manejo dos recursos e produtos utilizados para produção. Buscou-se ainda entender a relação dos assentados com os recursos naturais disponíveis e as possíveis adaptações para desenvolver atividades para sensibilização e educação ambiental.

No que diz respeito à observação, empregou-se a técnica de observação indireta que, segundo Whyte (1977), busca identificar

nos ambientes sinais ou indícios de comportamentos adotados pelos sujeitos. Assim, a utilização dessa técnica voltou-se à observação de possíveis impactos ambientais presentes na área dos assentamentos, bem como do manejo ambiental adotado pelos sujeitos no processo produtivo em suas propriedades. Essa técnica foi aplicada de modo concomitante à coleta das descrições e à realização das entrevistas, aproveitando-se as visitas às propriedades dos sujeitos em ambos os assentamentos. Essas observações foram devidamente registradas sob a forma de anotações de campo e por meio de fotografias dos seus aspectos mais significativos.

As demais informações foram obtidas por meio de pesquisa documental que são fontes estáveis de informação. Os documentos “representam fragmentos da realidade social e refletem a conjuntura política e social em que foram produzidos.” (MENDONÇA, 2008, p. 37). Para a pesquisa documental foram utilizadas a Resolução CONAMA nº 387/06, que apresenta os requisitos para elaboração do Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), e a ABNT NBR ISO 14001:2004, que norteia a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) em organizações de médio e grande porte. No caso dos projetos de assentamentos pesquisados, devido à proximidade física, às características em comum e ao compartilhamento de infraestrutura, os dois assentamentos estudados foram considerados conjuntamente como se fossem um único empreendimento.

O conjunto de resultados subsidiou a construção de uma proposta de adaptação do PDA ao SGA, elaborando um paralelo entre as normas, expondo suas particularidades e familiaridades, o que possibilitou a instrução de um PDA tendo como base a ABNT NBR ISO 14001:2004.

## **Da percepção a uma proposta de gestão ambiental**

As percepções do homem moderno estão diretamente relacionadas às suas experiências de vida, de forma empírica, para sua sobrevivência. Contudo, sua adaptação evolucionária à natureza está pautada nas questões ambientais (solo, clima, fauna, etc.), questões

socioeconômicas e culturais, além da sua capacidade de alterar o meio em que vive, por intermédio de sistemas urbanos, produtivos e industriais. (MACHADO, 1997). Entende-se, então, que as alterações antrópicas de adaptação, realizadas no meio ambiente, não devem transpor seus potenciais. Logo, a harmonização do ser com a natureza, de forma sustentável, favorece a qualidade ambiental e de vida.

Assim, o estudo da subjetividade permite avaliar as expectativas, satisfações, anseios, condutas e julgamentos da inter-relação entre homem e natureza, e compreendê-la auxiliará para melhor identificar as percepções e respostas reveladas pelos indivíduos quanto ao meio no qual estão inseridos (MIRANDA, 2010).

Por sua vez, ao interagir com o meio, o homem passou a geri-lo e, em decorrência disso, cria-se a necessidade de planejar as ações relacionadas às questões ambientais. Na busca por entender a percepção ambiental relacionada à vivência, comportamento, valores e condutas dos indivíduos em seus diferentes grupos sociais, Whyte (1977) afirma que tal entendimento contribui para melhor utilização dos recursos naturais, possibilitando a participação mais ativa da comunidade durante o processo de desenvolvimento, norteando-se por meio das questões subjetivas, auxiliando na elaboração do planejamento e na gestão ambiental em conjunto com as questões objetivas.

Nesse sentido, Araújo (2006) salienta que a inserção adequada da variável ambiental nas ações de reforma agrária é embrionária e se encontra mais presente no campo do discurso, estando aquém da prática. Além disso, ressalta que a vivência e o tempo de conhecimento do assentado quanto ao bioma onde está inserido, são fundamentais para a construção da sua percepção ambiental. Essa vivência do assentado interfere na sua percepção, na forma como ele vai se relacionar com o meio e extrair dele os melhores resultados em termos produtivos, sem esquecer-se da sustentabilidade.

Tendo como base esses pressupostos, a pesquisa dirige seus estudos para a qualidade ambiental e sua percepção pelos assentados rurais da região da Bacia do Rio Araguaia (Santa Rita do Tocantins – TO), em relação: a) ao uso dos recursos naturais e as condições ambientais em suas propriedades e na região que estão inseridos

(percepção, valor); b) e a aplicabilidade do plano de desenvolvimento de assentamento, com base num sistema de gestão ambiental, com destaque para questões produtivas em assentamentos rurais (atitude, valor). Acredita-se que conhecer a percepção, os valores e as condutas dos assentados quanto à gestão ambiental do seu habitat contribuirão para a preservação ambiental e possíveis adaptações geográficas dos assentamentos.

Na busca por visualizar a relação do sistema de gestão ambiental com o plano de desenvolvimento de assentamento, sugere-se um paralelo entre as normas de implementação, adaptando os seus requisitos, propondo a inclusão do termo política sustentável e enquadrando as licenças prévias e de instalação e operação, conforme apresentado no quadro 1.

Utilizando-se do paralelo estabelecido, a pesquisa perceptiva foi subdividida em duas etapas. Na primeira, as estratégias ouvindo e observando apresentaram os resultados referentes às percepções dos assentados quanto às seguintes variáveis: a) das características das propriedades, b) do meio ambiente na propriedade e no assentamento e c) do meio ambiente na região onde está inserido o projeto, respectivamente. Em seguida, as estratégias perguntando e observando compuseram a estrutura da proposta de um SGA nos assentamentos.

**Quadro 1** – Paralelo ABNT NBR ISO 14001:2004 (SGA) e Resolução CONAMA nº 387/06 (PDA)

Requisitos do SGA	Referências	Projeto Básico de PDA	
<b>Requisitos Gerais</b> (título somente)	4.1	1.	Constituição da equipe
		2. g)	Entidade representativa dos assentados
		2.	Identificação do Projeto de Assentamento
		3.2.1	Histórico do PA
		2. b)	Data da Portaria de criação
		2. c)	Área total
		2. d)	Localização e acesso
		2. f)	Área média por família
		3.2.2	População e Organização Social
	3.2.3	Infraestrutura física, social e econômica	
Política Ambiental	4.2	PS	Política Sustentável
<b>Planejamento</b> (título somente)	4.3	3.	Diagnóstico da Área do PA
Aspectos ambientais	4.3.1	3.1	Diagnóstico do meio natural
		3.1.1	Solos
		3.1.2	Relevo
		3.1.3	Recursos Hídricos
		3.1.4	Fauna
		3.1.5	Uso do solo e Cobertura vegetal
		3.1.6	Estratificação dos Agroecossistemas
		3.1.7	Clima e dados meteorológicos

Requisitos do SGA	Referências		Projeto Básico de PDA
<b>Requisitos legais e outros requisitos</b>	4.3.2	LP	Licença Prévia
Objetivos e metas	4.3.3	3.2	Diagnóstico socioeconômico e cultural
		3.2.4	Sistema Produtivo
		3.2.5	Saúde
		3.2.6	Educação
		3.2.7	Cultura: contexto cultural
<b>Programas</b>	4.3.3	4.	Programas Temáticos
		4.1	Programa de organização territorial
		4.2	Programa produtivo
		4.3	Programa social
		4.4	Programa ambiental
Implementação e Operação	4.4	LIO	Licença de Instalação e Operação
Recursos, funções, responsabilidades e autoridades	4.4.1		
Competência, treinamento e conscientização	4.4.2		
Comunicação	4.4.3		
Documentação	4.4.4		
Controle de documentos	4.4.5		
Controle Operacional	4.4.6		
Preparação e resposta à emergência	4.4.7		



Requisitos do SGA	Referências		Projeto Básico de PDA
Verificação e ação corretiva	4.5	5.	<b>Medidas Mitigadoras e Compensatórias</b>
Monitoramento e medição	4.5.1		
Avaliação do atendimento a requisitos legais e outros	4.5.2		
Não-conformidades, ação corretiva e ação preventiva	4.5.3		
Controle de registros	4.5.4		
Auditoria interna	4.5.5		
Análise pela administração	4.6	6.	Prognóstico de Impactos Ambientais do PA

Org.: Autores da Pesquisa, 2021.

As estratégias ouvindo e observando permitiram analisar os resultados coletados por meio das descrições, que originou um conjunto de reduções fenomenológicas, sintetizadas em essências, conforme listadas na tabela 1.

**Tabela 1** – Essências identificadas no PASJT e PALV (n=32)

<b>Quanto à propriedade</b>	<b>Número de descrições</b>
A propriedade possui baixa disponibilidade de água	16
A propriedade necessita de financiamento ou ajuda financeira para que possa prosperar.	12
A propriedade agrada pelas criações e produtos cultivados	11
<b>Quanto ao meio ambiente nas propriedades e nos assentamentos</b>	<b>Número de descrições</b>
A propriedade sofre com queimadas externas	13
A propriedade foi totalmente desmatada ou “não dispõe de meio ambiente”	7
A propriedade conta com parte da vegetação intacta	7
A água na propriedade é escassa	4

<b>Quanto ao meio ambiente na região dos assentamentos</b>	<b>Número de descrições</b>
Existe extração ilegal de madeira por alguns assentados (na reserva legal do assentamento)	10
A região sofre com queimadas frequentes	10
Há pouca fiscalização ambiental na região	4
A região apresenta escassez de água	4
Os assentados necessitam de orientação dos órgãos ambientais	3

Fonte: Dados verbais coletados em trabalho de campo.

As essências de descrição de suas propriedades apontam, tanto no PASJT quanto no PALV, que os assentados percebem, como sendo o principal problema enfrentado nas propriedades, a baixa disponibilidade de água. A pesquisa revela que a implantação de poços artesianos amenizaria o problema da falta d’água, principalmente no

período crítico de estiagem (julho a outubro). Entretanto, o acesso aos recursos financeiros (disponíveis em linhas de créditos para produtores rurais) e a ausência de condições financeiras dos assentados inviabilizam o desenvolvimento (econômico e sustentável) das propriedades, que se confirma na afirmativa do assentado S10<sup>3</sup>, residente na agrovila do PASJT: *“O que falta lá (parcela) é o que o povo mais precisa, é de água [...] eu plantei, eu planto trem lá também, mandioca, arroz, coisinha, mais sem dinheiro não faz nada”*.

As essências referentes à percepção do meio ambiente na propriedade, no assentamento e na região onde estão inseridos que apresentaram maior número de repetições, entre os assentados, foram a de ocorrências de queimadas e desmatamento. A primeira prática acontece periodicamente, seja com fins de manejo agrícola ou por simples vandalismo, sendo difícil de averiguar sua autoria. O S19, afirma que: *“o pessoal aqui não respeita ninguém. Toca fogo aí e não tá nem aí pra vida de ninguém, pros animais”*, reforçando a percepção de que os focos de queimadas surgem nos próprios PAs, reservando-se o direito de não atribuir esse tipo de ação aos demais assentados.

Já a segunda prática (desmatamento), segundo o assentado identificado como S5 afirma que o meio ambiente na parcela e no PASJT,

foi trabalhado de uma forma até meio assim, de boas intenções [...], a reserva aqui nós não deixou ela individual, ela é coletiva, e com isso nós tinha por lei de deixar 30% e nós deixamos 50%. Então, nessa parte aí, nossa consciência é limpa porque nós deixou até a mais do que exige a lei.

A descrição explica o fato de que, em ambos os assentamentos, houve a opção pela reserva legal coletiva, no sentido de atender às normas ambientais vigentes no país. Por conseguinte, não há obrigatoriedade de cada assentado manter, em sua própria parcela, uma reserva legal. Sua obrigação, nesse caso, se restringe à manutenção das áreas

---

3 Sigla empregada para identificar os sujeitos da pesquisa, no sentido de preservar sua identidade. A numeração foi atribuída de acordo com a ordem das descrições coletadas em campo.

de preservação permanente (APP) que porventura se localizem em sua parcela (matas ciliares, topos de morro, encostas íngremes etc.).

Ao descreverem a ausência do meio ambiente em suas propriedades, entendem que toda a área da propriedade sofreu, em algum momento, um processo de desmatamento para o cultivo, tendo a Reserva Legal dos PA como referência de preservação. Inexistindo a “manutenção do meio ambiente” nas parcelas. Fagundes *et al.* (2008, p. 29), afirmam que, no ambiente rural, a exploração econômica dessas áreas até gera lucros no início, porém, “considerando os efeitos ambientais sem a cobertura vegetal, estará comprometida a regulação do fluxo e da vazão dos cursos d’água e até mesmo a captação de água para as populações que vivem nessas regiões”.

Assim como na estratégia ouvindo, a estratégia observando revelou que há extração de madeira nas áreas de reserva legal. Tal prática é ilegal e percebida pelos assentados como um impacto ambiental, além das frequentes queimadas no entorno, e por consequência, no interior dos assentamentos. Tal fato pode ser confirmado na descrição do S7, do PASJT:

está sendo muito degradadas as matas que tem aí, as madeiras, as boas, eles estão degradando tudo, tudo mesmo e os meios, assim, a Naturatins<sup>4</sup>, não está dando conta não, pelo menos na nossa área aqui tá demais e eles não está dando conta não.

Contudo, percebe-se que, com base nas essências apresentadas pelos assentados, o ambiente onde estão inseridos é considerado produtivo, ressaltando o fato de que alguns fatores, relacionados aos impactos ambientais e por consequência a qualidade ambiental, estejam em desacordo com as questões e normas voltadas à preservação do meio ambiente. Na busca por identificar e reduzir os impactos ambientais e aumentar a qualidade ambiental dos assentados, propõem-se a elaboração de um sistema de gestão ambiental, uma vez que as necessidades apontadas estão, diretamente, relacionadas à

---

4 Instituto Natureza do Tocantins – autarquia estadual competente para monitoramento e controle ambiental, entre outras atividades.

importância da água à subsistência e cultivo, além da necessidade de viabilização de incentivos/assistência, reivindicando maior presença do poder público na região.

As estratégias perguntando e observando foram empregadas como parte dos esforços para revelar a percepção ambiental dos assentados quanto ao meio em que estão inseridos. Por sua vez, o conhecimento dessa percepção subsidiou a construção de uma proposta de SGA, buscando orientar uma estrutura organizacional dos assentamentos quanto à preservação ambiental e a qualidade de vida dos assentados.

Para efeitos desse artigo, o autor optou por enfatizar as etapas: Diagnóstico do meio socioeconômico e cultural (Objetivos e metas ambientais) e; Programas temáticos (programas de gestão ambiental), baseando-se nas essências obtidas na estratégia ouvindo.

## Resultados

De acordo com a ABNT NBR ISO 14001:2004, a organização necessita constituir um sistema de gestão ambiental documentado e implementado, mantendo e melhorando-o continuamente. (ABNT, 2004). Segundo Moraes (2004), toda organização é uma instituição social com ações desenvolvidas por grupos de pessoas em prol de um objetivo comum. São idealizadas e planejadas para agir como sistemas de atividades e autoridades, interagindo com o meio ambiente de forma estruturada e organizada. Pode-se dizer então, que toda organização, incluindo assentamentos rurais, necessita definir e documentar um manual de gestão ambiental, determinando como serão atendidos os requisitos sugeridos pela norma. Ao conhecer e analisar os aspectos e impactos ambientais significativos e, também, seus requisitos legais, a organização estará apta a constituir um conjunto duradouro de objetos e metas.

Entende-se que os objetivos deverão ser coerentes com a política sustentável e levados em consideração desde o armazenamento dos insumos para o cultivo/produção (adubo, calcário, ureia, fertilizantes, entre outros) até a comercialização dos produtos obtidos,

adequando sua cadeia produtiva à norma NBR ISO 14001, visando a atender à legislação, a prevenir possíveis impactos e a buscar a melhoria contínua. Lembrando que, no caso dos assentamentos, também serão considerados os aspectos sociais (saúde, educação e cultura). Na elaboração do paralelo entre as normas (ISO e PDA), consideraram-se os subitens: Sistema Produtivo, Saúde, Educação e Cultura: contexto cultural, como sendo as referências dos objetivos e metas para a criação de um projeto de assentamento rural.

Um fato curioso que a pesquisa revelou foi a forma como os assentados veem a necessidade de investimentos no PA. Ao serem perguntados: “*Você acha necessário algum tipo de investimento para que os assentados possam trabalhar na terra?*”, 97% responderam que sim, há necessidade de investimentos nos assentamentos. Acontece que o financiamento foi o tipo de investimento com maior incidência (dentre aqueles necessários aos assentamentos, de acordo com os sujeitos), com 26% das respostas, seguido por: equipamentos, poço artesiano e técnico, com 16%, 12% e 10% das respostas, respectivamente.

Percebe-se que os investimentos relacionados à saúde e educação não foram considerados como prioridade pelos assentados, apresentando apenas 2% e 3% da necessidade de investimentos nas respectivas áreas, uma vez que as perguntas estavam direcionadas para investimentos para se “trabalhar na terra”, focando o aspecto produtivo (financiamento, infraestrutura etc.). Outros 26% apontam os investimentos financeiros (por exemplo, o PRONAF<sup>5</sup>), como viabilizador de melhorias técnicas ao assentamento (via técnicas de produção ou via infraestrutura). Quanto à cultura, a pesquisa não apontou nenhuma variável para o tema.

Buscou-se, a seguir, entender quais os produtos que os assentados mais produzem em suas parcelas, sendo que a mandioca (processada sob a forma de farinha) obteve maior indicação, com 21%, seguida pelo milho, com 17% das respostas. Já a criação de animais

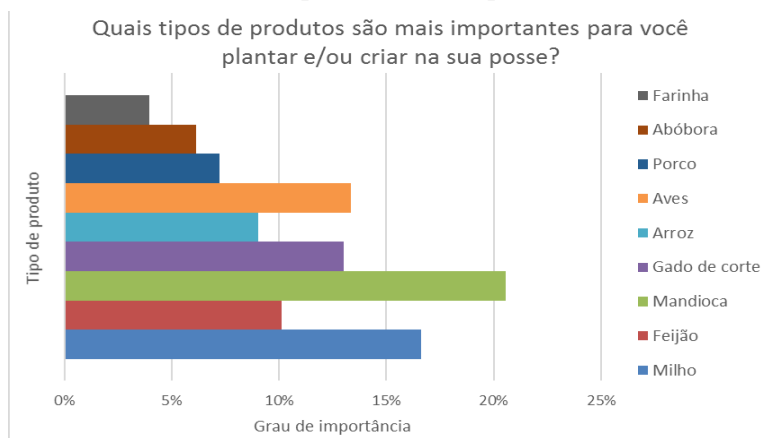
---

5 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) responsável por financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Disponível em: < <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: Maio de 2014.

(aves e gado de corte), apresenta a mesma indicação entre os assentados, com 13% das opções para cada, conforme o gráfico 01.

Os números mostram que a percepção dos assentados quanto à capacidade produtiva da sua parcela é boa, dado a variedade dos produtos relacionados, incluindo produtos beneficiados, como a farinha. Neste caso, ao estabelecer os objetivos e metas, a equipe de criação do PA deverá levar em conta o período de plantio, uma vez que 37% dos entrevistados afirmam preparar o solo no mês de outubro (próximo ao início da estação chuvosa), sendo que 91% utiliza a técnica de gradeamento do solo. Observa-se com isso a necessidade de recursos mecânicos e, também, de beneficiamento dos produtos, sendo que os assentados, individualmente, não conseguem adquirir. Isso mostra a necessidade de algum tipo de arranjo coletivo para a obtenção desse tipo de recurso técnico.

**Gráfico 1 – Produtos mais produzidos nas parcelas (n=64)**



Org.: Autores da pesquisa.

Sendo assim, sugerem-se como objetivos e metas para elaboração do PDA, os pontos a seguir:

- Avaliar a capacidade de produção do assentamento, buscando identificar o tipo de investimento e as técnicas necessárias para produção (cultivo/criação) dos assentados, reduzindo o

desperdício de recursos (financeiros e materiais) e a concentração de serviços (equipamentos e mão-de-obra) fora do período produtivo;

- Ampliar o grau de comprometimento das partes interessadas (assentados, órgão reguladores e consumidores) nas questões ambientais, instituindo programas de preservação ambiental e de produção ecoeficiente. Para tanto, criar indicadores, tais como: índice de satisfação ambiental, o índice de preservação ambiental e o índice de produção “verde” possibilitará avaliar se as metas estipuladas foram atingidas pela organização;
- Desenvolver um programa de cooperativismo entre os assentados, aumentando a força de trabalho do assentamento, ampliando a capacidade de produção e de comercialização dos produtos, considerando as variáveis: planejamento do uso do solo; economia dos recursos hídricos; controle dos gastos produtivos e informação sobre os valores dos produtos, bem como aprendizado de novas técnicas de produção e comercialização;
- Desenvolver programas educacionais para combate e controle de queimadas e preservação da reserva legal, aumentando o nível de capacitação da força de trabalho com relação à área ambiental, por meio de treinamento e incentivos à tomada de consciência ambiental, visando obter um índice aceitável como meta, pois possibilitará analisar o percentual de assentados que estão ambientalmente capacitados;
- Desenvolver um programa para gerenciamento e utilização dos recursos hídricos, uma vez que no período de estiagem tais recursos são escassos e dificultam a produção e, por consequência, a sobrevivência dos assentados;
- Reduzir os impactos no solo causados por produtos consumidos ou dejetos gerados, sendo eles oriundos das residências, do cultivo/criação e/ou do beneficiamento de produtos, por meio de programa de coleta seletiva dos resíduos;
- Desenvolver programas de medidas mitigadoras e compensatórias que irão avaliar, medir e monitorar os requisitos legais, o reaproveitamento de resíduos e a realização de auditorias



- ambientais, com base em relatórios de não-conformidades ambientais identificadas;
- Garantir o atendimento da legislação e dos requisitos ambientais. Tal procedimento proporcionará avaliar o número de sanções ambientais aplicadas aos assentamentos por infrações ambientais.

Com a definição dos objetivos e metas ambientais, a organização poderá especificar claramente os programas ambientais relacionados às suas atividades, detalhando suas ações para execução dos processos, conforme apontados pela ABNT NBR ISO 14001:2004.

Por outro lado, a Resolução CONAMA nº 387/06 afirma que o PA se concretiza devido ao desenvolvimento de programas temáticos (Programa de organização territorial; Programa produtivo; Programa social e Programa ambiental), que deverão ser identificados e mensurados em conjunto com os assentados e em conformidade com a situação apresentada pelo diagnóstico.

Assim, utilizando-se dos objetivos e metas propostos anteriormente, foram idealizados alguns programas para serem aplicados aos PASJT e PALV, ressaltando que cabe à Associação dos Assentados (por meio da autogestão), determinar os responsáveis que deverão acompanhar a execução dos programas.

#### **a) Programa para avaliar a capacidade produtiva:**

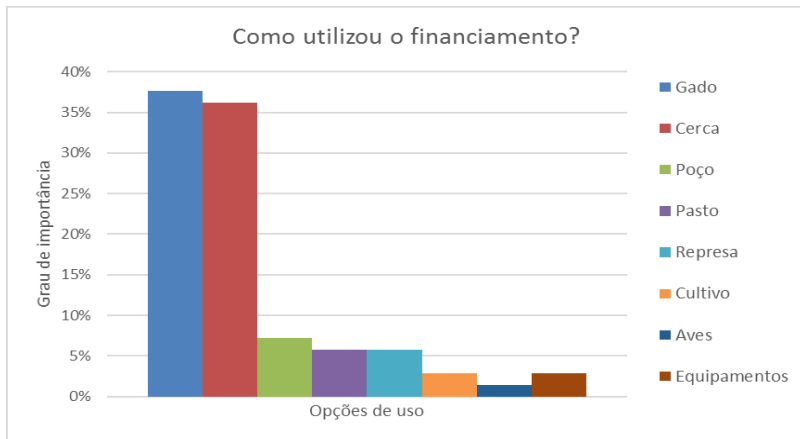
Esse programa permitirá avaliar a capacidade de produção, os tipos de investimentos e financiamentos e as melhores técnicas de produção que poderão ser utilizadas pelos assentados. Os resultados permitem dizer que a área dos assentamentos necessita de investimentos e que a mandioca é o cultivo que melhor se adapta às condições físico-naturais da região.

Assim, buscou-se entender a necessidade do assentado em considerar financiamento como sendo a principal forma de investimento. Logo, observou-se que dentre os assentados que responderam possuir financiamentos ( $n=31$ ), 38% investiu na compra de gado e 36% em

construção de cerca, sendo que equipamentos e cultivos representam, apenas, 3% das opções, conforme gráfico 2.

O resultado mostra a preferência dos assentados pela pecuária, em detrimento da agricultura, porque a primeira constitui uma atividade típica da região, sendo que os assentados possuem maior domínio das técnicas de criação, quase sempre por influência dos antepassados. É curioso observar que a construção de poço artesiano, no sentido de solucionar um problema crônico da região – a falta d'água na estação seca – figura apenas em terceiro lugar entre os objetos de aplicação dos investimentos.

**Gráfico 2** – Investimento realizado com o financiamento ( $n=31$ )



Org.: Autores da pesquisa.

Porém, na pecuária podem ser usados outros mecanismos para disponibilizar o que beber ao gado, providenciando vias de acumulação da água da chuva em poços escavados na propriedade; ou com pequenos barramentos em cursos d'água (produzindo impacto significativo); ou pela mobilidade do rebanho (que poderá acessar cursos d'água maiores e perenes, normalmente em terras com pastos alugados). Percebe-se que com a pecuária pode-se conviver melhor com a falta d'água, mas com a agricultura isso não ocorre.

## **b) Programa de Gerenciamento e Utilização dos Recursos Hídricos**

O programa será destinado a todos os assentados, objetivando controlar o uso da água no assentamento, aproveitando o período chuvoso para armazenamento, diminuindo os impactos sociais (causados pela escassez) e aumentando a capacidade de produção no período de estiagem. A estratégia ouvindo revelou a dificuldade encontrada pelos assentados em utilizar a água no assentamento, considerando que nas parcelas usa-se cisternas, de até 15 metros de profundidade, para abastecimento d'água. O uso das cisternas apresenta deficiência, uma vez que no período de estiagem, grande parte delas chega a níveis baixíssimos ou mesmo a secar.

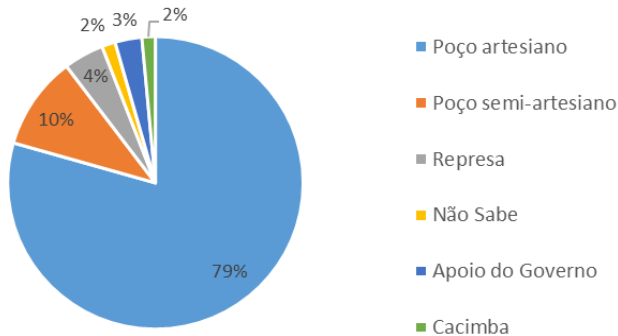
Ao serem perguntados como utilizam a água, 47% dos assentados afirmaram que utilizam para uso doméstico, outros 29% para irrigação e 24% para dar de beber aos animais, o que demonstra que a água se torna essencial para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Outro fato que comprova a dificuldade dos assentados com relação à água é a necessidade de possuir poços artesianos para abastecimento das parcelas. O gráfico 3 revela que 79% dos entrevistados entendem que a perfuração de poços artesianos<sup>6</sup> (se não individuais, ao menos coletivos), seria a melhor solução para a falta d'água no período de estiagem.

---

6 O poço pode ser artesiano, em geral com 70 metros de profundidade nessa área, ou semiartesiano, em geral com pouco mais de 30 metros (essas profundidades variam em diferentes terrenos e implicam nos custos para perfuração).

**Gráfico 3** – Solução para a falta d’água nos assentamentos e nas parcelas (n=64)

Qual seria a melhor solução, para o assentamento e para sua posse, para o período que falta água?



Org.: Autores da pesquisa.

Um fator positivo para obter resultados desse programa será tornar os projetos de assentamentos acessíveis ao Decreto Federal nº 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS”. O art. 1º do decreto afirma que o programa atenderá áreas rurais para consumo humano e para produção agrícola familiar, atendendo famílias em situação de vulnerabilidade social, oferecendo o pleno desenvolvimento humano e a segurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2011).

No estado do Tocantins, a adesão ao Programa Federal “Água para Todos”, recebeu o nome de: “Programa Tocantins Sem Sede”, instituído pelo Decreto Estadual nº 4.586 de 3 de julho de 2013, tendo como objetivos principais: I) garantir à população em situação de pobreza o amplo acesso à água, em qualidade e quantidade adequadas ao consumo humano, numa perspectiva de segurança alimentar, nutricional e de melhoria da qualidade de vida em ambiente salubre”; II) Ampliar a oferta e o acesso à água e aos serviços de saneamento básico nos meios urbano e rural, mediante gestão integrada, sustentável e participativa e III) Articular e integrar os diversos componen-

tes da sustentabilidade ambiental relacionados ao saneamento básico (TOCANTINS, 2013).

O gerenciamento dos recursos hídricos influencia na gestão dos resíduos líquidos gerados nas parcelas e o descarte irregular desses resíduos pode interferir e alterar a qualidade das águas subterrâneas que cortam a área. Nesse sentido, a estratégia observando, revelou que, atualmente, os assentados não se preocupam em destinar corretamente os resíduos líquidos gerados, conforme apresentado na figura 3. O que demonstra a necessidade de políticas públicas voltadas para os serviços de água e soluções para o esgotamento sanitário nos assentamentos.

**Figura 3** – Pontos de descarte irregular de resíduos líquidos



Fotografias: Autores da pesquisa.

Para tanto, Libâneo *et. al.* (2005) considera o uso de fossa séptica como sendo a forma mais apropriada para destinação e tratamento dos resíduos e dejetos gerados nas propriedades.

### **c) Programa de Educação Ambiental**

Esse programa desenvolverá atividades voltadas para que os indivíduos (assentados) possam desempenhar suas tarefas de forma responsável em relação ao ambiente, educando-os, treinando-os e motivando-os (DONAIRE, 1999). Isso só será possível se houver um desdobramento das atividades diretamente nas propriedades, através da implementação dos planos diretores de resíduos (coleta seletiva de materiais), ações para combate e controle das queimadas e para preservar a reserva legal.

A pesquisa revelou três variáveis, para destinação dos resíduos sólidos nas parcelas, apontadas pelos assentados, que são: queima, enterra e queima/enterra. Essas ações fazem parte do dia-a-dia dos assentados (nas suas parcelas e/ou na área coletiva), e são atividades causadoras de impactos ambientais, pouco percebidos por eles.

Quando perguntados se haveria outra forma de destinar os resíduos gerados, 38% responderam que não haveria outra forma, o que reforça a necessidade do programa. Porém, os resultados revelaram que uma parte dos assentados percebe haver outras formas de destinar os resíduos, apontando as seguintes opções: a) “buraco coletivo” (aterro), com 20% das respostas; b) coleta de lixo, com 15% e, c) adubo e reciclagem, com 5% cada.

As estratégias ouvindo, perguntado e observando revelam que as queimadas e o desmatamento da reserva legal são os maiores impactos ambientais percebidos pelos assentados, e que, de alguma forma, tentam desenvolver um trabalho de sensibilização no assentamento.

O programa de educação ambiental desenvolverá treinamentos, atividades, palestras, oficinas e seminários junto à comunidade, mostrando a importância da preservação do meio ambiente para ampliar a participação do assentamento no mercado da região, com ações voltadas para as atividades turísticas (eco e agro turismo). Além disso, outras atividades estarão voltadas para a formação continuada

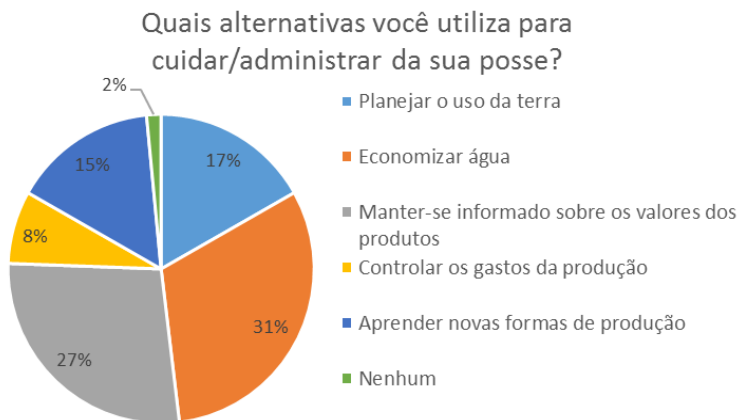
dos professores e dos alunos e poderão ser desenvolvidas na escola da agrovila (PA São Judas Tadeu).

Quanto às queimadas, ações voltadas para o combate serão aplicadas com atividades práticas orientadas por brigadistas e seu controle dependerá dos próprios assentados, por meio do manejo sustentável das suas parcelas.

#### **d) Programa de orientação para criação de cooperativa**

A pesquisa revelou que apenas 8% dos assentados possuem algum controle com os gastos de sua produção e que 17% afirma planejar o uso da terra. Por outro lado, 42% afirmam que se mantêm informados sobre os valores dos produtos e/ou procuram aprender novas técnicas de produção (Gráfico 4). O fato curioso foi que 31% apontou a economia de água como variável para gestão da parcela.

**Gráfico 4** – Alternativas para gestão da parcela (n=64)



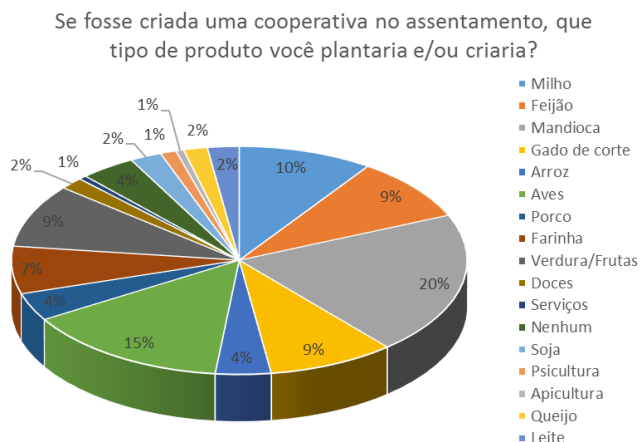
Org.: Autores da pesquisa.

Os resultados demonstram a necessidade de capacitação (treinamento e aperfeiçoamento) voltada para gestão coletiva dos recursos e produtos comercializados, dentro e fora do assentamento. A estratégia perguntado revelou, também, que os assentados conhecem e entendem, ainda que em linhas gerais, a ideia de cooperativismo, uma

vez que 66% afirmou que cooperativa é “um grupo de pessoas que trabalham juntas”. Nesse sentido, Franciosi (2007) afirma que para garantirem resultados positivos em suas atividades agropecuárias, os assentados necessitam adotar ações coletivas, buscando a independência dos assentamentos, mantendo-os competitivos no mercado.

Contudo, quando perguntados sobre que produtos produziriam/criariam caso houvesse uma cooperativa no assentamento, obtiveram-se os seguintes resultados: 24% mandioca; 17 % aves e 11% milho. Outros 30% optaram por feijão, gado de corte e/ou verduras/frutas, somados (gráfico 5).

### Gráfico 05 – Tipos de produtos para produção em cooperativa



Org.: Autores da pesquisa.

Além dos produtos apontados, outras opções foram apresentadas pelos assentados, ainda que em menor número, são elas: doces, queijos, soja, produtos de apicultura, leite, produtos de piscicultura e serviços, sendo que 4% não apontou nenhum produto. Isso mostra a variedade de opções vislumbradas pelos assentados, indicando que estão conscientes a respeito da possibilidade de ampliação e diversificação de suas produções, caso o programa de cooperativismo seja instituído.



## Considerações finais

Após uma análise mais próxima dos assentados, percebeu-se que os fatores de maior expressão revelados durante a pesquisa foram: a interação do homem com a natureza e a diminuição dos postos de trabalho, gerando necessidades socioeconômicas na região. A partir daí outros fatores se revelaram, surgindo: a necessidade de gerenciamento dos recursos naturais (recursos hídricos, solo, fauna, etc.) e os possíveis impactos ambientais gerados (queimadas, desmatamento, caça, etc.).

Com relação ao primeiro fator, revelou-se a constante necessidade de adequação da legislação, por parte dos governos, com as questões ambientais, transformando-se em tema cada vez mais importante para o desenvolvimento de políticas públicas e de estratégias de negócios. Os resultados alcançados com as ações de qualidade ambiental originaram regulamentações, buscando as melhorias ambientais nas organizações.

Pode-se dizer que a série ISO 14000, criada pela Organização Internacional de Normalização (ISO), constitui o único padrão normativo sobre Sistemas de Gestão Ambiental, orientando as organizações na elaboração de políticas ambientais, atendimento a requisitos legais e instituição de normas técnicas de atuação e gestão dos recursos naturais de forma eficiente e eficaz. Porém, é importante avaliar criticamente a norma, pois nem tudo que ela estabelece é o melhor para um assentamento no interior do Estado do Tocantins (com todas as suas especificidades).

Por outro lado, para amenizar o impacto social gerado pelo desemprego e fazer cumprir as normas constitucionais, as organizações governamentais desenvolveram políticas para atender às famílias dos pequenos agricultores, transformando áreas inativas em áreas para cultivo familiar, criando novos assentamentos rurais na região. A pesquisa revelou que o estudo de viabilidade, nesse caso o Plano de Desenvolvimento de Assentamento, é a ferramenta utilizada pelo poder público para organizar, orientar e capacitar as famílias assentadas.

Acontece que, nem sempre o estudo é realizado antes de assentar as famílias, o que resulta em disponibilizar áreas com baixa

capacidade de produção, abandonando as populações contempladas em condições precárias, sem assistência técnica-produtiva e sem atendimento às necessidades básicas, como revelado na pesquisa, a falta d'água.

Nesse sentido, pode-se dizer que a política de implantação de assentamentos é realizada de forma equivocada e não possibilita ao assentado a fixação à terra e o desenvolvimento produtivo. Tal deficiência, inclusive, pode gerar impactos (sociais, econômicos e ambientais) mais significativos como, por exemplo, o surgimento de atividades ilícitas como fonte de renda nos Projetos de Assentamentos (exploração de madeira, caça e pesca ilegais etc.).

Outros fatores que despertaram a atenção estão relacionados à capacidade de produção, à redução de queimadas e ao interesse em trabalhar de forma cooperativista, sempre com a visão de melhorar a qualidade de vida dos assentados. Além da necessidade de investimentos para a criação de animais, o que revelou ser mais viável, dadas as condições hídricas da região.

O modelo de implantação sugerido na pesquisa engloba a elaboração de procedimentos sistêmicos e padronizados, como por exemplo: – um plano de implantação e; – o aprimoramento das atividades praticadas. Utilizou-se a premissa de que a visão para a implantação do processo precisa ser cooperativista, atuando como um mecanismo de redução de custos e melhoria contínua das ações realizadas nos assentamentos.

Para tanto, entende-se que a aplicabilidade do modelo proposto está longe de ser considerada simples, por se tratar de normas elaboradas e idealizadas para organizações distintas, o que exigirá imensos esforços de todos os atores envolvidos, cabendo aos assentados canalizar seus esforços, cooperando uns com os outros.

Por fim, para que a proposta seja implementada, algumas adaptações e concessões serão necessárias, uma vez que sem as quais dificilmente o SGA poderá ser viabilizado. Nesse caso, a proposta aqui apresentada não deve ter a pretensão de constituir algo pronto e acabado, tampouco de esgotar as possibilidades de estratégias e ações voltadas ao desenvolvimento dos PA. Pelo contrário, a proposta deve ser

compreendida como um esforço inicial de incentivo à busca por soluções, pois trata-se de uma proposta aberta ao aperfeiçoamento e ao exame daqueles, porventura, interessados no tema, começando pelos próprios assentados.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14.001:2004**: sistemas de gestão ambiental: requisitos com orientação de uso. Rio de Janeiro, 2004.

ALBUQUERQUE, F. J. B. *et al.* As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Revista Estudos Psicológicos**. Natal, v. 9, n. 1, p. 81-88, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.capes.gov.br/>> Acesso em: setembro de 2012.

ARAÚJO, Flávia Camargo. **Reforma Agrária e Gestão Ambiental**: encontros e desencontros. 2006. 242 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Pesquisa qualitativa segunda a visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 387**, de 27 de dezembro de 2006. Estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, e dá outras providências.). Disponível em: [www.mma.gov.br/port/conama/res/res06/res38706.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res06/res38706.pdf) Acesso em: Jul 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.535**, de 26 de julho de 2011. Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – "ÁGUA PARA TODOS". Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7535.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7535.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2014.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.

FAGUNDES, N. A. *et al.* Diagnóstico ambiental e delimitação de Áreas de Preservação Permanente em um assentamento rural. **Acta Sci. Biol. Sci.**, Maringá, v. 30, n. 1, p. 29-38, 2008.

FRANCIOSI, Ernesto Odilo. O sistema cooperativo dos assentamentos rurais: o exemplo das cooperativas COAGRI e COOPROSERP. **Informe Gepec**, v. 12, n. 2, jul/dez., 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIORGI, A. Sobre o Método Fenomenológico Utilizado Como Modo de Pesquisa Qualitativa nas Ciências Humanas: teoria, prática e evolução. In: POUPART, J. et al (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p.386-409.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Disponível em: <<http://www.incra.org.br>>. Acesso em: 09 ago. 2013.

LIBÂNIO, P. A. C.; CHERNICHARO, C. A. L.; NASCIMENTO, N. O. A Dimensão da Qualidade de Água: Avaliação da Relação entre Indicadores Sociais, de Disponibilidade hídrica, de Saneamento e de Saúde pública. **Eng. sanit. ambient.**, v.10, n. 3, p.219-228, 2005. (citada a página 226).

MACHADO, L. M. C. P. Qualidade ambiental: indicadores quantitativos e perceptivos. In: MARTOS, H. L.; MAIA, N. B. (Org.). **Indicadores ambientais**. Sorocaba: [s.n.], 1997. p.15-21.

MENDONÇA, Alzino Furtado de. **Trabalhos acadêmicos: planejamento, execução e avaliação**. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2008.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MIRANDA, Nascimento Marques de. **Percepção ambiental dos proprietários rurais do Município de Palmas (TO): subsídios para o licenciamento ambiental**. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente, Palmas, 2010.

MORAES, Anna Maris Pereira. **Introdução à Administração**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Lago Verde**. Tocantins, 2007.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento São Judas Tadeu**. Tocantins, 2001.

SCHMIDT, Carla Maria; DREHER, Marialva Tomio. Cultura empreendedora: empreendedorismo coletivo e perfil empreendedor. **Revista de Gestão**, São Paulo, USP, v. 15, n. 1, p. 1-14, jan./mar. 2008

SOARES, J. L. N.; ESPINDOLA, C. R. Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável. In: **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p.108-116, jan./jun. 2008.

TOCANTINS. **Decreto 4.586**, de 03 de julho de 2013. Institui, no Estado do Tocantins, o Programa Tocantins sem Sede, integrante do Programa Água para Todos, e adota outras providências. Disponível em: <<http://central3.to.gov.br/arquivo/110775/>> Acesso em: 18 mar. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WHYTE, A. **Guidelines for Fields Studies in Environmental Perception**. Paris: UNESCO, 1977 (MAB Technical Notes, 5).

# 7

## **MUDANÇAS NA PAISAGEM CÁRSTICA DO ENTORNO DO RIO AZUIS, TOCANTINS SOB A ÓTICA DOS MORADORES LOCAIS**

*Luiz Ricardo Ferreira Alves*

*Fernando Moraes*

**A**s atividades humanas têm provocado sérias modificações nas paisagens, em muitos casos com situações irreversíveis, necessitando cada vez mais de estudos científicos que envolvam ambiente e sociedade (BOLÓS,1981).

O ser humano sempre se relacionou com o meio ambiente, e como resultado disso, suas ações desordenadas acabaram por gerar inúmeras consequências no meio natural. De acordo com Ford e Williams (2007), as paisagens cársticas se diferem das outras paisagens, por apresentarem maior fragilidade, sofrendo mais facilmente os impactos das ações humanas.

As áreas cársticas caracterizam-se por apresentarem depressões fechadas, drenagens subterrâneas e cavernas, sendo sua ocorrência, no entanto não exclusivamente, em rochas carbonáticas, por exemplo o calcário (GILLIESON, 1996).

Esse tipo de terreno se desenvolve em rochas carbonáticas, resultando em diferentes formas topográficas influenciadas pelo intemperismo químico. É um sistema composto por formas positivas e negativas atuando de forma harmônica, sendo facilmente abalado pelas ações humanas (TRAVASSOS; VARELA, 2008).

O município de Aurora do Tocantins, localizado na região sudeste do Estado do Tocantins, tem demonstrado um importante potencial para o estudo dos sistemas cársticos (LOBO; LOURENÇÃO, 2007), caracterizado pela presença de calcários aflorados com morfologia adequada à presença de cavidades e outras feições cársticas, com presença de cavernas de dimensões variadas, proporcionado em algumas delas o uso de atividade turística além de potencial paleontológico e arqueológico (SILVA, 2012).

A área de estudo é compreendida como um local rico em paisagens naturais, com destaque para o rio Azuis, além das riquezas de fauna e flora. Mesmo não estando presente no recorte espacial da área de estudo, também se destacam na região a presença de cavernas e outras feições cársticas (SILVA, 2012). Aspectos voltados para as alterações ocorridas no rio Azuis ao longo do tempo, se destacam por influência das atividades humanas, sendo um local que proporciona em beleza, mas que se encontra fragilizado, carecendo de cuidados referentes a sua preservação.

Por ser tratar de um sistema frágil e sendo um atrativo turístico muito procurado no Tocantins, a visitação é feita sem nenhum plano de manejo ou ordenamento de qualquer outra natureza. Sobre a fragilidade do carste, Kohler (1989) destaca a importância do planejamento nessa paisagem, levando em consideração o respeito das condições de relevo e seu sistema hidrológico, evitando a poluição das águas endocársticas e promovendo a preservação das áreas de recarga.

Várias são as atividades que resultam em impactos no carste, entre elas: o desmatamento, a agricultura, a urbanização, turismo, pecuária, queimadas entre outras (HARDT, 2008; PILÓ, AULER, 2001; SILVA, MORAIS, 2011).

A elaboração de um plano de manejo é fundamental para que no mínimo possa se aproximar do estado natural de uma determinada paisagem, sendo necessário o estudo e a compreensão do mesmo, com o objetivo de gerar a manutenção de um estado de equilíbrio (HARDT, 2008).

Ao analisar a paisagem, o contexto natural e as implicações ocasionadas pelas ações antrópicas, devem ser levadas em conside-

ração, pelo fato da totalidade em sua abordagem e por apresentarem diferentes níveis de ocupação. Esse fato é, portanto, um impulso responsável em transformar um determinado local, no desenvolvimento e na presença da sociedade (BERTRAND, 1971).

A paisagem é considerada como produto de uma sequência de processos diversos e dinâmicos, onde para a sua compreensão, a relação entre os elementos físicos e biológicos devem ser analisados, relacionando-os também com as ações feitas pela sociedade no espaço e tempo. Dessa forma há a possibilidade da compreensão do tempo e espaço referentes a natureza, com destaque nas transformações para se analisar o contexto atual (SOARES, 2005).

As paisagens são peculiares e estão em harmonia com os elementos físicos, sendo que as intervenções humanas sempre irão influenciar sua dinâmica, criando-se novos arranjos e feições, além de novas relações entre o homem e a sociedade (SOARES, 2005). É o resultado das combinações entre os elementos físicos, biológicos e humanos, tornando-a única e indissociável (BERTRAND, 1971).

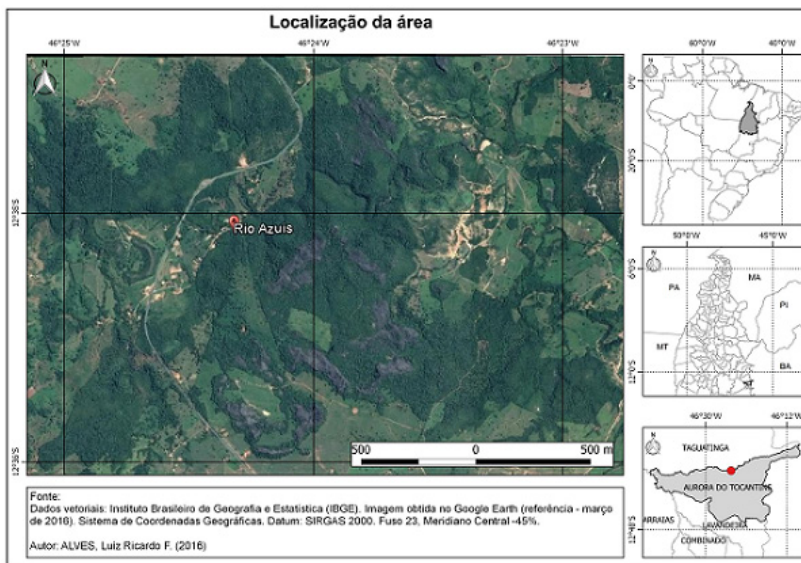
Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar as mudanças sofridas na paisagem cárstica no entorno do rio Azuis na perspectiva dos moradores locais, com o intuito de identificar os problemas existentes, explicitando a ótica da população acerca da gênese dos mesmos.

## Área de estudo

A área de estudo, povoado Azuis, localiza-se na porção sudeste do estado do Tocantins a 15,5 km do município de Aurora do Tocantins e 562 km da capital Palmas. Abrange o entorno do rio Azuis onde predominam rochas carbonáticas, perfazendo um total de 21,364 km<sup>2</sup> (Figura 01). Segundo Morais (2013), é uma surgência cárstica com apenas 137 metros de extensão e possui atributos cênicos que atraem as atividades turísticas.



Figura 1 – Localização da área de estudo



Fonte: Elaborado pelo autor.

## Materiais e métodos

O intuito do trabalho foi obter informações sobre a área de estudo além de observar o atual estado em que se encontra o Azuis e a paisagem cárstica em seu entorno na perspectiva dos moradores locais. Para isso foram realizados trabalho de campo e entrevistas do tipo semiestruturada com os administradores de pontos turísticos, proprietários rurais e o poder público municipal. A partir dos dados obtidos, foi possível compreender os acontecimentos que influenciaram nas transformações da paisagem (GASKELL, 2014).

A abordagem realizada no trabalho é do tipo qualitativa, visando contemplar a compreensão do sistema de exploração antrópica, posto por Bertrand (1971). As concepções sobre as percepções da paisagem foram de acordo com as expostas por Bolós (1981), com destaque nas consequências das atividades humanas nas paisagens.

Com base nas entrevistas, buscou identificar as transformações que mais chamam a atenção dos moradores. Explicitar se há ou não uma noção de conversão da paisagem natural, que ainda não foi alterada pelo homem, para artificial, paisagem transformada pelo homem (SANTOS, 1988).

Para as observações e análises dos processos naturais e antrópicos ocorridos ao longo do tempo, destacando os agentes responsáveis por essas mudanças, teve como base as fontes de informações não usuais fornecidas pelos entrevistados (RODRIGUES, 2004).

Partiu-se de perguntas básicas para se atingir os objetivos do trabalho, atentando-se aos cuidados relacionados a linguagem, forma das perguntas, sequência da pergunta nos roteiros, a escolha e disponibilidade do entrevistado, entre outros aspectos (LAKATOS, 1996; MANZINI, 2003; MANZINI, 2004).

A utilização de entrevista do tipo semiestruturada, possibilitou novos questionamentos, onde não apenas a descrição dos fenômenos foi levada em consideração, mas também a explicação e compreensão da totalidade (TRIVIÑOS, 1987).

Por ser mais flexível e não apresentar perguntas diretas, foi elaborado um roteiro com utilização de tópicos guia, que possibilitou o desenvolvimento de uma conversa para se obter as informações necessárias, permitindo o controle do andamento e o tempo da entrevista, além da preocupação com o bem-estar, conforto e confiança dos entrevistados (GASKELL, 2014; BONI; QUARESMA, 2005).

Buscou-se criar uma atmosfera amistosa e de confiança, atentando-se a não discordância das opiniões dos entrevistados, demonstrando sempre neutralidade perante as questões (GOLDENBERG, 1997).

O roteiro foi elaborado com perguntas principais, porém complementadas por outros questionamentos relevantes às circunstâncias no momento da entrevista. Assim, as respostas foram obtidas de forma mais livre, não sendo condicionadas a uma padronização de alternativas (MANZINI, 1990/1991). Em momentos oportunos, perguntas adicionais foram feitas para o esclarecimento de questões que não ficaram claras, até mesmo para recompor a entrevista quando o

entrevistado se desviasse do tema ou apresentasse alguma dificuldade (BONI; QUARESMA, 2005).

Esse tipo de entrevista contribui para respostas espontâneas e uma maior liberdade para o entrevistado, permitindo o surgimento de questões inesperadas que foram muito úteis a pesquisa (BONI; QUARESMA, 2005).

As entrevistas foram compostas por treze perguntas que contemplam sobre a paisagem no entorno do rio Azuis, como os moradores percebem suas alterações ao longo do tempo e a importância da mesma em seu cotidiano, sendo no total, 6 entrevistados. O campo foi realizado entre os dias 23 e 26 de setembro de 2017.

## Resultados e discussão

Os critérios para a escolha dos entrevistados, priorizaram moradores mais idosos, de maneira que atendessem ao objetivo do trabalho, assumindo-se a hipótese de que essas pessoas teriam mais lembranças das características aspectos da paisagem do entorno do rio Azuis.

Através do desenvolvimento da pesquisa, foi possível perceber as mudanças sofridas na área de estudo no decorrer do tempo, identificar os principais problemas ambientais, bem como analisar a percepção dos moradores no que diz respeito aos cuidados ambientais para sua preservação.

A área de estudo, por ser cárstica, caracteriza-se por apresentar maior fragilidade e vulnerabilidade, sendo necessário o envolvimento de toda comunidade para que se possa conservar esse tipo de ambiente (SILVA; MORAIS, 2014).

Com a intenção de descreverem o local e relacioná-lo às diversidades existentes, tanto do ponto de vista natural como do ponto de vista cultural, buscou-se que os entrevistados relatassem sobre as diferentes paisagens, para isso foi perguntado como os mesmos percebem o local onde moram.

Como resposta, os entrevistados destacaram o quanto o local lhes proporciona em beleza, com paisagens naturais, destacando sua

vegetação exuberante e as riquezas das águas, mas que, no entanto, encontram-se com sérios problemas ambientais pela forma que é administrada.

As questões sobre como era a área no passado tiveram como objetivo comparar a situação atual com a anterior, com destaque para as alterações sofridas na paisagem.

No passado, o povoado do rio Azuis não era conhecido por esse nome, era chamado de fazenda Palha, por influência de pessoas que vieram do estado da Bahia. O nome fazenda Palha se justifica pela existência de palhas de pindoba nas margens das estradas e situadas na parte superior dos morros, que eram utilizadas para cobrir os telhados das antigas moradias. Os moradores mais antigos ainda se referem ao local como “as Palhas”. O nome Azuis surgiu posteriormente, a partir do momento que o rio foi descoberto e por apresentar água cristalina de coloração azulada, proporcionando a construção de estabelecimentos comerciais que contribuíram na divulgação do turismo.

Antes do local se tornar ponto turístico, predominavam atividades de pequeno porte, como produção de cachaça e rapadura pelos poucos moradores que residiam em suas proximidades, para a geração de renda.

No início, as únicas pessoas que frequentavam o local eram os moradores das redondezas, sendo pessoas conhecidas e familiares. No entanto, segundo os entrevistados, com o passar do tempo, a paisagem no entorno do rio foi sendo alterada por interesses majoritariamente econômicos. Antes, o rio era menor e apresentava maior profundidade, sem a necessidade de construção de barramentos, com maior exuberância de vegetação.

O acesso ao banho era nas proximidades da foz do rio, onde notava-se as maiores profundidades. Suas margens eram circundadas por vegetação exuberante com presença de algumas bananeiras (gênero *Musa*) e inhames (família *Dioscoreaceae*), que se situavam em barrancos, além da presença de vegetação em sua parte central, os quais foram retirados para alargar o rio e suprir a demanda do turismo, com o aumento da área de banho.

A supressão da vegetação interfere no fluxo e na qualidade da água do carste, sendo muito importante para sua manutenção (União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN, 1997).

Com base no relato dos entrevistados, nota-se que a paisagem está perdendo suas características naturais e se tornando uma paisagem artificial. No local há áreas pavimentadas em volta, escadarias, pisos, coberturas e barramentos de água. Essas mudanças podem ser percebidas com base nas figuras 02a e 02b.

Figura 2 – a) Áreas concretadas, b) Construção de escadarias nas margens do rio Azuis

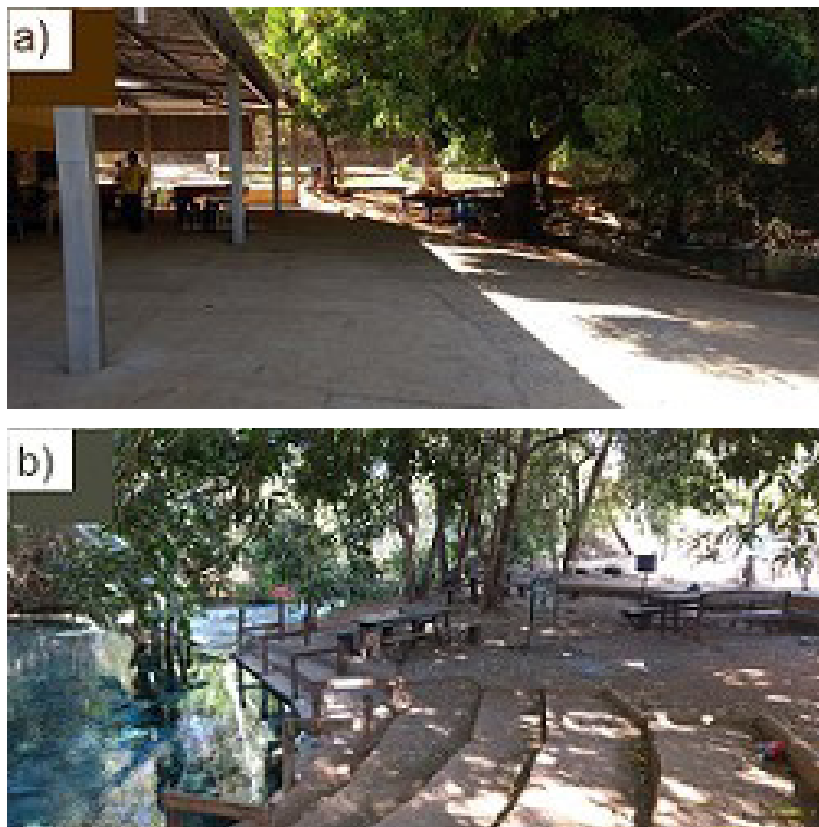


Foto: Luiz Ricardo F. Alves (2017).

De acordo com Santos (1988), as paisagens artificiais são as paisagens alteradas pelo homem. Na atualidade, a paisagem natural é quase inexistente, fato este que reforça preocupações e intenções econômicas ou políticas. Complementa que a paisagem há a heterogeneidade das formas naturais e artificiais, onde a vida social nos afasta do contexto natural e nos aproxima ao contexto artificial.

No que diz respeito a pavimentação, ao ser realizada sem um planejamento adequado, provoca sérios problemas nos sistemas cársticos, como a redução da biodiversidade, podendo em muitas situações, afetar os sítios arqueológicos (DAY, 2007).

Ao lado do rio passava uma estrada de terra, que era o único caminho que ligava os municípios de Aurora do Tocantins e Taguatinga. Nos anos 2000, essa estrada foi asfaltada e desativada devido à construção de uma nova rodovia, sendo desativada completamente após o desabamento uma ponte sobre o rio Sobrado, à montante do rio Azuis. A partir desse acontecimento, canaletas foram construídas no local para amenizar os problemas gerados pelo escoamento superficial concentrado, fruto da pavimentação da estrada (Figura 03).

**Figura 3** – Presença de canaleta para mitigação dos impactos gerados pela pavimentação da estrada



Foto: Luiz Ricardo F. Alves (2017).

Segundo Ross (2014), a ação humana gera cada vez mais inúmeras consequências nas paisagens naturais, configurando um ritmo que vai além do que a natureza imprime.

Para verificar a influência dos aspectos físicos da paisagem sobre os moradores, foi perguntado qual é a primeira imagem que os entrevistados visualizam no local onde residem. Para os moradores que residem mais afastados do canal fluvial do rio Azuis, consideraram suas propriedades como resposta. Já os moradores que residem nas proximidades do rio, deram como resposta o rio, além das riquezas do mesmo. Com destaque para sua má administração, onde as pessoas que frequentam o local não valorizam suas riquezas e não o usufruem de forma sustentável.

Não há na prefeitura nenhum documento que aponte os reais limites do povoado, sendo assim, com o intuito de verificar quais os limites da área dos Azuis sob o ponto de vista dos moradores, além dos motivos de julgarem esse limite, perguntou-se até onde os entrevistados consideram a área do rio Azuis.

Todos os entrevistados responderam que suas propriedades pertencem aos limites do povoado. Mesmo os que residem mais distantes consideram o rio como integrante do seu cotidiano.

Com o intuito de abordar o valor simbólico e também econômico que o rio desenvolve na vida dos habitantes, foi perguntado qual a importância do rio Azuis no dia a dia dos entrevistados.

Como resposta, todos o julgaram importante por utilizarem sua água para suprir suas necessidades além do lazer. Outros aspectos relevantes levantados nas respostas foram a respeito do valor histórico que o rio pôde proporcionar aos moradores e sua contribuição no comércio para alguns comerciantes.

Sobre como os recursos naturais são vistos pela população, com o intuito de saber se a mesma tem consciência das mudanças e dinâmicas que estes recursos têm ao longo de suas vidas, foram questionados sobre como percebem a atuação das pessoas sobre o uso do meio ambiente no rio Azuis.

Pesquisas realizadas por Silva (2012), mostram o quanto o lixo e o desmatamento se destacam como os principais problemas nesta

área, e de acordo com as respostas dos entrevistados, nota-se o quanto esse problema ainda persiste, pois, os turistas não se preocupam com os cuidados ambientais do local. Poucas são as pessoas que se atentam para sua preservação, com destaque para a quantidade de lixo deixado pelas pessoas que frequentam o local. Mesmo tendo lixeiras e placas indicativas espalhadas, além de orientações dos comerciantes, grande parte do lixo é descartada de forma inconsciente (Figura 04).

**Figura 4** – Descarte de lixo de forma imprudente



Foto: Luiz Ricardo F. Alves (2017).



Alguns turistas de localidades mais distantes percebem a importância de se preservar o rio Azuis, no entanto, muitos dos turistas locais, que residem em suas proximidades, não se preocupam com os cuidados ambientais que devem ser tomados para a preservação do rio, descartando lixo em qualquer lugar, poluindo as águas, comprometendo sua capacidade de carga, entre outros.

O descarte de resíduos sólidos em geral, entre outros, nas paisagens cársticas, são práticas muito comuns em inúmeras áreas rurais (VENI *et al.*, 2001), e como o carste possui estrutura que possibilita o transporte de poluentes mais acelerada para o lençol freático, há a possibilidade da poluição dos recursos hídricos subterrâneos (SILVA; MORAIS, 2014).

Muitos visitantes agridem as bananeiras que se encontram no rio Azuis, sendo necessário a utilização, de forma improvisada, de madeiras como suporte para que as mesmas não venham a cair, além de placas de aviso, que em muitas situações não são respeitadas pelos turistas (Figura 05).

**Figura 5** – Suportes improvisados para evitar a queda das bananeiras



Foto: Luiz Ricardo F. Alves (2017).

O rio Azuis é considerado como uma surgência cárstica, sendo esse tipo de feição caracterizado por Shinzato (1998) com elevado grau de fragilidade ambiental. Nas paisagens cársticas, as ações humanas agravam bastante os problemas ambientais, por serem frágeis e vulneráveis (FORD e WILLIAMS, 2007).

Para avaliar como os moradores percebem os recursos naturais e deles se apropriam; se conseguem apontar mudanças ao longo do tempo, além de destacar os motivos da variação das águas da área de estudo, foram questionados sobre como avaliam a situação do meio ambiente do local.

Segundo os entrevistados, através das inúmeras mudanças ocorridas ao longo do tempo, a situação atual que se encontra o rio é preocupante, sendo percebido uma redução da cobertura vegetal para a prática de atividades voltadas para agricultura de pequeno porte e diminuição do volume de água.

A atividade de agricultura, gera vários impactos que afetam o epicarste, encadeando consequências na fauna subterrânea e no desenvolvimento das cavernas. Outro problema está relacionado à exposição dos solos, acarretando processos erosivos (AULER; PILÓ, 2011).

Sobre as esperanças, atenções em torno da paisagem e o seu futuro, perguntou-se como os entrevistados pensam no futuro do rio Azuis. Sendo possível assertar, a partir das respostas, que percebem o quanto tais atividades proporcionam sérias consequências na paisagem do rio, além do seu bloqueio, por consequência da redução do volume de água. Muito está sendo construído no local, elevando cada vez mais o comércio, e mesmo existindo regras referentes a legislação ambiental e aos cuidados do local, muitas são desconhecidas pelos moradores ou até mesmo não são cumpridas pela maioria das pessoas.

O rio Azuis se tornou referência para o município de Aurora do Tocantins, porém mesmo expondo a real situação em que se encontra o rio sobre os problemas ambientais aos moradores, não há preocupações significativas dos mesmos, a exemplo de alguns proprietários, que pouco se importam com a presença de veículos pesados nas proximidades da nascente, desmantando lentamente para que as pessoas não percebam as agressões ambientais nas margens do rio.

Nos ambientes cársticos, para que haja uma boa gestão, é necessário focar em suas peculiaridades, sendo necessário a implantação de educação ambiental (WATSON *et al.*, 1997), juntamente com a ação em conjunto entre os moradores e o poder público.

Muitos dos entrevistados propõem uma maior exigência para as pessoas, com a introdução de portaria com normas para frequentar o local, como formas de controle e amenizar as consequências ao local.

Segundo ROSS (1994), é necessário a preocupação para o desenvolvimento dos ambientes naturais, levando em consideração não apenas sua potencialidade, mas também suas fragilidades frente as ações humanas. Independentemente do tipo de planejamento econômico e ambiental que se realize, seja ele em escala municipal, estadual, federal, ou qualquer que seja, é relevante o planejamento das intervenções humanas, sendo o ordenamento territorial claro, partindo da potencialidade dos recursos naturais e humanos além da fragilidade dos ambientes.

A participação do governo local é essencial para proteção, planejamento, supervisão e implantação de programas e práticas que apoiem a preservação e impactos no carste (LAMOREAUX *et al.*, 1997). No entanto, com relação à gestão ambiental, muitos municípios brasileiros encontram dificuldades no que diz respeito a ausência de uma articulação na legislação em escala municipal, estadual e federal (RODRIGUES, 2010).

Com o objetivo de expor as transformações socioeconômicas na paisagem, buscou-se registros fotográficos que mostrassem as mudanças nos aspectos visuais da mesma.

Nenhum dos entrevistados possuía registros fotográficos antigos da área, porém em algumas propriedades rurais pôde-se observar e registrar a ocorrência de antigas moradias (Figuras 06a e 06c), com aproximadamente 50 anos (Figura 06c) e as construções recentes que as substituíram (Figura 06b e 06d).

**Figura 6** – Construções antigas (a e c) que foram substituídas por novas construções (b e d)



Foto: Luiz Ricardo F. Alves (2017).

Ao verificar quais são as paisagens que os moradores consideram as mais importantes na estruturação da propriedade e que a identificam, foi perguntado se fossem divulgar o turismo da área, quais fotografias seriam selecionadas.

Todos destacaram as águas do rio Azuis, pelo fato de chamar mais atenção. Alguns dos entrevistados mostrariam como o rio era antes e como ele se encontra hoje, expondo as mudanças ocorridas durante o tempo.

Com o propósito de verificar se os moradores percebem as mudanças drásticas na paisagem e o que pode vir a desaparecer, foram questionados sobre quais as paisagens deveriam ser fotografadas pelo fato de algum tempo elas não existirem mais, além de mostrarem os motivos do desaparecimento dessas paisagens.

Devido às mudanças que estão ocorrendo ao longo do tempo, os entrevistados destacaram a importância do rio Azuis, expondo inúmeras situações que estão afetando as condições de preservação do mesmo, entre elas: o volume do rio influenciado pelo uso da água para o consumo e lazer, onde comparado com o passado, a paisagem sofreu fortes alterações para suprir as necessidades dos moradores, além do desmatamento para construções que atendam às necessidades comerciais e residenciais. Um dos entrevistados destacou a importância da presença das bananeiras nas margens do rio, mas que, no entanto, estão desaparecendo para aumentar sua área. Como consequência, vislumbram um futuro não muito agradável, com a possibilidade de tornar-se um local sem atrativos, resultando em seu abandono.

Os problemas provocados no meio ambiente, gerados pelas práticas econômicas, apresentam implicações de médio a curto prazo para a sociedade, sendo necessário um Planejamento Físico Territorial com perspectivas sociais e ambientais (ROSS, 2014).

Com a intenção de extrair um sentimento que os entrevistados possuem das paisagens que fazem parte do seu cotidiano (uma paisagem que fosse íntima), foi questionada qual a imagem os entrevistados levariam do lugar onde residem em caso de uma mudança para outro local e quais os motivos da escolha da imagem.

Como resposta, novamente destacaram o rio Azuis além das paisagens naturais em seu entorno. Alguns dos entrevistados levariam imagens antigas e recentes das águas, da vegetação e das pessoas que frequentam o local, com o intuito de mostrar o quanto as atividades humanas afetaram a paisagem e o quanto é importante sua preservação.

Por fim, foi perguntado quais as paisagens ou quais os elementos da paisagem chocam os entrevistados, sendo considerado qualquer coisa negativa que gostariam que desaparecesse, com a intenção de mostrar alguma paisagem que o entrevistado gostaria que deixasse de existir e que não tivesse valor algum.

Para os entrevistados que residem mais distantes do rio, não foi percebido os problemas na mesma, porém para os que residem em suas proximidades, foram citados a capacidade elevada de visitantes,

a falta de preocupação das pessoas em preservar o rio, as construções que estão substituindo a paisagem natural, o nível da água por não ser mais o mesmo do passado, lixo deixado pelos visitantes, e indo mais além, mesmo não estando presente no recorte espacial do estudo, destacaram também as pichações nas cavernas.

Muitas cavernas presentes no município de Aurora do Tocantins mostram a presença de vandalismo. Destaca-se também alterações antrópicas como a retirada de espeleotemas e pichações nas paredes (SILVA; MORAIS, 2016).

Como resultado do trabalho de campo, foi possível registrar algumas imagens das agressões ambientais que estão ocorrendo no rio Azuis e seu entorno. Pelo fato do local estar sofrendo vários problemas ambientais, o estacionamento nas proximidades do rio foi interdito pelo Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), sendo construído outro um pouco mais distante, devido os estabelecimentos comerciais não estarem regularizados no local, além de não seguirem corretamente a legislação ambiental. Porém, nota-se o quanto essa situação agrava ainda mais as condições de preservação da área (Figura 07).

**Figura 7** – Foto tirada por drone da construção do novo estacionamento mais distante do rio



Foto: Eudis Jovino (2017).

A presença de estacionamentos, juntamente com manchas de vazamentos de óleo contribuem para a poluição dos aquíferos (VAN BEYNEN; TOWNSEND, 2005). Em pontos turísticos, essas atividades nas proximidades de superfícies cársticas são problemas muito comuns, os quais acarretam consequências referentes a contaminação dos sistemas subterrâneos (PÉREZ, 1978).

Nas proximidades do rio, percebeu-se processos erosivos na estrada que dá acesso do local. Para a construção da estrada que dá acesso ao rio, foi feito um corte de estrada, onde notou-se processos erosivos, intensificados pela retirada de solo pelos moradores.

Várias são as consequências das atividades humanas, dentre elas, quase sempre se destacam as erosões, que transportam solos para as partes mais baixas do terreno, onde costumam estar localizados os sumidouros, bloqueando seu dreno, tornando-se um sério problema ambiental nas paisagens cársticas (VENI *et al.*, 2001).

## Considerações finais

De acordo com os dados obtidos pela pesquisa, notou-se a existência de vários problemas ambientais na perspectiva dos moradores, estando cientes da situação. Muitos destacaram o quanto o rio Azuis e seu entorno sofreu alterações ao longo do tempo, influenciados pelas atividades humanas, destacando o desmatamento, o descarte de lixo, a redução do volume de água, a quantidade elevada de visitantes no local, além dos inúmeros problemas gerados pela atividade turística, comprometendo seu futuro.

Ao destacar os cuidados ambientais, principalmente sobre o carste, nota-se que pouco está sendo feito pelos órgãos responsáveis e pela população. Muito ainda deve ser desenvolvido a respeito de um plano de gestão adequado, orientação para os moradores e donos dos estabelecimentos comerciais com educação ambiental, uso turístico com as devidas regras, além de expor informações sobre como proceder com os cuidados ambientais para sua proteção.

A existência do rio no cotidiano dos entrevistados é o que mais chama a atenção, tanto no âmbito de seus atributos cênicos, sua utili-

zação para o lazer, além de ser uma referência para a região, porém, ao tratar dos problemas ambientais o mesmo é o mais afetado pelas ações humanas, demonstrado pela percepção dos entrevistados em relação as consequências geradas na paisagem.

O rio Azuis apresenta grande valor sentimental para a população, mas necessita de um trabalho sério entre os órgãos responsáveis e a comunidade local, com o intuito de, com base em parcerias, garantir sua proteção e preservação.

Através dos relatos permitiu-se resgatar o contexto histórico, além de auxiliar no dimensionamento retrospectivo dos processos, destacando as alterações sofridas na paisagem, tendo como resultado positivo a proposta metodológica, além atender os objetivos propostos referentes as alterações na paisagem na perspectiva dos moradores.

A área de estudo apresenta grande potencial referente ao carste, fato este que expande o turismo no local, no entanto, carece de uma maior participação dos moradores e órgãos responsáveis no que diz respeito aos cuidados ambientais e principalmente como lidar com as peculiaridades da paisagem cárstica.

## Agradecimentos

Agradecemos à Prefeitura Municipal de Aurora do Tocantins, aos moradores, aos proprietários rurais e aos donos dos estabelecimentos comerciais, pelo fornecimento das informações que possibilitaram a realização deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**, Curitiba, v. 8, p. 1-27, 1971. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3389/2718>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

BOLÓS, M. de I. Capdevila. Problemática actual de los estudios de paisaje integrado. **Revista de Geografia**. Barcelona. V. 15, n.1-2, 1981. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/issue/view/3872/showToc>>. Acesso em 16 set. 2016.



- BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>>. Acesso em: 20 out. 2017.
- FORD, D.; WILLIAMS, P. **Karst Hydrogeology and geomorphology**. Chichester: J. Wiley & Sons, 2007, 576 p.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 64 – 89.
- GILLIESON, D. **Caves: processes, development, management**. Oxford: Clackwell Publishers, 1996.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar – como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1997, 112 p.
- HARDT, R. Sistema cárstico e impactos antrópicos: considerações sobre o manejo. **1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo-SIMPGeo, Rio Claro**, p. 1295-1309, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.gpme.org.br/bd/sistema-carstico-e-impactos-antropicos-consideracoes-sobre-o-manejo/>> Acesso em 10 jun. 2016.
- IUCN – International Union for Conservation of Nature and Natural Resources. **Guidelines for Cave and Karst Protection**. World Commission on Protected Areas, 65 p., 1997. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/1997-026.pdf>>. Acesso em: 23 de ago 2016.
- KOHLER, H. C. **Geomorfologia cárstica na região de Lagoa Santa – MG**. 1989. 113 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 1989.
- LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- LAMOREAUX, P. E.; POWELL, W. J.; LEGRAND, H. E. Environmental and legal aspects of karst areas. **Environmental Geology**, v. 29, n. 1, p. 23-36, 1997. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s002540050100>>. Acesso em: 25 out. 2017.

LOBO, E. A. S.; LOURENÇÃO, M. L. F. Ecoturismo e turismo de aventura como alternativas para a conservação do carste de Dianópolis – TO. In: ALMEIDA, A. C. P. C.; COSTA, L. P. **Meio Ambiente, esporte, lazer e turismo – Estudos e pesquisas no Brasil, 1967-2007**. v. 3. Rio de Janeiro: Gama Filho. 2007, p. 55-68.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991. Disponível em: <<http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/manzinisaopaulo1990.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: eduel, 2003. p.11-25. Disponível em: <<http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/manzinilondrina2003.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, v. 2, p. 10, 2004. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/MANZINI-Jos%C3%A9-Eduardo-Entevista-semiestruturada-An%C3%A1lise-de-objetivos-e-de-roteiros.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

PÉREZ, F.C. Problemas ambientales de áreas carsicas: El efecto de la ocupacion humana sobre el ecosistema cavernícola, parte 2. **Boletín de la Sociedad Venezolana de Espeleología**, v. 9, n. 17, p. 73-96, 1978.

PILÓ, L. B.; AULER, A. Introdução à espeleologia. **Curso de Espeleologia e Licenciamento Ambiental**. Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis, p. 7-23, 2011. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cecav/images/download/Apostila%20Curso%20de%20Espeleologia%20e%20Licenciamento%20Ambiental.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

RODRIGUES, C. A urbanização da metrópole sob a perspectiva da geomorfologia: tributo a leituras geográficas. In: CARLOS, A. F. A; OLIVEIRA, A. U de (Org.). **Geografia de São Paulo: representação e crise da metrópole**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 89 – 114.

RODRIGUES, M. L. **A percepção da sociedade na gestão ambiental municipal**. 2010. 182f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www>>.

teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-13102010-150144/fr.php>. Acesso em: 12 set. 2016.

ROSS, J. L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, n. 8, p. 63-74, 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47327/51063>>. Acesso em: 25 set. 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, v. 4, p. 136, 1988. Disponível em <[http://xa.yimg.com/kq/groups/21776930/1611840959/name/Metamorfose\\_Do\\_Espa%C3%A7o\\_Habitado\\_-\\_Milton\\_Santos.PDF](http://xa.yimg.com/kq/groups/21776930/1611840959/name/Metamorfose_Do_Espa%C3%A7o_Habitado_-_Milton_Santos.PDF)>. Acesso em 18 out. 2017.

SHINZATO, E. **O carste de proteção ambiental de Lagoa Santa (MG) e sua influência na formação dos solos**. 1998. 117 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Norte Fluminense – Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, 1998. Disponível em: <[http://www.cprm.gov.br/publique/media/edgar\\_shizato.pdf](http://www.cprm.gov.br/publique/media/edgar_shizato.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2017.

SILVA, F. F da. **Gestão de áreas cársticas em Aurora do Tocantins e Dianópolis – TO: uma análise a partir de perturbações ambientais**. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2012.

SILVA, F. F. da; MORAIS, F. de. Análise multitemporal da cobertura vegetal no entorno de dez cavernas em Aurora do Tocantins – TO. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 31, 2011, Ponta Grossa-PR. **Anais...** Ponta Grossa-PR, 2011, p. 19-24. Disponível em: <<http://www.cavernas.org.br/31cbeanais.asp>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

SILVA, F. F.; MORAIS, Fernando. Análise da gestão de áreas cársticas em Dianópolis – TO: uma visão a partir da comunidade local. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, v. 5, n. 1. p. 157 – 172, jan-jun. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/24471>>. Acesso em: 07 out. 2017.

SILVA, F. F; MORAIS, F. Índice de Perturbações Ambientais em áreas cársticas do estado do Tocantins–Primeira aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 9, n. 3, p. 766-777, 2016. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/rbgfe/index.php/revista/article/view/1560/957>>. Acesso em: 12 set. 2016.

SOARES, F. M. A paisagem como campo de estudo geográfico. João Pessoa, PB **Caderno do Logepa**. n. 1, v.4, 2005, p. 47-54. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/logepa/article/view/10997/6177>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

TRAVASSOS, L. E. P; VARELA, I. D. Aspectos legais do uso da água em regiões cársticas. **Ciência & Tecnologia**, v. 8, p. 386-400, 2008. Disponível em: <[http://www.amda.org.br/imgs/up/Artigo\\_04.pdf](http://www.amda.org.br/imgs/up/Artigo_04.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAN BEYNEN, P.E.; TOWNSEND, K.M.A. Disturbance index for karst environments. **Environmental Management**, 36, p. 101-116, 2005. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs00267-004-0265-9>>. Acesso em: 13 out. 2017.

VENI, G. et al. Living with karst: a fragile foundation. Environmental awareness series, **American Geological Institute**, p. 64, 2001. Disponível em: <<https://www.americangeosciences.org/sites/default/files/karst.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2017.

WATSON, J. et al. **Guidelines for Cave and Karst Protection**. Gland, Switzerland; Cambridge, UK: WCPA; IUCN, 53 p, 2007 Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/1997-026.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

# 8

## **AS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REGIÃO IMEDIATA DE COLINAS DO TOCANTINS E O CONTEXTO DO LUGAR**

### **Fortalecendo a aprendizagem significativa**

*Abraão Bispo Paz*

*Marciléia Oliveira Bispo*

**E**ste trabalho apresenta o resultado de pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGG – UFT, campus Porto Nacional-TO, desenvolvido no período de 2017 a 2018 sobre políticas públicas em Educação Ambiental, cujo foco foi analisar a relação entre V Conferencia Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente – CONIJMA e o contexto do lugar como construção do processo de ensino aprendizagem para uma Educação Ambiental crítica no âmbito do Programa Nacional Escola Sustentável-(PNES) no estado do Tocantins, considerando a implantação do programa em oito escolas na região imediata de Colinas do Tocantins-TO.

As políticas públicas em EA com o intuito de promover transformações nas escolas visando à sustentabilidade incentivaram **ações em EA** por meio de programas educativos como o Programa Nacional Escola Sustentável ( PNES ) e a Conferência Infanto-juvenil para o Meio Ambiente.

Em 2012, com a Resolução CNE/CP nº02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental(DNEA), o PNES nasce com o intuito de efetivar a DNEA nas escolas brasileiras. Sendo que, em 2009, as reflexões da III Conferencia Nacional infanto-juvenil pelo Meio Ambiente-III CONIJMA, já apresentavam

propostas voltadas para a transição das escolas rumo a sustentabilidade. Desde então, a Coordenação Geral de Educação Ambiental-CGEA/MEC desenvolve ações voltadas para implantação do programa.

Para entender a Educação Ambiental, no âmbito do PNES, refletimos sobre a dimensão sustentável, considerando o contexto do lugar como espaço de construção da identidade, de afeto e abrigo e a ética do cuidado na EA, que impulsionam atitudes e provocam mudanças de comportamento em relação à natureza e entre as pessoas.

Por meio da relação entre a participação das escolas da área da pesquisa na V Conferência Infantojuvenil para o Meio Ambiente, e o contexto do lugar verificou-se o potencial transformador das **ações educativas que envolve** a participação dos alunos considerando a percepção e identidade com o lugar onde vivem. Verificou-se essa relação observando a participação dos alunos na V Conferência e os aspectos geográficos da região intermediária de Colinas do Tocantins-TO.

As escolas da pesquisas **são** coordenadas pela Diretoria de Ensino-DRE de Colinas do Tocantins, uma regional da Secretaria estadual de Educação (SEDUC). Entre o total de escolas estaduais coordenadas pela diretoria analisamos as oito escolas que implantaram o PNES, considerando o lugar, os aspectos socioambientais, os aspectos regionais, o meio ambiente e a comunidade local. As escolas estão localizadas nos municípios de Colinas do Tocantins-TO, Joarina-TO, Bandeirantes-TO, Itapiratins-TO e Tupiratins-TO, no norte tocantinense, na região geografia Imediata de Colinas do Tocantins-TO, que por sua vez está no território da região geográfica Intermediária de Araguaina-TO.

## O cuidado com o lugar para uma sustentabilidade socioambiental

Compreender o lugar é essencial para a formação crítica do aluno. A EA crítica está relacionada ao sentido que o espaço tem para cada um, como é entendido, vivido, construído e transformado. Assim o processo de ensino aprendizagem, torna-se significativo quando a

concepção e percepção dos alunos são consideradas, para a construção do conhecimento(CAVALCANTI,2008).

Considerando essa ótica, a compreensão do meio ambiente, a partir da realidade do lugar, pressupõe uma relação intrínseca entre a vivência da realidade do lugar em que os alunos estão, e o processo de ensino e aprendizagem. E o quanto a leitura de mundo está vinculada a cultura e identidade local, assim, a EA crítica, considera os saberes dos alunos em relação ao lugar em que vivem e a realidade do mundo no contexto temporal.

Em uma atitude de autoconhecimento cada povo, em seu lugar, do seu modo, reconhece o ecossistema em que vive, e estabelece estratégias de desenvolvimento econômico, com sua sustentabilidade, condizente com a realidade, no contexto da globalização. Para Leff (2010, p.91) “cada cultura dá significado a seus conhecimentos, a seus saberes, a sua natureza, recriando-a e abrindo o fluxo de possibilidades de coevolução, articulando o pensamento humano com o potencial da natureza”.

E ao reconhecer o sentido da existência histórica, de cada sociedade, novos arranjos são desenhados, entre os saberes herdados e o conhecimento atual. E as práticas sociais que estruturam os espaços, constroem em seu lugar o reflexo da cultura autêntico de determinado povo, em seu tempo. Desse modo, o sustentável será uma atitude de cuidado com o lugar, no qual se reconhece como ser humano, no mundo (BOFF, 1999).

Consolidar transformações no âmbito da racionalidade no processo educacional, como propõe o PNES nas escolas, pressupõe uma reflexão crítica que seja capaz de romper com as estruturas educacionais que orientam a realização de programas e projetos, no sistema educacional, visando o desenvolvimento econômico que exige resultados quantitativos das escolas, distante de uma concepção sustentável de escola.

Está no mundo hoje, exige uma reflexão sobre a condição do ser humano no espaço e sua relação com o mesmo, na dimensão local e global. Reflexão essa, necessária para a compreensão da sociedade contemporânea. Pois, o espaço geográfico, como resultado da cultural de um povo, deve ser analisado considerando o lugar, como meio

de vivência social que constrói e reproduz no espaço a capacidade técnica de determinada sociedade. Assim, o ensino geográfico, com ênfase na realidade do lugar, contextualizando da identidade local aos conceitos geográficos de compreensão do espaço, possibilita uma aprendizagem significativa que amplia a capacidade de leitura crítica do mundo, contribuindo para a formação integral e autônoma do ser humano. E consolida uma relação entre aluno e professor pautada na confiança e na empatia necessária ao processo de ensino e aprendizagem significativa.

## **Espaços educativos sustentáveis conforme o contexto do lugar**

A construção de uma nova maneira de pensar o espaço, na dimensão local, considerando as potencialidades econômicas e socioambientais de cada lugar, com a singularidade necessária, diante da homogeneização do mundo globalizado, identificamos capacidades técnicas sustentáveis há cada contexto local, vinculada a história de desenvolvimento de cada povo, a sua herança cultural, os seus saberes. E desta forma, a relação com a natureza, pensada conforme os saberes do lugar, será estabelecida com autonomia e vínculo de pertencimento ao meio de vivência. Permitindo o desenvolvimento com sustentabilidades.

Pois, a sustentabilidade resulta de uma mudança paradigmática, que reformula as relações socioambientais e socioeconômicas vigentes, importadas dos países que de forma hegemônica impõem os padrões de desenvolvimento. Sendo o lugar, o território de consolidação de mudanças estruturais, e fortalecendo o vínculo afetivo da identidade local é possível romper com a forma de pensar que foi imposta pelo processo de colonização e consolidada pelo desenvolvimento capitalista ocidental (RUA,2007).

Assim, o olhar para as origens, para as heranças culturais, as técnicas desenvolvidas e aprimoradas, de cada povo, em seu lugar, permite o fortalecimento da autonomia necessária para o desenvolvimento local que reconhece as potencialidades naturais e se apropriam



das mesmas com responsabilidade ambiental, de quem cuida do lugar onde vive(RUA,2007). Ainda segundo Rua (2007,p.171) “às geografias de cada sociedade, nas múltiplas escalas de vivência, corresponderiam modelos particulares de desenvolvimento e de sustentabilidade”.

E no processo de perceber o lugar como potencialidade, a sociedade se reconhece e adquire resistência frente a avalanche cultural, imposta pelos ditames da globalização, que destrói as identidades e estabelece valores de recursos para o meio natural do lugar. Sendo que tais valores são estabelecidos por padrões mercadológicos internacionais.

Assim, surgem perspectivas autênticas de desenvolvimento e sustentabilidade, oriundas da vivência de cada sociedade em seu lugar, que em seu percurso histórico desenvolve técnicas e habilidades, que quando aprimoradas, são potencialidades que fortalecem a economia local e a identidade cultural. Para Rua(2007, p.171):

Deveria deixar-se aos habitantes de cada lugar (em sua heterogeneidade social, econômica, cultural), em uma integração multiescalar que alcance o Estado Nacional, o direito de decidir sobre as formas de vivenciar as suas territorialidades e definir os padrões de sustentabilidade escolhendo, assim, o seu modelo de desenvolvimento.

E a liberdade de escolha, diante da cultura avassaladora do “caminho certo” do progresso, exige atitude de resistência e autenticidade consolidada por uma reflexão crítica da conjuntura sociopolítica e socioambiental, em que cada sociedade está envolvida. Segundo Leff(2010,p.86):

nós não pensamos o mundo a partir de nossa individualidade, pois já somos pensados por Outro; e é esse outro que nos pensa, que nos conduz e que insere em suas engrenagem do produtivismo, do crescimento ilimitado, desse anseio ilusório de um progresso ilimitado rumo a não sei o quê.

A dimensão social, da construção do conhecimento, que envolve o processo de ensino aprendizagem, influência na compreensão das discussões propostas em sala de aula. Ao se aproximar da escola e da turma, o professor deve se questionar sobre o contexto socioespacial e histórico do lugar, que os alunos vivem(CAVALCANTI,2013). Sendo que, a aprendizagem se consolida por meio da confiança, que deve ser firmada entre o professor e os alunos. E essa confiança deve ser consolidada por meio da empatia presente na interação do processo ensino aprendizagem.

Segundo Cavalcanti(2013,p.76) “ ha necessidade de que os professores conheçam quem são os alunos, suas motivações, sua história e contexto de vida, sua identidade individual e coletiva.” Com essa iniciativa de interação com os alunos o professor tem a possibilidade de estabelecer estratégias de ensino que estejam em consonância com as expectativas, concepções e percepções dos alunos.

Pois os alunos carregam consigo os seus saberes em relação ao seu contexto socioespacial que são referência na construção do conhecimento em relação ao contexto contemporâneo global e local. E nesse processo de conhecer o outro, que tem interesse de adentra o universo do outro, há possibilidades múltiplas de ver a mesma realidade. E assim, ampliar a compreensão da vida cotidiana dos alunos e a dinâmica espacial de diferentes lugares.

A relação que se estabelece, no processo de aprender e ensinar envolve um sentimento de empatia que deve ser construído durante o percurso. Quando há indiferença na relação, a comunicação necessária no processo de aprendizagem fica comprometida e barreiras são criadas, dificultando a compreensão da realidade vivida e consequentemente do contexto global.

A percepção, das categorias: paisagem, lugar e território; está vinculada a concepção que cada indivíduo constrói conforme a cultura em que está inserido. A aprendizagem significativa deve articular os conceitos geográficos elementares ao contexto socioespacial da realidade local, possibilitando uma abordagem que tenha sentido para os alunos(CAVALCANTI,2013).

E o conhecimento tem sentido para o aluno quando ele se identifica no contexto da discussão, identifica a sua realidade, faz relação com o lugar em que vive, se apropria do conhecimento estabelecendo relações com o conhecimento proposto pelo professor. Assim, as dimensões espaciais e temporais, podem ser articuladas, integrando ao contexto do lugar as complexidades globais que fazem parte do mundo globalizado contemporâneo. Para Cavalcanti(2010,p.36)

para que o aluno aprenda geografia não apenas para assimilar e compreender as informações geográficas disponíveis, mas para formar um pensamento espacial, é necessário que forme conceitos geográficos abrangentes. A ideia que tenho trabalhado é de que esses conceitos são fundamentais para a compreensão dos diversos espaços, para a localização e a análise dos significados dos distintos lugares e de sua relação cotidiana. O desenvolvimento com o mundo, que proporciona ao sujeito generalizar suas experiências.

E nesse contexto, complexo do mundo globalizado contemporâneo, o fortalecimento da identidade, por meio do reconhecimento da sua realidade, no lugar em que vive, se torna essencial para o fortalecimento da autonomia individual, que contribui para a formação humana integral do aluno, e contribui para o protagonismo social, por meio de uma consciência crítica do mundo em que vive.

E com autonomia, o aluno realiza a leitura do mundo em que vive, com a capacidade de avaliar as ideologias propagadas com propósitos de expansão de mercado. Considerando as deferentes dimensões espaciais, diante do acelerado processo de globalização, que impõe suas concepções mercadológicas, que tornam lugares, pessoas e culturas mercadorias na economia global. Reconhecendo o seu lugar no mundo, sua identidade e cultura, que conduz as práticas cotidianas, pode compreender as interferências globais. Assim, segundo Carlos(2007,p.11)

É no plano do lugar que é possível, por exemplo, compreender a racionalidade homogeneizante inerente ao processo de acumulação, que não se realiza apenas a partir da produção de objetos e

mercadorias, mas liga-se cada vez mais à produção de um novo espaço, de uma nova divisão e organização do trabalho, além de produzir modelos de comportamento que induzem ao consumo e norteiam a vida cotidiana.

Com a educação geográfica, em que o lugar de vivência dos alunos é considerado como ponto de partida, para a compreensão de conceitos geográficos nas demais dimensões espaciais, é possível estabelecer as conexões fundamentais para entender a complexidade do mundo contemporâneo. Conexões essas que determinam a realidade do lugar onde vivem. Assim, o local, o regional e o global estão profundamente inter-relacionados(CAVALCANT,2010).

## **Espaços educativos sustentáveis e as transformações socioambientais**

Para verificar as transformações no espaço físico das escolas realizou-se registro fotográfico dos espaços adaptados, visando à sustentabilidade na escola. Além de informações sobre alterações construtivas com objetivo sustentável.

Assim como observação dos projetos e suas adequações à realidade de cada escola e a proposta pedagógica que orienta o processo educativo. Considerando que, a mobilização das escolas em participar das Conferências infanto-juvenil para o Meio Ambiente- CONIJMA expressam os anseios de transformações visando a sustentabilidade na escola e na comunidade em que vivem.

Buscando compreender melhor a ideia de sustentabilidade, a necessidade de uma reflexão crítica sobre o lugar e a realidade vivida considerando a ética do cuidado para outra racionalidade, em que os saberes locais e o conhecimento científico contribuem para sustentabilidades possíveis.

Assim, verificando a implantação do PNES nas escolas e o processo educativo para sustentabilidade, vamos analisar o desafio de realizar ações no âmbito do PNES em uma sociedade de consumo e a racionalidade hegemônica de progresso e desenvolvimento. E isso, exige um repensar a lógica predominante na relação sociedade

e natureza na construção do meio ambiente. Por isso, a sustentabilidade nas escolas está condicionada ao rompimento com os paradigmas hegemônicos.

## O contexto socioambiental das escolas e a sustentabilidade

Durante a V Conferência Infanto-Juvenil para o Meio Ambiente – Vamos cuidar do Brasil cuidando das águas, em sua fase local, na cidade de Colinas do Tocantins-TO, realizada nas escolas públicas estaduais em março de 2018, os alunos do 6º ao 9º do ensino fundamental com a orientação dos professores apresentaram projetos de ação destinados ao cuidado com os recursos hídricos e sustentabilidade. Os projetos foram apresentados à comunidade escola e a uma comissão de jurados (figura 1 e 2).

Figura 1 – Alunos apresentando projetos na fase local da V Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – 2018



Autor: PAZ, Abraão Bispo. 28/03/2018.

**Figura 2** – A comunidade escolar participando da V Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – 2018



Autor: PAZ, Abraão Bispo. Data: 28/03/2018.

E a Conferência teve como principais temas: A recuperação de nascentes na zona urbana de Colinas; O planejamento urbano com medidas de preservação das nascentes na zona urbana de Colinas do Tocantins; O uso racional da água na escola; Medidas de reaproveitamento da água na escola; Sensibilização para a importância da água e sua preservação; Apresentando a sua problemática, justificativa, objetivos, as parcerias e a metodologia; Tendo como agentes os alunos, professores e parceiros ( prefeitura, outras escolas, Naturatins e outras instituições).

Ao observar na escola este momento de mobilização, vimos que cada um colaborou e participou para que os projetos com as temáticas propostas pela conferência fossem socializados e conhecidos, os alunos se empenhavam em suas retóricas científicas que era avaliado por jurados atentos. No auditório, alunos, professores e equipe gestora esperavam com expectativa o próximo projeto a ser apresentado. Cada equipe com o professor orientador tinha o tempo estabelecido para expor o projeto. Os melhores projetos concorrem à fase regional da Conferência que escolheu os melhores para a fase nacional.

A realização da V CNIJMA remete a gênese do PNES e também a sua trajetória nas escolas que implantaram o programa na DRE de Colinas do Tocantins. Pois, o PNES surge como proposta a ser discutida na IV CNIJMA com o tema: “*Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis*”, realizada em 2013/2014. E a partir dos projetos apresentados pelos alunos em suas conferências locais, as escolas contempladas, conforme os critérios estabelecidos pelo órgão gestor do MEC, receberam incentivo financeiro por meio do PDDE Escola Sustentável para viabilizar ações e transformações dessas escolas visando torna os espaços educativos sustentáveis.

Os projetos devem ser adequados à realidade de cada escola e a proposta pedagógica que orienta o processo educativo, considerando que, a mobilização das escolas em participar das Conferências Infantojuvenil para o Meio Ambiente- CONIJMA expressam os anseios de transformações visando à sustentabilidade na escola e na comunidade em que vivem(figura 3).

**Figura 3** – Jardim com pneus no pátio da Escola



Autor: PAZ, Abraão Bispo. Data: 08/10/2018.

Com o envolvimento de toda a comunidade escolar, desde o planejamento até a realização da conferência, percebe-se o potencial das ações educativas em EA quando surgem da realidade de cada lugar, considerando o olhar do aluno sobre o meio em que vivem, as suas problemáticas e possíveis soluções. É evidente a criatividade dos projetos e a preocupação dos alunos com o lugar onde vivem ao abordarem problemáticas referentes ao meio ambiente em consonância com o contexto socioambiental da região.

Esse cuidado com o lugar manifestado nos projetos da V CONIJMA expressa o anseio dos jovens em transformar a realidade e a capacidade que tem o processo educativo em promover a autonomia com criticidade, considerando a realidade vivida, os seus problemas e as soluções possíveis, conforme o contexto socioambiental, socioeconômico e as sustentabilidades viáveis para cada povo em seu lugar. E sensível ao potencial dos jovens em romper paradigmas predominantes em uma sociedade de consumo, o PNES surge com o propósito de transformar as escolas sustentáveis considerando os projetos dos alunos e suas ideias em relação à realidade vivida e as sustentabilidades. Para Deboni e Mello (UNESCO,2007,pag.41)

A proposta da Conferência é bem simples, mas ousada: incentivar que todas as escolas realizem conferências de meio ambiente envolvendo também a comunidade para discutir, levantando problemas locais e propondo ações para enfrentá-los.

Ao observar o cuidado dos alunos com os impactos ambientais locais e as sustentabilidades propostas nos projetos da IV CONIJMA e V CONIJMA, percebemos que o PNES na DRE de Colinas-TO surge com potencial de transformação considerando o olhar atento e crítico dos alunos em relação ao contexto local. Ao fazer parte do processo de ensino aprendizagem tem a possibilidade de estabelecer relações entre o conhecimento científico e os saberes dos povos de cada lugar, no meio ambiente em que vivem, estimulando de forma criativa e crítica as sustentabilidades em cada lugar.

Segundo Rua (2007,pg.31) “as sustentabilidades ocorrem ao enfatizar as possibilidades múltiplas colocadas para a “criação”, em



cada sociedade, das condições que devem definir seu “desenvolvimento sustentável”, integrado às especificidades de cada matriz cultural e territorial.

Além do caráter objetivo que interpreta as propostas pedagógicas de cada programa, a realidade socioambiental de cada escola influencia na percepção e concepção do meio ambiente em questão, no lugar em que a escola se encontra e suas condições socioambientais, e conseqüentemente na visão de mundo da comunidade escolar e suas relações sociopolíticas, que condicionam o processo pedagógico conforme a racionalidade predominante e as sustentabilidades que podem surgir por meio de reflexões coerentes e autênticas sobre as problemáticas ambientais e a sustentabilidade na escola, desse modo, situamos as oito escolas estaduais que implantaram o PNES coordenadas pela DRE de Colinas do Tocantins-TO, no contexto socioambiental do estado do Tocantins.

As escolas estão localizadas nos municípios de Colinas do Tocantins-TO, Joarina-TO, Bandeirantes-TO, Itapiratins-TO e Tupiratins-TO, no norte tocantinense, na região geografia Imediata de Colinas do Tocantins-TO, que por sua vez está no território da região geográfica Intermediária de Araguaina-TO, que conforme a divisão regional brasileira mais recente, proposta pelo IBGE é definida como:

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros (IBGE, 2017, pg.19).

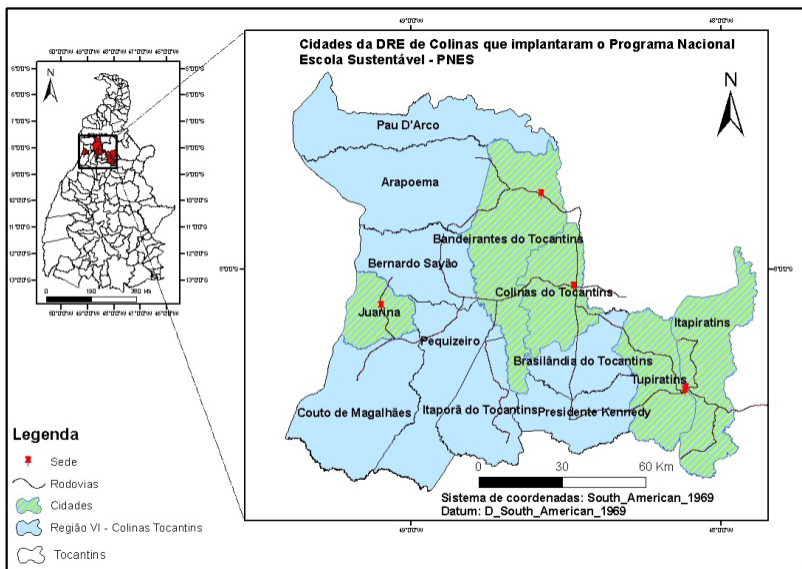
A cidade de Colinas do Tocantins-TO, como principal centro urbano dessa região exerce uma influência sobre os demais municípios em relação às demandas imediatas de suas devidas populações. E administrativamente a SEDUC mantém no município a Diretoria

Regional de Ensino-DRE, que articula e administra as demandas da região imediata de Colinas do Tocantins.

A região está situada entre duas das mais importantes bacias hidrográficas do Brasil. A bacia hidrografia do Rio Tocantins e do Rio Araguaia. Sendo que, três das escolas foco dessa pesquisa estão em municípios ribeirinhos. Que são os municípios de Joarina-TO, as margens do Rio Araguaia, e os municípios de Itapiratins-TO e Tupiratins-TO, as margens do Rio Tocantins.(figura 1).

Os rios exercem uma influência fundamental no meio ambiente dessa região determinado os hábitos de vida dos povos que aí vivem e suas relações socioambientais e socioeconômicas. E no âmbito do PNES, um dos critérios de seleção das escolas está relacionado à vulnerabilidade a impactos ambientais como as enchentes em municípios ribeirinhos.

**Figura 1** – Os municípios de localização das escolas que implantaram o PNES-TO



Fonte: SEPLAN, 2012. Autor: PEREIRA, Marcelo, 2018.

As demais escolas estão localizadas, nos municípios de Colinas do Tocantins e Bandeirantes-TO, tendo o desenvolvimento socioeconômico influenciado pela proximidade a BR-153, conhecida Rodovia Belém-Brasília, que é um dos principais eixos de integração das regiões Norte e Nordeste com as demais regiões do país. Segundo DIAS,

Desde a abertura da Rodovia Belém-Brasília, a organização territorial vem sendo construída/destruída a partir das dinâmicas socioeconômicas estruturadas por influências advindas da logística produzida por ela, fazendo surgir e estruturar novas cidades às suas margens, como por exemplo, Araguaína, Colinas de Goiás (hoje Colinas do Tocantins), Guaraí, Miranorte, Paraíso do Norte (hoje Paraíso do Tocantins), Gurupi, Alvorada, dentre outras. Estas últimas passaram a viver uma relação campo/cidade estruturada em uma rede urbana mais complexa(DIAS, BRITO 2012).

As principais cidades às margens da BR-153 passaram a polarizar os demais municípios que exercem influência e tornaram centros regionais, atualmente regionalizado pelo IBGE como regiões imediatas e regiões intermediárias do estado do Tocantins. Considerando os fluxos que dinamizam a economia local e integram a economia do país e global. Considerando os commodities provenientes do agronegócio desenvolvido no estado. Com destaque para a pecuária bovina de corte e agricultura de exportação. Desse modo, o desenvolvimento socioeconômico dessa região do Tocantins está diretamente relacionado ao agronegócio, que por sua vez é a principal atividade econômica do estado. Com isso, a migração para a região foi acelerada atraída pelo desenvolvimento da região. Segundo SILVEIRA et al.(2017.pg.7),

Um grande movimento trazido pela rodovia, desde o período de sua abertura, foi a forte migração oriunda de outros estados da federação, principalmente do Pará, Maranhão e Piauí. Com o aumento significativo de sua população, da oferta de mão de obra gerada pela migração e o aumento dos fluxos que se intensificaram com a construção da rodovia, Araguaína passa a desempenhar importante papel como mediadora do processo de acumulação capitalista no espaço urbano.

Em consequência do desenvolvimento do agronegócio no Tocantins considerado como uma das fronteiras agrícolas do país, os impactos ambientais provocados no ecossistema do cerrado, em razão do agronegócio e da urbanização acelerada são intensos. Como o desmatamento e as queimadas no cerrado, o assoreamento dos rios, a construção de Usinas Hidrelétricas no rio Tocantins e o crescimento desordenado das principais cidades do estado.

O cerrado, segundo maior bioma brasileiro, é a vegetação predominante do estado do Tocantins, ocupando 91% do território. E 9 % do território é ocupado pelo Bioma da Amazônia, com áreas de ecótonos. Assim, a região imediata de Colinas do Tocantins ao noroeste do estado apresenta uma característica de transição entre o bioma do Cerrado para o Bioma Amazônico, assim como toda a região intermediária de Araguaina-TO, em todo o norte do estado. E as escolas observando o contexto local realizaram transformações no espaço escolar visando a sustentabilidade considerando o bioma do cerrado ao realizar arborização com espécies da fauna do cerrado, bioma do lugar em que a escola está localizada(figura 3)

**Figura 3** – Arborização realizada por ações de EA na escola



Autor: PAZ, Abraão Bispo. Data: 11/10/2018,

As atividades econômicas desenvolvidas no campo, como o agronegócio e pecuária são a base da economia tocantinense influenciando na relação da população com o meio em que vivem e a concepção sobre os problemas ambientais dos municípios em que estão localizadas as escolas observadas na pesquisa. Os principais impactos ambientais ao meio ambiente nesses municípios estão vinculados às atividades econômicas desenvolvidas na zona rural. Como o desmatamento do cerrado, o assoreamento dos rios, as queimadas e as inundações provocadas pelos lagos artificiais de grandes empreendimentos do setor energético.

Neste contexto observou-se que as escolas estavam atentas ao meio ambiente em que estão inseridas e as condições socioambientais. Pois se verificou-se que os projetos de intervenção no espaço físico das escolas visando atender a proposta da IV CONIJMA, com intuito de tornar as escolas mais sustentáveis observaram as condições climáticas da região. E foram esses os projetos contemplados pelo PDDE Escola Sustentável. Das escolas pesquisadas, 75% delas apresentaram projetos com objetivo de realizar um melhor gerenciamento dos recursos hídricos na escola por meio da captação de água da chuva através de calhas instaladas em parte das edificações da escola, destinada a um reservatório. E essa água sendo utilizada para os serviços de limpeza ou em hortas na escola (Figura 4).

**Figura 4** – Captação de água da chuva utilizada nos serviços de limpeza da escola



Autor: PAZ, Abraão Bispo. Data: 28/03/2018.

Os projetos elaborados pelas escolas consideram o regime de pluviosidade da região e o potencial hídrico que gera economia de forma sustentável para a escola. Educando para a sustentabilidade em cada lugar com uma relação intrínseca entre as práticas sustentáveis e as condições socioambientais do meio ambiente em que a escola está localizada. Consta-se que as características do clima do Tocantins foram observadas pelos autores do projeto. As características do clima e da pluviosidade do Tocantins são descritas por MARCUZZO e GOULARTE(2013, pg.3):

O clima da região é tropical semiúmido, controlado pelas massas de ar Equatorial Continental e Polar Atlântica. A massa equatorial, apesar de continental é uma massa úmida, em razão da presença de rios caudalosos e da intensa transpiração da massa vegetal da Amazônia, região que provoca chuvas abundantes e diárias, principalmente no verão e no outono. Os meses de outubro a abril são responsáveis por aproximadamente 90,16% de toda precipitação anual do estado.

E considerando os aspectos naturais que determinam o meio ambiente local, a comunidade escolar favorece a aprendizagem no âmbito de uma EA contextualizada ao lugar de vivência da escola e as potencialidades sustentáveis que podem ser desenvolvidas.

## Considerações finais

As políticas públicas para EA com o PNES para atingirem sua amplitude e potencialidade precisam ser pensadas em uma racionalidade ambiental que propõe uma reflexão sobre a complexidade dos ecossistemas e a condição essencial para a vida das inter-relações no meio ambiente. Percebendo os desequilíbrios e as sustentabilidades de cada lugar que impulsionam atitudes de cuidado motivadas pelo sentimento de pertencimento que articula de forma participativa transformações socioespaciais no espaço educativo.

Reconhecer a condição de cuidado que dinamiza a vida e suas múltiplas relações e a complexidade das interdependências dos elementos e seres da natureza em um ecossistema possibilita realizar uma reflexão considerando a racionalidade ambiental que emana dos saberes dos povos e suas relações de cuidado afetoso com o meio em que vivem, fortalecendo a identidade que consolida a autonomia para a participação democrática que pode transformar a realidade.

Assim, o cidadão, deve pensar a construção do espaço considerando valores éticos e socioambientais sustentáveis que conciliem os desejos e necessidades de crescimento as ações de preservação da biodiversidade, dos ecossistemas, a equidade e a justiça social, que proporcione uma melhor distribuição dos recursos financeiros e uso mais consciente dos recursos naturais renováveis e não renováveis no lugar onde vivem.

## REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis (RJ): Vozes; 1999
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Diferenciação socioespacial**. Revista Cidades, v. 4, n. 6, 2007.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana** / Lana Sousa Cavalcanti – Campinas,SP:Papirus, 2008.

\_\_\_\_\_, Lana de Souza. **Jovens escolares e a cidade: concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas**. Caderno Prudentino de Geografia, nº35, Volume Especial. p. 74-86, 2013.

DEBONI, Fábio; MELLO, Soraia Silva de. **Pensando sobre a “geração do futuro” no presente: jovem educa jovem, COM-VIDAS e Conferência**. Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, p.39, 2007

DIAS, Reges Sodré da Luz Silva; DE BRITO, Eliseu Pereira. **Uma análise territorial a partir da rodovia belém-brasília em Araguaína-to**. Revista Tocantinense de Geografia,v. 1, n. 01, 2013.

LEFF, Enrique (2010). **Discursos sustentáveis / Enrique Leff**; tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo. Cortez

MARCUZZO, Francisco Fernando Noronha; GOULARTE, Elvis Richard Pires. **Caracterização do ano hidrológico e mapeamento espacial das chuvas nos períodos úmido e seco do estado do Tocantins**. Revista Brasileira de Geografia Física V. 06, N. 01.2013.

RUA, João (org.).**Paisagem, Espaço e Sustentabilidades: Uma perspectiva multidimensional da Geografia**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2007.

SILVEIRA,Gilvando Souza, André Vicente do Rosario Marinho, David Pinheiro y Leonan Gomes (2017): **“Assim vai correndo o Tocantins”: notas sobre o desenvolvimento sócio-territorial da microrregião de Araguaína a partir da construção da BR-153**”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (enero-marzo 2017).



**SOBRE O LIVRO**

Formato: 14,8 x 21 cm  
Tipologia: Minion Pro  
Número de Páginas: 210  
Versão: E-book / Físico

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES.



**C&A ALFA COMUNICAÇÃO**  
Rua Coronel Anacleto, nº 1298 – Setor Pai Eterno  
CEP 75.388-235 – Trindade/GO  
editoraalfacomunicacao@gmail.com

ISBN 978-65-89324-44-7



9 786589 324447